

RELATÓRIO



ANDIFES

**DE ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
NO ANO LETIVO DE 2020**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2020**



2021

Diretoria Executiva

Gestão 2020 a 2021

Presidente: Edward Madureira Brasil (UFG)

1o Vice-presidente: Reitor Marcus Vinicius David (UFJF)

Suplente: Reitor Luís Eduardo Bovolato (UFT)

2a Vice-presidente: Reitora Joana Angélica Guimarães (UFSB)

Suplente: Reitor Paulo Afonso Burmann (UFSM)

Secretário Executivo: Gustavo Balduino

Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, Educação à Distância e Avaliação,
responsável pela elaboração do Relatório

- Reitora Joana Angélica Guimarães da Luz - UFSB - Presidente
- Reitora Cláudia Aparecida Marlière de Lima - UFOP
- Reitor Dácio Roberto Matheus - UFABC
- Reitor Paulo Afonso Burmann - UFSM
- Pró-reitora Maria do Socorro Oliveira - UFRPE/Coordenadora do COGRAD
- Pró-reitora Olgamir Amancia Ferreira (UnB/Coordenadora do COEX
- Pró-reitor Charles Morphy Dias dos Santos - UFABC/Coordenador do COPROPI
- Pró-reitor Luciano Gonda - UFMS/Coordenador do CGTIC
- Pró-reitora Maisa Miralva da Silva – UFG/Coordenadora do FONAPRACE
- Rose Pinheiro – UFMS/Coordenadora do COGECOM

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 4 |
| 2. Avaliação Das Atividades Desenvolvidas Durante O Ano Letivo De 2020 | 6 |
| 2.1. Ações Levantadas Pelo Cograd | 6 |
| 2.2. Ações Levantadas Pelo COPROPI | 14 |
| 2.3. Ações Levantadas Pelo COEX | 16 |
| 2.4. Ações Levantadas Pelo FONAPRACE | 42 |
| 2.5. Ações Levantadas Pelo CGTIC..... | 47 |
| 2.6. Ações Levantadas Pelo COGECOM..... | 63 |
| 3. Fortalecimento Das Ações Em Rede..... | 71 |
| 4. Ensino Híbrido No Contexto Do Pós-Pandemia | 74 |
| 4.1. Conceituação E Contextualização No Contexto Do Ensino Remoto Emergencial. | 74 |
| 4.2 Ensino Híbrido Face Ao Cenário Pandemia De Covid-19..... | 77 |
| 4.3. Normativas Sobre O Ensino Híbrido - O Que Temos, Imprecisões E O Que Precisa Ser Regulamentado. | 80 |
| 4.4. Recursos: 'Gestão De Pessoas, Infraestrutura E Orçamentário..... | 83 |
| 4.5. Planejamento, Implementação E Formação Continuada..... | 87 |
| 4.6. Formação Continuada E Ensino Híbrido - Forma-Se Para Formar | 91 |
| 4.7. Considerações Finais..... | 93 |
| Referências | 96 |

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, pandemia essa que iniciou ainda em 2019 e que em 2020 alcançou todos os países do mundo. No Brasil a situação se agravou a partir de março forçando muitos setores a mudarem sua forma de trabalho adotando o trabalho remoto, incluindo aí a educação em todos os níveis.

Ressalta-se que as universidades públicas brasileiras rapidamente entenderam seu papel no enfrentamento à pandemia, promovendo ações imediatas de paralisação de atividades presenciais, construção de estratégias de manutenção da formação de seus membros, organização e participação em pesquisas, bem como otimização de ações que pudessem apoiar a população brasileira para fazer o necessário combate à pandemia.

4 Ao longo de 2020, as universidades trabalharam intensamente no enfrentamento à Covid-19 e sua propagação. Como polo produtor de conhecimento, universidades brasileiras e outras mundo afora se mobilizaram no estudo do vírus em produções que visam encontrar sentidos para os efeitos que essa doença causa na vida das pessoas em toda sua dimensão: na saúde, na educação, no trabalho, na economia, na política, na qualidade de vida, no desenvolvimento da criança e do jovem etc.

As Universidades Públicas brasileiras atuaram e atuam em várias frentes para encontrar caminhos que possam garantir a qualidade de vida das pessoas e superar a crise sanitária que a pandemia causou no mundo.

A partir dessa nova realidade a totalidade das instituições federais de ensino superior - IFES iniciaram um processo de discussão avaliando formas de retorno das atividades utilizando as tecnologias digitais. Para contribuir com a discussão entre as IFES a Diretoria da ANDIFES editou a Resolução 01/2020 que dispunha sobre propostas para biossegurança, contingências, meios pedagógicos e infraestruturas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão decorrentes da pandemia e designou a Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, Educação a Distância e Avaliação para coordenar essa missão. O relatório elaborado pela comissão foi apresentado ao pleno da ANDIFES em agosto de 2020, ocasião em que a grande maioria das universidades já estavam com seus planos de retorno definidos os quais serviram de base para elaboração do relatório.

Passado um ano da suspensão das atividades presenciais todas as Universidades Federais estão desenvolvendo suas atividades de forma remota cumprindo assim a missão no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Este relatório tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas ao longo do ano letivo de 2020, considerando que a maioria das universidades estão ainda finalizando seus calendários acadêmicos do referido ano já em 2021.

No presente relatório são apresentadas ações levantadas pelos Colégios e Fóruns assessores da ANDIFES tendo como base os seguintes itens:

- Avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas de forma remota
- Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – PNAES
- Fortalecimento das ações compartilhadas entre as IFES
- Ensino Híbrido/Educação a Distância

Ao final do relato dos Colégios e Fóruns apresenta-se uma breve discussão sobre o fortalecimento das ações em rede coordenadas pela Andifes, tendo como foco o Programa de Mobilidade Virtual em Rede – CIM_PROMOVER lançado em 2021 e que pretende incluir a totalidade das Instituições Federais de Ensino Superior.

5

Como ponto final deste relatório apresenta-se ainda uma introdução à discussão sobre ensino híbrido, levando-se em conta a experiência trazida com a pandemia que nos forçou a trabalhar de forma remota.

2. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO LETIVO DE 2020

2.1. Ações levantadas pelo Cograd

No contexto desafiador de dar continuidade às suas ações em meio a uma pandemia, as universidades brasileiras deram respostas rápidas no apoio ao combate ao Coronavírus, reforçando seu papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país.

Sob a compreensão de que o acesso à educação superior é uma forma de diminuir a desigualdade social e de que a pandemia não poderia aprofundar o fosso entre ricos e pobres, as IFES resgataram o sentido da responsabilidade social que possuem e reafirmaram que a educação é um direito social e que a autonomia didático-pedagógica da universidade deve ser preservada.

6 Face ao exposto, o maior desafio na pauta da graduação foi a repentina migração para o modelo remoto de ensino. Mesmo as universidades com experiência em Ensino a Distância (EaD), tiveram muitas dificuldades para dar continuidade às aulas em ambiente virtual, pois a concepção do EaD é diferente do modelo remoto que está em construção. A adaptação foi necessária e a formação docente, bem como a aquisição de equipamentos de apoio para os estudantes, oportunizaram o acesso aos conteúdos, mas isso não significa que o problema foi resolvido.

O Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES (Cograd), analisa esses desafios e apresenta reflexões que deverão pautar as ações das instituições nos próximos anos. Está dividido em três partes: na primeira é feita a contextualização da problemática do ensino híbrido e seus desdobramentos nas Ifes; na segunda é apresentado o resultado de duas pesquisas realizadas pelo Cograd que fornecem dados sobre o *status* do retorno presencial das atividades acadêmicas e sobre os desafios encontrados para a continuação das ações de ensino, pesquisa e extensão e; nas considerações finais são apontados caminhos que ponderam sobre as consequências ao ensino superior se forem mantidas as atuais políticas educacionais no país.

2.1.1. Contextualização da problemática do ensino híbrido e seus desdobramentos nas IFES

Desde a segunda quinzena de março de 2020, a grande maioria das IFES suspendeu suas atividades presenciais devido aos desdobramentos decorrentes da Pandemia do Coronavírus. Várias instituições encontravam-se na fase de habilitação dos estudantes ingressantes e tiveram que inovar em estratégias para realizar a matrícula de maneira *on-line*, inclusive as bancas de verificação da veracidade da autodeclaração de candidatos a vagas reservadas.

Ainda em março, o MEC autorizou, por meio da Portaria Nº 343/2020 “(...) *em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação (...)*”, enquanto durar a situação da pandemia do novo Coronavírus. A autorização da substituição foi prorrogada, por meio da Portaria Nº 544/2020, até 31/12/2020, em consonância com Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE Nº 05/2020).

No contexto acima, juntamente à avaliação e acompanhamento do comportamento da epidemia da Covid-19 no Brasil, o Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES (COGRAD/ANDIFES) discutiu intensamente as estratégias para viabilizar a continuidade das atividades acadêmicas da graduação utilizando Ensino Remoto Emergencial (ERE) ou equivalente, sempre preocupados em manter a qualidade na formação dos estudantes e em garantir dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito à saúde.

Por meio de vários questionários propostos pelo COGRAD e respondidos pelos pró-reitores, o Colégio realizou um diagnóstico amplo e cuidadoso das condições de cada Ifes para a implementação do ERE. Os diagnósticos contemplaram: avaliação das condições dos estudantes, do corpo docente, do corpo técnico-administrativo, da infraestrutura institucional, assim como uma avaliação mais pedagógica do curso e das unidades universitárias sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no Ensino Remoto Emergencial.

As discussões no âmbito do COGRAD, a partir dos diagnósticos apresentados, apontaram estratégias que foram adotadas por várias Ifes na avaliação das condições para aderir ao ERE ou equivalente.

Verificou-se ainda que a maioria das Ifes concentraram esforços em manter as ações de permanência estudantil (auxílio emergencial; auxílio

para compra/empréstimo de equipamentos de informática; auxílio para conexão de internet; adaptar ações de suporte psicossocial e de saúde mental para atendimento remoto; entre outras) e de formação de servidores docentes e técnicos (letramento digital; eventos e cursos de formação docente sendo ofertados por várias Ifes; novos editais para monitoria/tutoria do ERE).

Até julho, o COGRAD registrou um número de aproximadamente 40 normativas e resoluções relacionadas ao ERE nas Ifes, algumas delas com retorno remoto do período letivo de 2020.1. Ressalta-se que pelo menos 21 dessas normativas foram aprovadas em decisões colegiadas, de maneira que algumas instituições iniciaram a implementação dos novos períodos letivos em agosto e setembro de 2020. A dificuldade em concluir os procedimentos de matrícula dos ingressantes de 2020.1 e garantir acesso e familiaridade com as ferramentas digitais pela comunidade acadêmica, foram os grandes desafios para retomar um período regular.

Os cenários do “pós-pandemia” são projeções a médio-prazo, considerando um período em que as condições de emergência sanitária se encontrem num patamar de redução importante no número de casos e de óbitos por Covid-19, de maneira sustentada para garantir a segurança e a saúde de toda comunidade acadêmica.

8

Neste período pós-pandemia, se projeta a implementação de atividades de ensino **híbridas**, em que o ensino remoto ainda permanece, enquanto ocorre um retorno gradual das atividades letivas presenciais. Assim, os levantamentos, estratégias e vivências de ensino remoto, mencionados anteriormente, continuam sendo necessários para esta nova fase, além de novas providências diretamente relacionadas ao retorno presencial. Além das estratégias adotadas pelas Ifes com relação ao ensino remoto, num retorno híbrido e de baixa densidade, será especialmente importante considerar as condições de saúde da comunidade acadêmica, destacando as camadas de maior vulnerabilidade, pertencentes aos grupos de risco.

O planejamento do retorno, ainda que parcial, de atividades presenciais, deve considerar as normas de biossegurança, e um envolvimento dos setores de engenharia e infraestrutura das universidades para identificar e verificar o atendimento das normas nos diferentes espaços didáticos e de trabalho, assim como a necessidade de adequações e reformas. Também é necessário o planejamento da mobilidade e circulação humana dentro e entre os espaços universitários pela comunidade acadêmica. Ressaltamos que a velocidade para retorno presencial das Ifes será diferente em cada região, em cada cidade, devido a diferentes momentos epidemiológicos

regionais e municipais, e também das condições de planejamento e de adequação às normas de biossegurança de cada instituição.

A necessidade de manutenção de distanciamento social mesmo no pós-pandemia, somada à demanda reprimida formada pelos componentes curriculares que não puderam ser ofertados remotamente, trará um grande desafio para as Ifes em termos de infraestrutura e carga didática docente, provavelmente pelos próximos 2-3 anos. Será preciso redimensionar a quantidade de estudantes por sala, e consequentemente determinar a prioridade de alocação dos estudantes nas turmas. Já é evidente a preocupação com o ingresso de novos estudantes em 2021, uma vez que estes trarão nova demanda para um cenário já sobrecarregado.

Finalmente, também houve uma preocupação sobre a forma com que a Secretaria de Regulação da Educação Superior (Seres) vai lidar quanto aos processos de regulamentação e avaliação de cursos e das instituições, considerando-se que até o momento, a implementação do ensino remoto tem sido feita de maneira emergencial. Caso a situação de emergência sanitária no Brasil persista até 2021 ou mais, é necessário ter clareza sobre a necessidade de incorporar as alterações, ainda que temporárias e provisórias, nos documentos institucionais oficiais (Projetos Pedagógicos de Cursos, e/ou PDI/PPI).

9

2.1.2. Pesquisa - Ensino Híbrido face ao cenário da pandemia de Covid-19

O texto abaixo representa uma síntese de um relatório encaminhado no dia 09 de abril de 2021 para o COGRAD/ANDIFES. Objetiva apresentar os dados de duas pesquisas aplicadas junto ao Colégio de Pró-Reitores de Graduação – COGRAD.

A incorporação de atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na abordagem pedagógica de cursos presenciais, conforme exposto, não é um *insight* da pandemia. Contudo, com a urgência do distanciamento social e dos protocolos de segurança em favor da vida frente à disseminação de um vírus altamente contagioso e letal, as instituições de ensino foram impelidas, quase que num movimento global, a verticalizar suas reflexões e ações para a construção de um formato de ensino via recursos tecnológicos.

No ano de 2021 foram aplicadas duas pesquisas junto às 69 Universidades Federais visando obter informações sobre as atividades acadêmicas durante a pan-

demia. A primeira pesquisa visava obter dados sobre o *status* do retorno presencial das atividades acadêmicas, conduzida nos meses de fevereiro e março, enquanto a segunda focou nos principais desafios encontrados pelas Ifes para a continuação da oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ocorreu no período de 15 de março a 19 de março. A pesquisa I apontou que 42% das Universidades respondentes estão executando o semestre 2020/2 e 40,7% estão conduzindo ainda o semestre 2020/1. Já o percentual restante está conduzindo semestre misto, ou seja com mais de um semestre letivo de forma concomitante.

Inicialmente, ambas as pesquisas buscavam identificar como está ocorrendo a oferta de atividades na presencialidade. Embora as pesquisas tenham ocorrido com um mês de diferença é possível verificar que as ofertas de forma presencial sofreram uma redução do mês fevereiro para o mês de março, pois das 59 Universidades Federais que responderam à pesquisa I- 100% estão realizando oferta remota de ensino e 83% estavam ofertando alguma atividade de forma presencial pautada nos protocolos de biossegurança, em razão das necessidades trazidas pelos cursos da área da saúde, atividades práticas de estágio, internato, dentre outras.

10

Outra questão de extrema importância trazida pela pesquisa I é a questão da elaboração e proposta de efetivação dos planos de retorno. Das 59 IES que participaram da pesquisa 11,9% já estão com seus planos aprovados, 18,6% estão com os planos aprovados aguardando indicação das autoridades sanitárias locais, 35,6% estão com seus planos em elaboração, e 33,9% indicaram ainda não ter iniciado a elaboração.

Na pesquisa II, a totalidade dos respondentes (39) apontou que o ensino híbrido foi implementado por ocasião da pandemia de Covid-19. Mais da metade das instituições (53%) estão operando de forma totalmente remota e as demais operam de forma híbrida. A natureza das disciplinas ofertadas de forma híbrida pelas universidades são estágios, internato, atividades práticas de cursos de graduação da área da saúde e alguns trabalhos de campo, da mesma forma que na pesquisa I.

Os resultados da pesquisa II trouxeram as principais dificuldades enfrentadas pelas universidades, que são relativas à formação de professores para o ensino na modalidade remota, haja vista a inexperiência das instituições nesta modalidade, o desenvolvimento de ações para incluir estudantes sem equipamentos eletrônicos, com baixa qualidade de conexão de internet ou até mesmo sem nenhum acesso. Outro grande desafio foi a elaboração de calendário acadêmico em um cenário de

incertezas, descompasso com DCNs, amparo legal em relação a continuidade do ensino remoto e imprecisão de algumas normas.

Dentre as tecnologias disponíveis para o ensino remoto, as duas plataformas mais utilizadas são o Google Meet e o Moodle. No entanto, algumas instituições apontaram a dificuldade financeira para aquisição de datacenters, licenças de ferramentas digitais, além de carência de técnicos para dar suporte tecnológico e em pedagogias de educação digital, uso de TICs na educação, EaD e Metodologias ativas.

Esse movimento, de viabilização do ensino por meio das tecnologias, recebeu várias denominações nesse contexto, predominando o uso do termo Ensino Remoto Emergencial. No entanto, faz-se importante ressaltar, que todos esses termos designam a alternativa pedagógica implementada pelas IES, no contexto da pandemia de Covid-19, em que as atividades de ensino e de aprendizagem passaram a ser realizadas por meio de espaços virtuais e com o uso de recursos digitais.

Essa experiência educativa demandou um esforço de adaptação muito significativo por parte de toda a comunidade acadêmica e está sendo atravessada por muitos enfrentamentos e desafios, tanto no que se refere à estrutura humana e física.

De acordo com o mapeamento realizado pelo COGRAD em março de 2021 foi identificado que 55% das Universidades apontaram a falta de acesso digital, planejamento, infraestrutura adequada, formação docente e qualificação técnica como limitantes para o ensino híbrido/remoto, enquanto 33% identificaram a resistência da comunidade ao ensino remoto. Boa parte desta resistência reside no reconhecimento das dificuldades inerentes às atividades híbridas/remotas no contexto da pandemia. A falta de acesso digital e as limitações no suporte tecnológico e de recursos humanos, agravados pelas restrições orçamentárias, são os principais elementos apontados.

Observa-se também que novos hábitos, habilidades e competências foram exigidos; inquietações, saberes, frustrações e êxitos foram experimentados fazendo com que outros horizontes, na esfera educacional, precisassem ser rapidamente incorporados pelas IES, de forma incontornável, dada a necessidade de preservação da vida.

Nesse cenário, a flexibilidade de conjugar momentos *on-line* e presencial, característica central do ensino híbrido, apresenta-se como uma alternativa possível para a condução do processo de ensino aprendizagem em um cenário externo instável, onde se intercalam as fases mais ou menos restritivas impostas pela pandemia de Covid-19.

2.1.3. Desafio do Ensino Híbrido e o debate a ser iniciado

Além de dar continuidade às ações acima elencadas, em 2021 está posto o desafio do acompanhamento e avaliação das experiências em execução de modo a tirar lições, corrigir percursos e apontar caminhos. A parceria espontânea entre as Ifes permitiu diferentes estratégias de integração que se traduzem em programas de cooperação como o Promover bem como o papel estratégico da Andifes, no apoio às demandas do COGRAD, dão a confiança para que no futuro as universidades superem os desafios ora apresentados.

As IFES ainda serão provocadas a enfrentar a discussão sobre a manutenção da qualidade no contexto do ensino remoto, e sobre os desafios de adequação das normativas da regulação aos PPC. Ademais, continuarão a receber demandas de expansão de cursos e vagas, particularmente na área da saúde, a garantir a empregabilidade dos estudantes em um mundo transformado pela pandemia, a ampliar a acessibilidade, a diminuir as taxas de evasão, a gerir de forma mais eficiente o orçamento cada vez menor e a garantir a inclusão digital.

Todavia, conforme exposto a seguir, ainda há necessidade de avanços para garantia de estabilidade das medidas implementadas:

1. O conceito de Ensino Híbrido no contexto da pandemia e da pós pandemia, necessita de adaptações visando sua adequação às medidas de biossegurança, a ideia central do modelo híbrido neste contexto— que já conta com recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser usado com “ênfase” — é a de diminuir o número de alunos em salas de aulas tradicionais para possibilitar distanciamento social e minimizar os riscos de contágio da Covid-19.
2. As normas do CNE no ano de 2020 apontavam para um cenário de normalidade em 2021, que está claro que não se concretizou. Atualmente identifica-se a insegurança jurídica em relação aos 200 dias letivos, uma vez que o prazo do estado de calamidade pública findou em 31 de dezembro de 2020. Neste contexto, há a necessidade de flexibilização dos dias letivos também no ano de 2021 por meio de nova regulamentação. Outros pontos destacados são a necessidade de regulamentação da educação híbrida, inclusive para além da pandemia. Neste sentido, também os quatro pontos controversos (de insegurança jurídica) levantados no item II (do

presente ofício) são resultado de uma inação governamental no que tange à regulação do período determinado de calamidade pública, que acabam gerando conflitos de regulação interna no próprio Ministério da Educação, em diversas matérias educacionais, bem como posicionamento diversos e não alinhados da Ifes. Faz-se necessária uma rápida e adequada regulamentação para que se possa cessar o atual estágio de incertezas e possam ser aplicados os devidos procedimentos relativos ao ensino híbrido no período pandêmico e pós-pandêmico.

3. O desafio mais importante diz respeito ao financiamento da educação superior e, mais especificamente, ao financiamento das instituições de ensino para realizar as mudanças necessárias, inicialmente, para o ensino remoto e, atualmente, para implementação do ensino híbrido que pode ser pensado como uma transição para retomada completa do ensino presencial. O corte de 18,2% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo Ministério da Educação pode não só comprometer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, mas principalmente os investimentos prioritários em biossegurança e em infraestrutura para a adoção do ensino híbrido. O ensino híbrido precisa considerar os aspectos: orçamentário, inclusão e acesso digital; tecnologia disponível; infraestrutura e logística para utilização dos espaços físicos, biossegurança e infraestrutura, capacitação docente para o uso de tecnologias digitais e elaboração de planos de ensino considerando as estratégias de ensino, aprendizagem no contexto do ensino híbrido; ajuste do calendário escolar e acompanhamento das ações.
4. A implementação de um processo de formação continuada deve considerar as distintas realidades e ser construído de modo autônomo, vinculado a cada contexto e apoiado em condições de trabalho, infraestrutura e material que permitam a inclusão de processos distintos de aprendizagem em meio ao avanço gradual do ensino remoto para o híbrido e assim a retomada do ensino presencial.
5. O ensino híbrido, ou seja, a utilização combinada entre o aprendizado *on-line* e o *presencial*, cria modelos que mesclam momentos em que o estudante estuda em um ambiente virtual – utilizando ferramentas da educação a distância – com outros em que a aprendizagem é presencial. Considerando a necessidade de manutenção dos protocolos de biossegurança, a

redução da quantidade de estudantes em atividades presenciais indica a necessidade de divisão de turmas, revezamento de estudantes, revezamento de turnos/períodos, alternância dos espaços educativos, utilização de ambientes externos para atividades de campo/práticas, maior número de docentes envolvidos na condução/mediação das atividades por disciplina, infraestrutura tecnológica, apoio à inclusão e acesso digital, formação e capacitação tecnológica e pedagógica.

Embora o que tenha sido exposto até aqui expresse o tamanho do desafio imposto, nada foi mencionado sobre as consequências do esforço contínuo e aparentemente insuficiente, para manter a continuidade das atividades acadêmicas. Muitos docentes e estudantes apresentam elevados níveis de estafa, quadro que só vem a aumentar o nível de desafio que ainda deverá ser enfrentado por aqueles que continuarão pela defesa da educação pública e de qualidade do país.

14 Acrescente-se ainda o desafio de tornar a universidade inclusiva em todas as dimensões de acessibilidade (atitudinal, metodológica, comunicacional, arquitetônica, instrumental e programática); superar barreiras à aprendizagem e à participação e; garantir acesso e permanência com qualidade assegurando acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Considerando o cenário emergencial que se encontra o ensino superior público do país, solicita-se, encarecidamente, que se envidem ações que sigam ao encontro da mitigação dos problemas relatados. O respeito ao conhecimento científico, o devido financiamento e o reconhecimento do papel social das Ifes contribuirão para que as instituições continuem a responder de modo rápido e eficiente ao desafio de ajudar o país a superar este momento crítico.

2.2. Ações levantadas pelo COPROPI

Desde meados do mês de março de 2020, dada a pandemia da COVID-19, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) organizaram seus calendários acadêmicos, suspensos por conta da paralisação das atividades acadêmico-administrativas por força da necessidade de isolamento social de discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, funcionários terceirizados e demais membros das comunidades universitárias.

A totalidade das IFES discutiram internamente as especificidades das suas realidades, adotando medidas que resultaram na retomada das atividades de pesquisa e pós-graduação. Esse retorno exigiu planejamento e adoção de medidas de biossegurança para garantir que as universidades não se tornassem centros de disseminação da COVID-19, caso as atividades presenciais retornassem de maneira descontrolada.

Sobre os calendários de atividades remotas de ensino na pós-graduação, uma preocupação citada de forma contundente pelos pró-reitores no COPROPI diz respeito ao cuidado que as IFES devem tomar com a possibilidade real de exclusão digital de parte da sua comunidade, impossibilitada de ter acesso às ações remotas previstas, e o quão prejudicial para a formação dos estudantes (seja de graduação ou pós-graduação) seria a adoção massiva de atividades de ensino remotas.

Outro questionamento surgido referiu-se a como se tratar a heterogeneidade de calendários dentro das IFES, uma vez que há casos de instituições nas quais alguns programas de pós-graduação continuaram todas as suas atividades de ensino e pesquisa, enquanto outros suspenderam todas as atividades. Algumas IFES fizeram levantamentos junto às suas comunidades para avaliar o percentual de adesão à atividades remotas em uma futura retomada das aulas. Nesse quesito, vale ressaltar o encaminhamento adotado por algumas instituições, que condicionaram a retomada das atividades de ensino na pós-graduação à adesão da totalidade dos seus estudantes. Na maioria das IFES, mesmo com o calendário letivo suspenso, bancas, orientações e supervisões de projetos têm acontecido remotamente, assim como as atividades de pesquisa e apoio administrativo das pró-reitorias.

As discussões que estão sendo travadas no momento no âmbito do COPROPI são elencadas a seguir:

- retomada plena de atividades de pesquisa presenciais
- retomada de atividades de ensino presenciais na pós-graduação
- definição de estratégias para o ensino e pesquisa híbridos (presencial/remoto):
- PROMOVER Andifes
- Credenciamento de docentes de outras instituições e outros países nos PPGs

- Acompanhamento de questões referentes à saúde mental e qualidade de vida de docentes e discentes no pós-pandemia
- Criação de um modelo de produção de conhecimento mais colaborativo e orgânico
- Aumento da intersecção da pesquisa e pós-graduação com os demais setores da sociedade
- Expansão do acesso à pós-graduação, com fomento adequado à PPGs foras dos grandes centros
- Aumento da atratividade de pós-graduação a estudantes, com bolsas e condições de pesquisa adequadas
- Manutenção de canais de interlocução da comunidade com o Estado (Andifes, COPROPI, sociedades científicas)
- Formulação do novo Plano Nacional de Pós-Graduação
- Recomposição dos orçamentos da CAPES e do CNPq, sistematicamente reduzidos nos últimos anos
- Aumento da atratividade de pós-graduação a estudantes, com bolsas e condições de pesquisa adequadas
- Retomada de ações de internacionalização

2.3. Ações levantadas pelo COEX

2.3.1. A extensão na pandemia

O desafio trazido pela pandemia afetou várias ações realizadas nas Universidades, porém, não teve o condão de paralisá-las. As Instituições ressignificaram suas atividades para se manter funcionando e cumprindo seu compromisso constitucional: realizar de modo indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão. Obviamente, ajustes foram feitos. O momento implicou distanciamento social, comprometendo o convívio diário das comunidades intra e extra-acadêmica.

A pandemia não traz um “novo normal” para a educação. Ela denuncia e resalta o baixo investimento feito na educação brasileira no que tange aos mecanismos

de interação mediados por tecnologias. Ressaltou-se o quão complexo é essa interação, tanto do ponto de vista pedagógico quanto pela disponibilidade dos recursos necessários para seu uso.

No ensino, por exemplo, as Universidades tiveram que repensar as aulas, trazendo um conceito de “ensino remoto” não usual nas Instituições. Sem pretensão de ser uma modalidade de educação a distância, o ensino remoto possibilitou que vários estudantes mantivessem sua relação com as entidades formadoras.

Deste modo, as Universidades criaram, rapidamente, formas de se manter conectadas com os estudantes e com sua formação. A preocupação, primeira, das Instituições foi com a vida e com o bem-estar de seus membros. O distanciamento social implicou no desenvolvimento de estratégias para que o corpo discente e docente se conectasse pela via tecnológica: programas de inclusão digital foram criados, disciplinas presenciais foram acolhidas no modo remoto, pesquisas foram realizadas presencialmente com todas as medidas de segurança, principalmente aquelas que tinham como foco o estudo da Covid- 19 e a busca de soluções para vencer a pandemia.

No campo do serviço público, docentes e técnicos foram colocados em trabalho remoto, exceto em serviços essenciais como hospitais, laboratórios clínicos, fazendas universitárias, etc.

A Universidade se reinventou e em seus diversos campos de atuação mostrou-se sua pujança para a superação da situação posta pela pandemia. No campo da extensão e da cultura não foi diferente. Mas, para entendermos bem o modo de atuação da extensão é necessário o resgate de seus princípios.

Como processo dinâmico baseado na interação social e, ainda, voltado para o desenvolvimento profissional de estudantes com vistas à transformação social, a extensão que – por sua vez – é fortemente pautada na presencialidade se viu diante de seus maiores desafios: manter ativas suas ações em tempos de distanciamento físico.

Os mesmos problemas observados no ensino e na pesquisa quanto à sua realização com mediação tecnológica foram percebidos no campo da extensão, sobretudo, quando da necessidade de uso dessa mediação com a população mais vulnerável. Como chegar à grande massa populacional considerando a dificuldade de acesso a mecanismos de tecnologia da informação e internet? De que modo manter

a dialogicidade, a interdisciplinaridade, a formação discente, a transformação social em tempos de pandemia?

Essas questões alimentaram debates realizados por gestores e gestoras da extensão Brasil afora. Percebeu-se que houve um entendimento comum, mesmo antes do debate em torno dessa questão, de que era necessário acionarmos o espectro de possibilidades que a extensão possui. Um espectro que considera as atividades de extensão em níveis crescentes de complexidade da participação popular e estudantil.

A promoção da extensão tem ocorrido com vistas ao que a Lei 9.394/1996 coloca em seu artigo 43, inciso VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição. Em complementação, o Plano Nacional de Educação, PNE (2014-2024) faz referência que a orientação das atividades de extensão deve ser as áreas de grande pertinência social.

Nesse ínterim, as Universidades entenderam que seu papel extensionista, em tempos de pandemia era voltar-se, fortemente, à superação da pandemia e à manutenção da vida. Para tanto, eventos foram realizados, projetos e programas foram criados, serviços prestados, cursos e oficinas realizadas a fim de apoiar a população brasileira na compreensão deste difícil momento que atravessa a humanidade.

Os gestores e as gestoras das Universidades apoiaram-se no conceito da extensão que, segundo as diretrizes traz a ideia de produção e aplicação de conhecimento tendo no compartilhamento dos saberes seu principal mecanismo de apoio popular.

Assim, para se compreender uma série de propostas realizadas nesse tempo de pandemia, foi necessário perceber que a extensão avança em níveis crescentes de complexidade e autonomia da participação popular quando vai da aplicação de conhecimentos até sua produção e ou ressignificação, passando pelo compartilhamento.

A produção do conhecimento para o avanço da ciência e para a transformação da sociedade, ou seja, a aplicação é ponto de partida para a construção coletiva.

Atividades vinculadas à aplicação de conhecimentos são, sem dúvida, extensão universitária, mesmo que não mobilizem os mais complexos níveis de participação direta da população – elemento desejável à extensão. Importa destacar que a participação desejável da comunidade nas atividades de extensão, quando situadas sob a égide da concepção dialógica assume o lugar de condição *sine qua non* para a definição

da identidade extensionista da atividade. Nesta via, traçar atividades de extensão que partam da aplicação de conhecimentos pode ser uma porta aberta para o diálogo com a população e, assim, o estabelecimento de redes que se adensam à medida que as pessoas da comunidade externa às Universidades possam ampliar seu envolvimento na própria produção dos saberes no alcance completo dos princípios extensionistas.

A necessária articulação com o ensino – aqui entendido como formação e desenvolvimento profissional -, e com a pesquisa é uma premissa importante da extensão, sob pena de, em uma ausência dessa relação, ocorrer a descaracterização da própria extensão universitária. Deste modo, as várias vertentes extensionistas presentes na constante abertura do desenvolvimento profissional à sociedade, bem como o permanente foco de investigações que possam ser constituídos pelos dilemas sociais traz dimensões sócio-relacionais características da extensão.

Dito de outro modo, o caráter indissociável da extensão com o ensino e a pesquisa devem ser a base da constituição das atividades extensionistas, sempre como modo de auxiliar no melhoramento das condições de vida da população brasileira.

Os pressupostos e a diversificação das práticas extensionistas foram pilares durante o enfrentamento à pandemia. A multiplicidade da atuação da extensão foi considerada sem o abandono dos princípios basilares construídos por um movimento de luta histórica pela extensão como forma de articulação das Universidades com a sociedade em geral.

Obviamente, que não se entra em uma pandemia sem prejuízos de diversas ordens, cuja vida é o maior valor a se preservar. Deste modo, o distanciamento social gerou prejuízos, sim, para as atividades extensionistas. Em vários momentos, houve a necessidade de lançar mão de ações que tem interfaces e naturezas intencionistas, mas que sozinhas não são extensão. Dentre elas, a divulgação científica e a criação de ações que foram veiculadas em meios de comunicação e redes sociais nem sempre conservaram todos os princípios da extensão. Porém, não fugiram àquilo que foi e é possível fazer em condições tão adversas permeadas pelo distanciamento entre as pessoas.

Em vários casos, houve a criação de fóruns virtuais de debates, de lives, de programas de rádio e TV, acolhimentos por via telefônica, da produção de materiais gráficos para a população e na produção de mídias informativas que pudessem ajudar as pessoas a compreender o momento em que vivemos. Essas ações tentaram garantir a interação dialógica que, em maior ou menor grau, ocorreu direta ou indiretamente.

O COEX/ANDIFES considera importante que tais ações continuem ocorrendo, pois delas a Universidade chega, também, à população e se possibilite que os estudantes, servidores e a própria população se apropriem de condições que reduza a exposição aos riscos da Covid-19. O compromisso social e o valor à vida foi o maior princípio seguido pela extensão durante esse tempo remoto.

2.3.2. Cenário e avaliação da extensão nas Universidades Federais em tempos de pandemia

As Instituições Federais de Ensino alimentaram o Portal de Monitoramento em tempos de Covid criado pelo Ministério da Educação e disponível em <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>.

Esse portal traz informações gerais do funcionamento das instituições ligadas ao MEC e mostra que todas estão em funcionamento desde o início da pandemia. No caso específico das Universidades, as 69 instituições que abrigam 1.123.691 estudantes; 95.115 docentes e 115.627 técnicos se mantiveram ativas durante o ano de 2020. A pandemia pode ter ressignificado uma série de ações, mas não paralisou as universidades federais.

20

Esse dado é fundamental, pois mostra que as universidades não se furtaram em seu trabalho principal de ensinar, pesquisar e realizar extensão. No caso das atividades de extensão, o COEX/ANDIFES fez levantamento da situação das IFES por meio de questionário aplicado às pró-reitorias de extensão com vista a se conhecer a realidade de cada uma delas.

As instituições respondentes estão listadas na tabela abaixo.

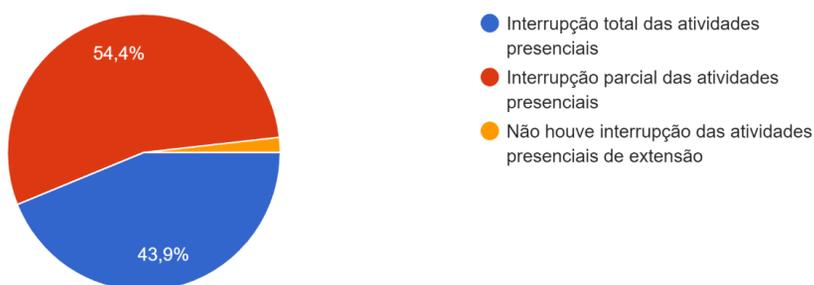
| INSTITUIÇÕES RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO | | | |
|---|-----|------|------|
| CEFET/RJ | UFF | UFPI | UFSM |

| | | | |
|------------------|-------|--------|-----------|
| IF BAIANO | UFFS | UFPR | UFT |
| IFG | UFG | UFR | UFTM |
| IFRJ | UFJ | UFRA | UFU |
| UFABC | UFJF | UFRB | UFV |
| UFAC | UFLA | UFRGS | UnB |
| UFAL | UFMG | UFRJ | UNIFAL-MG |
| UFBA | UFMS | UFRN | UNIFAP |
| UFC | UFMT | UFRPE | UNIFESP |
| UFCA | UFOB | UFRR | UNILA |
| UFCAT | UFOP | UFRRJ | UNILAB |
| UFCG | UFPA | UFSB | UNIPAMPA |
| UFCSPA | UFPB | UFSC | UNIR |
| UFERSA | UFPE | UFSCAR | UNIRIO |
| UFES | UFPEL | UFSJ | UTFPR |

Das 69 instituições federais para as quais foram enviadas o questionário, 57 concluíram e enviaram. A seguir são apresentadas o resultados com análise das respostas.

1. Houve interrupção das atividades presenciais de extensão em sua IES durante o período da pandemia?

57 respostas



A maioria das instituições demonstrou algum tipo de interrupção das atividades presenciais de extensão. Ao analisar mais detidamente os dados as instituições mantiveram atividades presenciais ligadas ao campo da saúde, sobretudo nos hospitais universitários. Assim, ações ligadas ao enfrentamento da pandemia foram mantidos,

seja no atendimento direto à população, resguardadas as medidas de segurança, seja no contato mediado por tecnologias.

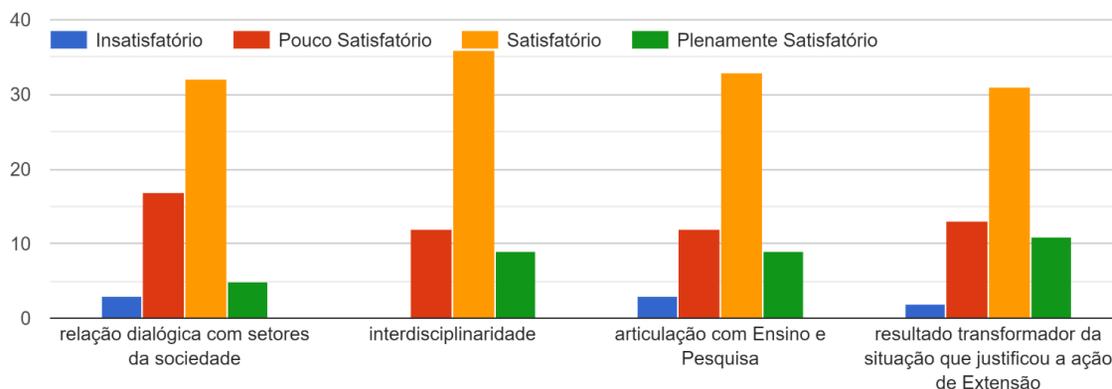
Verificou-se que algumas ações desenvolvidas em fazendas, com agricultores familiares, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas foram parcialmente mantidas. Outras ações como eventos e cursos que envolvem grande número de pessoas foram levadas para o modo remoto. Sobressaiu-se as prestações de serviços hospitalares, atendimentos à saúde, orientações à comunidade sobre a Covid, construção de materiais gráficos e digitais sobre a pandemia, estruturação de ações de apoio direto à emergência de alimentos à população, produção e distribuição de equipamentos individuais de segurança, dentre outros.

A percepção do cumprimento dos princípios da extensão foi classificada como satisfatória na maioria das respostas. A interdisciplinaridade e a articulação com o ensino e a pesquisa se destacaram neste item, uma vez que esses princípios dependem menos da interação direta com a população. A relação dialógica com os setores da sociedade foi a mais afetada, uma vez que existem limitações de acesso da população mais vulnerável aos meios de tecnologia digital que pudessem mediar o diálogo.

22

Quando da impossibilidade de uma ação direta que envolvia a dialogicidade, houve a necessidade de acionar mecanismos indiretos de alcance da população e, neste particular, considerou-se a divulgação como uma possibilidade, mesmo que não traga em si toda a dinâmica da prática da extensão, sendo produto dela. Ainda assim, verificou-se

2. Como você avalia o nível de satisfação em relação ao cumprimento dos princípios definidores da Extensão:



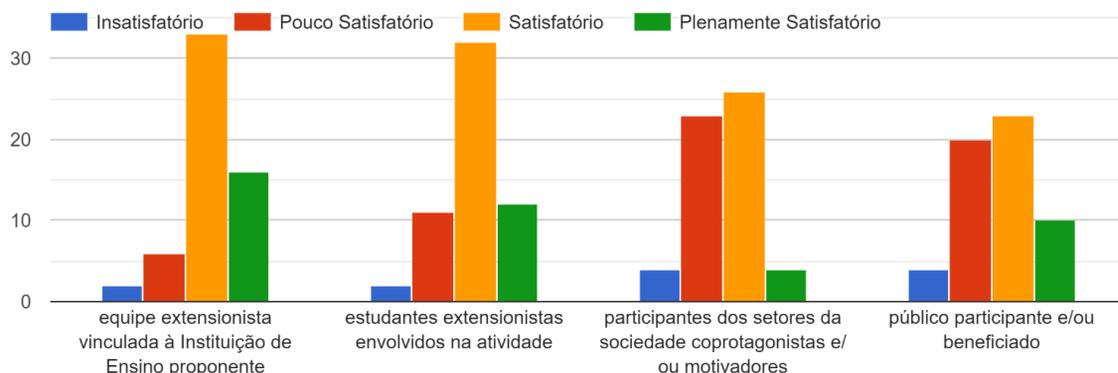
A percepção do cumprimento dos princípios da extensão foi classificada como satisfatório na maioria das respostas. A interdisciplinaridade e a articulação com o ensino e a pesquisa se destacaram neste item, uma vez que esses princípios dependem menos da interação direta com a população. A relação dialógica com os setores da sociedade foi a mais afetada, uma vez que existem limitações de acesso da população mais vulnerável aos meios de tecnologia digital que pudessem mediar o diálogo.

23

Quando da impossibilidade de uma ação direta que envolvia a dialogicidade, houve a necessidade de acionar mecanismos indiretos de alcance da população e, neste particular, considerou-se a divulgação como uma possibilidade, mesmo que não traga em si toda a dinâmica da prática da extensão, sendo produto dela. Ainda assim, verificou-se resultados na transformação social, ainda a serem mais bem explorados em ações futuras da COEX/ANDIFES.

A intangibilidade de alguns princípios exige maior estudo a partir do diálogo com os envolvidos, motivo pelo qual pretende-se, na segunda etapa do acompanhamento, traçar ações mais diretas de diálogo com a população a fim de se perceber como a transformação social tem ocorrido nesses tempos de pandemia. Assim, ainda é necessário se perceber os modos com que a extensão tem impactado no cotidiano e na vida das pessoas.

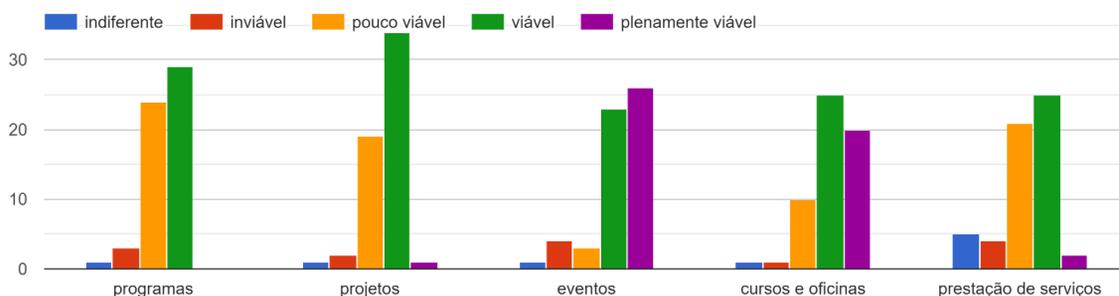
3. Em relação ao nível de envolvimento alcançado, como você avalia o uso de ferramentas e tecnologias de interação remota, na realização das atividades de Extensão:



O resultado acima demonstra a dificuldade de acesso da população ao uso das tecnologias de interação remota. Há de se considerar que a equipe interna às instituições, como os docentes e estudantes envolvidos mantiveram respostas satisfatórias, pois boa parte deles tem familiaridade com tecnologias de mediação. Os programas e ações de inclusão digital desenvolvidos nas universidades ajudaram muito para que atividades fossem mantidas com os estudantes mais vulneráveis. Todavia, esse gráfico aponta para o problema de acesso da população que se envolve nas atividades de extensão das universidades.

A inclusão digital social é uma realidade muito distante para a população brasileira, pois o acesso a computadores, internet com boa velocidade e o próprio domínio dessas ferramentas dificultam a participação da sociedade como coprotagonistas das ações; limitando-se, muitas vezes, a uma participação com menor envolvimento na produção do conhecimento. Nesses casos, houve aplicações e compartilhamento de conhecimento entre a Universidade e a população, níveis menos complexos de envolvimento e participação do público beneficiado.

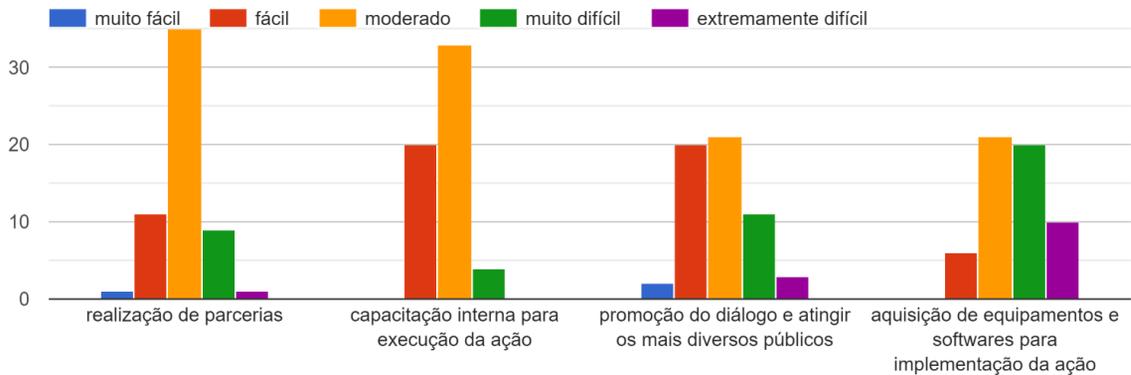
4. Como você avalia as condições de não-presencialidade sobre a Extensão quanto à exequibilidade das diferentes modalidades:



Sobre a execução por modalidade extensionista, a variação não tem refinamento para se afirmar que a não-presencialidade pode ser uma realidade a ser adotada na extensão, independente da pandemia. Esse dado, cruzado com a manutenção dos princípios da extensão deve ser considerado como um valor importante do cruzamento das respostas. Ou seja, existir a possibilidade da não-presencialidade na extensão pode significar menor participação popular como protagonistas da ação. Assim, mesmo que seja viável a realização de eventos, cursos e prestação de serviço em condições de não-presencialidade, isso não implica que as pessoas mantenham o grau de envolvimento.

Também é necessário se aprofundar na relação da execução das atividades de extensão com base na não-presencialidade com o tipo da ação de extensão. Algumas ações já incluíam atividades não presenciais, como alguns cursos e ações nas redes sociais. Eventos, por exemplo, foram mantidos principalmente por envolverem públicos de pares, em que as instituições formativas sejam a maior parte. Assim, parece viável que se intercale, independente da pandemia, eventos presenciais com não presenciais. Programas e projetos que tenham o envolvimento direto da população parecem inviáveis, sendo eles os mais interrompidos durante esse período.

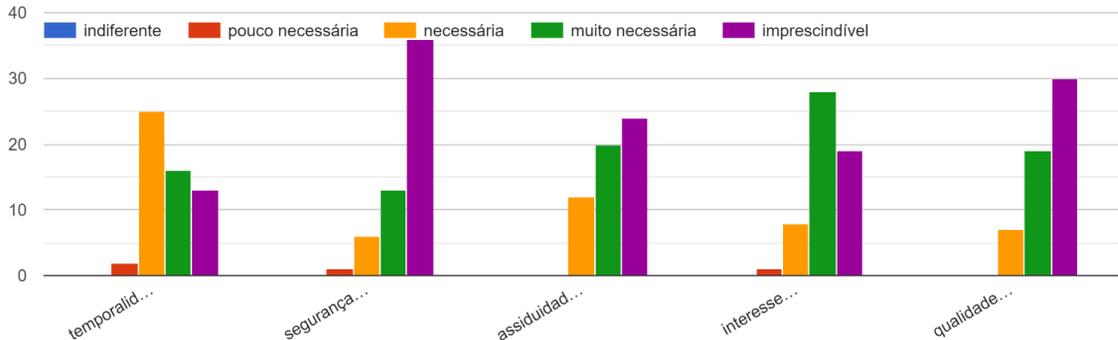
5. Como avalia o nível de dificuldade das ações relativas à:



Na continuidade das análises das respostas, verificou-se que os mecanismos de interação e construção de parcerias foram afetados pela pandemia, uma vez que os respondentes consideram moderado tais efetivações. A capacitação interna e a realização de parcerias mostraram-se possíveis remotamente, lembrando que o público interno possui alguma familiaridade com tecnologias de mediação. As parcerias também, em muitos casos, são traçadas com número menor de pessoas o que já era uma realidade antes da pandemia.

Todavia, o questionário não mostra o quantitativo e a natureza dessas parcerias, tampouco o público e/ou território alcançado. Essa limitação restringe a análise sobre o modo de construção de cada ação e da própria parceria que se firmou. Na contramão, as respostas sobre a aquisição de equipamentos demonstram o que já era conhecido nas instituições. A baixa destinação de orçamento para investimento e o excesso de burocracia no processo de compras interfere na aquisição emergencial de softwares e equipamentos, afetando, assim, diretamente todas as ações que, durante a pandemia, se viram muito relacionadas ao uso dessas ferramentas.

1. Como você avalia a viabilidade de dar continuidade às atividades de Extensão considerando as adaptações necessárias quanto a:

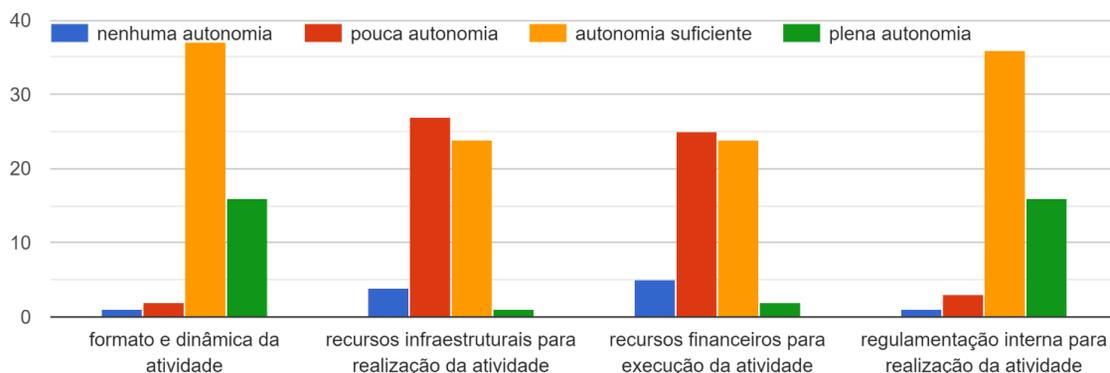


A continuidade das ações de extensão na pandemia teve como preocupação principal dos gestores e gestoras a “segurança das pessoas que atuam na atividade”. Essa, sem dúvida é uma preocupação que deve conduzir todo o processo e estar acima até mesmo de todos os princípios da extensão. Não se pode renunciar à segurança sanitária da comunidade interna e externa. Outros elementos indicados como a temporalidade da atividade mostrou-se ser um elemento necessário a ser observado, apesar de não ter sido consenso entre os pró-reitores e pró-reitoras. A assiduidade da equipe e o interesse dos setores da sociedade na ação foram classificados como fundamentais, revelando que não se faz extensão desvinculado com a formação e com o interesse social.

27

Esse fato foi corroborado no item de qualidade da difusão pública das ações desenvolvidas, pois a universidade é centro produtor de conhecimento sob pena de agir com proselitismo, caso fosse o contrário. A resposta sobre a qualidade é, também, uma defesa do que se faz nas instituições e do modo que se faz. O combate às *fake news* e ações de desconstrução de ideias milagrosas sobre a superação e a cura da Covid-19 foram incorporadas em ações desenvolvidas pela extensão, na tentativa de se fazer valer a ciência como resposta ao dilema colocado e vivido nestes tempos.

2. Como você avalia a continuidade das atividades de Extensão, considerando as adaptações necessárias de serem implementadas pela gestão da instituição, quanto a:



Os/as respondentes mostraram, também, o interesse em manter as ações de extensão em formatos alternativos e considerando adaptações necessárias durante a pandemia. Revelaram a autonomia na construção de normativas e na criação de caminhos que pudessem viabilizar a extensão.

28

Todavia, que era de se esperar, os recursos de infraestrutura e financeiros não acompanham a tomada de decisões do mérito da extensão. Há um enfraquecimento de todas as ações das universidades quando há falta de profissionais e de recursos financeiros para que consigamos executar as ações. Como uma dimensão formativa imprescindível à qualidade da formação profissional perseguida pelas universidades, a extensão sofre com os escassos recursos que recebe e com a falta de linhas específicas de fomento vindos do governo federal. É urgente a necessária retomada do fomento à extensão, não como programas “editalescos” e, sim, com o fomento permanente e contínuo, uma política de Estado que compreende qual é o papel social da universidade pública na construção do projeto de desenvolvimento para o país.

2.3.3. Experiências desenvolvidas de atividades de extensão no contexto da pandemia

No Portal de Monitoramento desenvolvido pelo Ministério da educação foram apontadas várias ações que estão em desenvolvimento e que possui íntima relação com a extensão ou mesmo é resultado dela.

| AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS IFES, segundo Portal de Monitoramento do Ministério da Educação | |
|--|----|
| Produção de álcool em gel | 91 |
| Fabricação de equipamentos de proteção individual com impressão 3D | 88 |
| Serviço de aconselhamento e/ou apoio psicológico | 86 |
| Produção de materiais educativos | 82 |
| Assessoramento às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde | 63 |
| Distribuição de alimentos | 60 |
| Capacitação de profissionais | 59 |
| Teleatendimento para orientação e esclarecimento à população | 57 |
| Produção de máscaras, aventais entre outros | 54 |
| Realização de exames para diagnosticar o coronavírus | 44 |
| Cessão de espaços | 42 |
| Empréstimo de equipamentos | 42 |
| Produção de materiais de limpeza, higiene, soluções sanitizantes, entre outros | 36 |
| Fabricação de equipamentos hospitalares | 34 |
| Cessão de veículos | 26 |
| Fabricação de peças de reposição para equipamento hospitalares | 24 |
| Desenvolvimento de vacinas | 6 |

Ainda segundo esse portal, alimentado com dados fornecidos pelas IFES, são 1.686 ações de enfrentamento à Covid-19 realizadas em todo o país, alcançando um público de 24,9 milhões de pessoas; um número expressivo frente à população brasileira.

Dos dados apreendidos no questionário observa-se que muitas destas ações constam das informações prestadas pelos respondentes. A seguir são listadas aquelas mais recorrentemente realizadas dentre as diferentes universidades:

| SIGLA DA INSTITUIÇÃO | 3. Liste até quatro experiências desenvolvidas de atividades de extensão realizadas no contexto da pandemia |
|----------------------|---|
| IF BAIANO | Dentre as ações, destacamos o edital n52, o qual selecionou 22 projetos de extensão com foco no enfrentamento da Covid 19. Dentre os projetos, citamos: 1. librasconnect (ações voltadas para a difusão de informações sobre a Covid 19 para as comunidades surdas); 2. Produção e distribuição de protótipos de respiradores artificiais com materiais alternativos; e 3. Produção e socialização de Kits de higienização. Além desse edital, também destacamos o planejamento e oferta de cursos de formação continuada na modalidade EAD, totalizando cerca de 11 mil inscritos nos editais de seleção, sendo 2456 matrículas ativas |
| IFG | Produção de Máscaras e outros EPIs; produção de álcool em gel. |
| IFRJ | |
| UFABC | Escola Preparatória da UFABC; Territórios populares insurgentes: atuação conjunta da universidade e comunidade na leitura, planejamento e qualificação do território. Produção de EPI's, álcool 70, tele-atendimento, atividades de orientação da população. |
| UFAL | 1. Programa UFAL Conectada (ciclo de webconferências e cursos executados de forma articulada entre as Pró-Reitorias Acadêmicas da UFAL) 2 - VII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária - VII JURA 3 - Ciclo de webinários da Coordenação de Extensão FAMED /UFAL 4 - Orquestra Sinfônica Universitária e CORUFAL - Concertos Virtuais |
| UFBA | cartilhas de saúde e alimentação; campanhas de esclarecimento; distribuição de alimentos, forum de debates com comunidades sobre o impacto da pandemia nas suas realidades. |
| UFCA | a) Projeto Moléculas da UFCA (ganhou prêmio neste ano de 2020 sobre os ODS, no Evento Nacional Enactus Brasil); b) Programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (disponibilizou atendimento e assessoria gratuita para aproximadamente 29 municípios da região do Cariri Cearense, no sertão do estado do Ceará, sobre o Auxílio Emergencial do Governo Federal, entre outros); c) Projeto UFCA Solidária: beneficiou mais de 500 famílias com arrecadação de alimentos, além de auxiliar na busca por emprego e qualificação do público beneficiado; d) Projeto Confecção de Máscaras Face Shield (beneficiou os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Paraíba e Piauí com aproximadamente 30 mil máscaras face shield, além de estabelecer parcerias com empresas e municípios na busca por equipamentos e matérias- prima, aproximando universidade e sociedade civil) |
| UFCAT | Curso para capacitação em TDICs; Roda de Conversa Online: A Pandemia da COVID-19 em Questão; Produção e elaboração de recurso educativo multimodal para a Educação em Saúde frente ao COVID-19 e demais doenças infecciosas; Educação, Saúde e Meio ambiente: ações para o desenvolvimento humanitário na comunidade catalana. |
| UFCEG | Dificuldades de acesso às tecnologias, por parte do público alvo; Capacidade de reinvenção; Novas aprendizagens em trabalhar em equipe. 1. Formação de Agentes Populares de Saúde para prevenção à Covid-19 e para a garantia de direitos junto à(o)s catadora(e)s de material reciclável de Campina Grande (PB) 2. Acolhimento e escuta psicológica em tempos de pandemia: sofrimento e modos de participação social 3. "Unidos e Nutridos na Distância: utilização de ferramentas virtuais em ações de alimentação, nutrição e saúde para o grupo de mães de crianças da educação infantil de uma creche do município de Cuité-PB" 4. Conscientização do uso de plantas medicinais pelos professores, estudantes e seus familiares durante a pandemia da COVID-19 |
| UFCSPA | Auxílio na construção de protocolos de segurança junto às instituições parceiras; produção de EPIs; orientações de saúde e enfrentamento à pandemia |
| UFCSPA | Auxílio na construção de protocolos de segurança junto às instituições parceiras; produção de EPIs; orientações de saúde e enfrentamento à pandemia |

| | |
|------|---|
| Ufes | 1) Produção de álcool, máscaras e protetores faciais para as instituições públicas e sociedade economicamente vulnerável. 2) Produção de materiais informativos (lives, cartilhas, entrevistas, etc) sobre a COVID e a pandemia. 3) Empoderamento digital e jurídico para pessoas com dificuldade de receber o auxílio emergencial. 4) Implementação de teleconsultas no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes. |
| UFFS | Prestação de serviços médico-veterinários no HV; fronteira em casa, projeto para apresentação em vídeos das ações de extensão e cultura; projetos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid, com edital específico, envolvendo cursos relacionados às áreas da saúde; laboratório para diagnóstico de PCR do Covid, instalado no HV, em campus situado em município de 16.000 hab, sem hospital ou quaisquer formas de atendimento. |
| UFG | Cursos de capacitação aos profissionais da atenção básica sobre a pandemia; 2. Projeto EPI-UFG; 3. Projetos telemonitoramento da COVID-19; 4. Projetos UFG SOLIDARIA dirigidos a população vulneráveis |
| UFJ | Programa UFJ em ação na luta contra o coronavírus Central humanizada Covid Produção de material educativo e canal YouTube com tradução para comunidade surda Treinamento para profissionais de saúde em técnicas de intubação rápida |
| UFJF | Ação de orientação à população referente ao benefício assistencial emergencial (Faculdade de Serviço Social); Núcleo de Educação Permanente para profissionais de saúde da Atenção Primária /NEPAP (Faculdade de Medicina); Oficinas informativas sobre a Covid 19: ação educacional de prevenção e contra fake news durante a pandemia (Faculdade de Comunicação); COVID ZERO: Prevenção da transmissão pelo Novo Coronavírus e medidas para o enfrentamento da pandemia (Instituto de Ciências da Vida e Instituto de Ciências Sociais Aplicadas). |
| UFLA | TeleCovid-19, uma plataforma para orientação e consulta on-line; curso “Uma Introdução à História da Música”, vídeos disponibilizados para toda a comunidade; apresentações artísticas e musicais através de lives, realização de cursos e eventos de todas as áreas de atuação; Grupo HIPERDIA e a pandemia da COVID-19: educação em saúde através do uso de smartphones. |
| UFMG | Plantão Psicológico; Curso de Extensão Democracia é... outra política, outra cidade, outra educação/cultura, outra economia; Projeto Rádio Janela; Covid-19 e população de rua. |
| UFMS | Criamos um edital emergencial e específico para ações de combate aos efeitos do Covid-19 e um edital de voluntários. |
| UFMT | 1. Projeto de Confecção de IPIs 2. Call center Saúde Mental. 3 Monitoramento COVID-19, 4 Cultura em tempos de Pandemia. |
| UFOB | a) Apoio técnico aos profissionais dos serviços de saúde do SUS no enfrentamento à COVID-19 na região Oeste da Bahia; b) Café Elétrico; c) Devir Cinema; d) Jornada Científica do Oeste Baiano: a inteligência artificial como a nova fronteira do desenvolvimento científico. |
| UFPB | Fablab UFPB: combate ao COVID-19 através da fabricação digital (atuou fabricando faceshields); Banco de Alimentos: implementação/reestruturação dos serviços de distribuição de alimentos; UFPB no Combate à COVID-19: Bancos que Alimentam - enfrentamento à pandemia COVID-19 no mês do São João; UFPB no combate à COVID-19 - Produção de Antissépticos, Desinfetantes e Materiais de Proteção Acessíveis: medida de enfrentamento ao Novo Coronavírus em restaurantes populares e albergues públicos da cidade de João Pessoa.; UFPB no combate à COVID-19: CAPACITHO UFPB (CCTA/DTH/DG):Boas Práticas de fabricação para o Setor de Alimentos e Bebidas em tempos de Corona Vírus (COVID-19). |

| | |
|-------|--|
| UFPE | Projeto Dialogando com a extensão (lives com coordenadores de diferentes projetos); O CAP VAI À ESCOLA: Oportunizando práticas corporais na Educação Infantil; Projeto língua solta: a serviço da comunidade e pela saúde dos bebês. |
| UFPEL | 1) Implantação do Site Tão Longe, Tão perto (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) que obteve adesão de vários grupos extensionistas operando simultaneamente como espaço de encontro, diálogo, reflexão e cultura, com inúmeras atividades abertas ao público. 2) Produção do livro digital "Conexões para um Tempo Suspenso", a ser lançado em final de dezembro junto com o número especial da Revista Expressa Extensão com o tema "Novas Formas de Diálogo e Interação", ambos organizados a partir de Edital de chamada para submissão de textos de ações extensionistas realizadas durante a pandemia. 3) Organização do FORCULTSUL 2020 – Fórum Regional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior reuniu os setores e agentes culturais dessas Instituições dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em debates que abordaram as políticas culturais no âmbito acadêmico e discutiram os elementos basilares para futuras diretrizes de integração dos seus agentes, trabalhadores e público da Cultura. 4) Organização do VII Congresso de Extensão e Cultura que reuniu 540 trabalhos de extensão de diferentes locais do país, sob temáticas alinhadas às diretrizes da Extensão e ao momento da pandemia, com salas de debates e destaques entre os apresentadores. |
| UFPI | 1- Projeto em busca de extensionistas para o enfrentamento do Coronavírus. 2- Borboletando: em casa também se aprende. 3- Prevenção e proteção dos indígenas Warao no contexto da pandemia. 4- Diálogos da Extensão. 5- Cursos de extensão sobre Paramentação, Desparamentação, Ventilação invasiva , Ressuscitação cardiopulmonar e Intubação orotraqueal em pacientes com COVID-19 |
| UFPR | Ações Integradas - Rede de Combate ao COVID-19; PROGRAMA: “Você importa”: Cuidando de si e do outro; COVID-19: Atendimento Diurno e Noturno de Emergência em Pandemia; Migração e processos de subjetivação – psicologia, psicanálise e política na rede de atendimento ao migrante |
| UFR | Projeto Testes COVID; Projeto Quarente-se; Projeto Ventiladores Mecânicos e Projeto educação financeira. |
| UFRA | 1- Lives de conteúdo técnico abertas a comunidade acadêmica e externa; 2 - Cursos e Eventos utilizando ambientes virtuais; 3 - Criação de um Boletim semanal sobre o COVID-19, para nortear as políticas de biosegurança da instituição e do estado; 4 - Formatação de um aplicativo de celular para a população poder comprar de forma "on line" direto produtor, com intermediação das cooperativas. |
| UFRB | Podcast: Pandemia, Vida e Políticas Públicas, VI RECONCITEC, Fórum 20 de Novembro e Programa de Acompanhamento e Enfrentamento à CoVid-19 |
| UFRGS | Unimúsica on-line; Sessões digitais do Planetário; Comemorações dos 86 anos da universidade, 48 anos do Planetário e 3 anos da Loja Ponto UFRGS; Reflexões para uma educação anti-racista do Museu da UFRGS. |
| UFRN | Eventos, cursos, publicação da revista, abertura de editais |

| | |
|-------|--|
| UFRPE | <p>1. CONEXÃO REMOTA PARA O COMBATE À COVID-19: CONTEÚDO CIENTÍFICO AO ALCANCE DA POPULAÇÃO</p> <p>2. MULHERES NO ENFRENTAMENTO A COVID 19 E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</p> <p>3. . TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO BASE PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID 19, EM ÁREAS RURAIS, ATRAVÉS DA RADIO WEB AGROECOLOGIA</p> <p>4. METODOLOGIAS REMOTAS COMO FORMA DE ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO SOBRE A COVID19 PARA A POPULAÇÃO GERAL: A CIÊNCIA PODE VIRALIZAR, O VÍRUS NÃO.</p> |
| UFRR | <p>1. FABRICAÇÃO DE ESPAÇADORES ARTESANAIS PARA USO EMERGENCIAL (COVID-19) POR ESTUDANTES DE MEDICINA; 2. RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO ONLINE NA PANDEMIA COM SEUS DESAFIOS E VANTAGENS; 3. DIVULGAÇÃO E TRADUÇÃO PARA LÍNGUAS INDÍGENAS DE INFORMAÇÕES SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS EM RORAIMA E 4. CLUBE DE LEITURA EM TEMPOS DE PANDEMIA</p> |
| UFSB | <p>Orikí: a pandemia e a cosmovisão dos povos tradicionais de terreiro; Projeto de extensão em gêneros e sexualidades divergentes do Campus Paulo Freire; Cartas dos Guardiões(ãs) da Terra e do céu: experiências de escritas originárias de crianças indígenas; Rede N'Ativa: uma plataforma de enfrentamento e mitigação dos impactos da COVID-19 no Território Costa do Descobrimento</p> |
| UFSC | <p>Fomento a 20 Nucleos de Produção digital para Capacitação no uso de ferramentas de ensino remoto. Oficinas de criação de vídeos; Oficinas de Produção de conteúdo; foram oferecidas mais de 5.000 vagas gratuitas.</p> |
| UFSJ | <p>Desde o início da pandemia, trabalhamos em algumas frentes: mapeamento das nossas ações, ouvindo coordenadores(as), suas demandas e anseios; Proposta de formação de redes; Adaptação do presencial para o online; Protocolos de segurança para ações de saúde; entre outras. Fizemos reuniões por videoconferência entre ações com atuação semelhante (seja pela área ou pelo público, ou local) para a formação de redes. Funcionou entre projetos na área da Educação, principalmente.</p> <p>Sugerimos aos coordenadores(as) das nossas ações de Extensão que fossem adaptadas as atividades presenciais para plataformas digitais. Assim, com o apoio de docentes e discentes do Departamento de Computação, foram desenvolvidos aplicativos para auxiliar neste processo. Como exemplo, o dispositivo criado para o Cursinho Popular que contribuiu para manter a mobilização dos jovens. Foi disponibilizado também o acesso amplo às plataformas de videoconferências, por exemplo, com a capacitação docente e discente em plataformas digitais. Formulamos uma cartilha de biossegurança para as ações na área de saúde, principalmente às que atuam no combate à Covid-19. Foram lançadas duas Chamadas de Programas Institucionais específicas para ações relacionadas à pandemia. Mantendo nossa atuação ao longo do ano, atualizando as frentes de ação de acordo com o cenário da doença. Pensando na saúde mental dos extensionistas, oferecemos apoio psicológico aos integrantes da ação de extensão.</p> |
| UFSM | <p>https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/covid-19/</p> |
| UFT | <p>Lançamento de Editais para Tecnologias Sociais: construção de plataformas, de aplicativos. Ações para crianças através de vídeos. Produção de álcool e gel, protetores faciais para e com a comunidade. Trabalhamos muitas ações e projetos. Produzimos podcasts, lives, programas de radio, de tv.</p> |
| UFU | <p>Programa de Humanização no HC; Rede de Extensão Remota; Evento on-line; Extensão nas Fazendas</p> |

| | |
|--|---|
| UFV | Continuidade do Programa PIBEX Produção de álcool em gel para uso na comunidade universitária e distribuição em asilos e hospitais Produção de EPIs (aventais e máscaras) para distribuição na regional da secretária estadual de saúde Edital "Arte é Cultura: seja criativo e fique em casa" Edital de atividades de extensão voltadas ao combate à COVI_19 e à geração de emprego e renda |
| UnB | A Semana Universitária 2020 da UnB - SEMUNI Edições do Projeto UnB Perto de Você Programas Estratégicos de Extensão: "Comunicação e extensão em Rede" e "Agenda 2030" |
| UNIFAL-MG | 1- Eventos com excelentes palestrantes, que presencial não seria possível devido a recursos orçamentários e agenda; 2 - Prestação de serviços no enfrentamento à covid-19; 3 - cursos de extensão em EAD para formação continuada de professores do ensino fundamental da rede pública. |
| UNIFAP | Projeto universidade da mulher, projeto universidade aberta a pessoa idosa, projeto libras na comunidade. |
| UNILA | 1)Projeto institucional UNILA de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV-2): Ações de enfrentamento, composto de nove ações: a. Produção de álcool glicerinado 80% conforme formulação OMS. b. Disponibilidade de infraestrutura física da UNILA para apoio as ações governamentais de combate a COVID-19. c. Diagnóstico de COVID-19 por identificação molecular por RT-q PCR. d. Busca de financiamento para apoio as ações institucionais de combate a COVID-19. e. Fabricação e Impressão 3D de peças de equipamentos e EPIs para as ações de combate a COVID-19. f. Modelos e projeção de contágio por COVID -19 em Foz do Iguaçu e 9ª Regional de Saúde. g. Destilação de álcool >70% a partir de bebidas alcoólicas ou álcool de menor concentração. h. Diagnóstico e tratamento de pacientes da COVID-19 por técnica imunológico. i. Medicina Personalizada para tratamento de pacientes COVID-19 em Foz do Iguaçu. |
| UNILAB | 1. Projeto Empatia; 2. Projeto Diálogos Urbanos; 3. Projeto Empodere-se 4. Podcast Fake News |
| UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa | 1) Curso de Formação de Professores; 2) Produção de EPIs/Álcool/Sanitizantes; 3) Realização de Testes PCR para Diagnóstico de COVID; 4) Ações educacionais e culturais de enfrentamento a quarentena/pandemia. |
| UNIR | <ul style="list-style-type: none"> • FESTIVAL UNIR ARTE CULTURA ON LINE; • COVID 19, ISOLAMENTO SOCIAL, ENSINO REMOTO E PROTEÇÃO AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E HORIZONTES; • FERRAMENTAS GOOGLE APLICADAS AO ENSINO: EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPOS DE PANDEMIA; • PROJETO MÁSCARAS DO AMOR: UNIR E AMIGOS EM AÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19'. |
| UNIRIO | Ciência Política nas Escolas (Educação); Recicla Direito (Meio Ambiente); Projeto Integrado de Oficinas Culturais (Cultura); Incorporação e Produção de Tecnologias nos serviços de saúde (Tecnologia e Produção); Núcleo de Assessoria Jurídica Poupular Amarildo de Souza - NAJUP (Direitos Humanos) |
| Universidade de Brasília | Semana Universitária, webinários, roda de conversa, palestras. |
| Universidade Federal da Fronteira Sul | Lives, Ciclos de Debates, Semanas Acadêmicas, Produção de álcool gel. |
| Universidade Federal da Fronteira Sul | desenvolvimento de ferramentas para auxiliar nas chamadas de pessoas com sintomas da covid Fronteira em Casa; ProecTV; Programação de Aniversário da UFFS;Edital de Apoio Institucional à Ações de Extensão em Saúde para Prevenção, Monitoramento e Segurança frente à pandemia do Coronavírus; Edital - Apoio a ações de demanda espontânea de Extensão e Cultura institucionalizadas junto à PROEC. |

| | |
|--|--|
| <p>Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA</p> | <p>1- Live para comunidade acadêmica e externa, levando a uma determinada comunidade um conhecimento desenvolvido pela Universidade para ser debatido; 2- Cursos técnicos on line para comunidade acadêmica e externa; 3- Eventos de Extensão realizados de forma Remota, que estavam previstos serem feitos presencialmente; 4- Divulgação de um Boletim sobre o estado da Pandemia de COVID-19 de forma semanal, visando nortear as tomadas de decisão da Universidade, do Estado e da sociedade em geral.</p> |
| <p>UTFPR</p> | <p>VENT-U² Ventilador Pulmonar concebido na Universidade para você Câmpus: CT - Curitiba Categoria: Fabricação de equipamentos hospitalares Ventilador Pulmonar de pressão controlada fabricada com componentes disponíveis no mercado nacional. Link: https://acao.utfpr.edu.br/?page=9</p> <p>NÓS Nosso Olhar Solidário - aplicativo Câmpus: CT - Curitiba Categoria: Aplicativo Aplicativo de quem deseja ajudar e ser ajudado Link: https://acao.utfpr.edu.br/?page=9</p> <p>Projeto de vestimentas descartáveis Câmpus: CT - Curitiba Categoria: Produção de máscaras, aventais entre outros produtos para proteção individual São vestimentas descartáveis, de baixo custo, para utilização das forças de segurança pública Link: https://acao.utfpr.edu.br/acao/43/</p> <p>Capa individual para desinfecção dos profissionais de saúde Câmpus: CT - Curitiba Categoria: Produção de máscaras, aventais entre outros produtos para proteção individual Sistema portátil para desinfecção do profissional de saúde e suas vestimentas no ambiente hospitalar Link: https://acao.utfpr.edu.br/acao/44/</p> <p>Mais ações podem ser conferidas no link https://acao.utfpr.edu.br</p> |
| <p>UFERSA</p> | <p>Curso, lives, podcast e confecção de material de proteção (face shield) para o Covid.</p> |
| <p>UFRRJ</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Cursos de extensão online envolvendo a Universidade e atores externos - Oferecimento de palestras, mesas redondas e conferências usando plataformas digitais de comunicação, organizadas pelas chefias dos departamentos ou coordenações de curso, a fim de propiciar o cumprimento de oferta de carga horária de atividades autônomas aos alunos de graduação - Registro de ações de extensão na Plataforma denominada Central Extensionista de Dados (CED), criada emergencialmente no início da Pandemia COVID-19 (abril/2020), desburocratizando o processo dos registros de ações de curto prazo. Aproximadamente 700 ações aprovadas, tendo um total de 445 proponentes, tendo sido certificados de abril à setembro/2020 21473 participantes. - Direito em tempos de pandemia: Atividade direcionada à prestação de orientação jurídica à comunidade acadêmica da UFRRJ bem como à sociedade civil em geral, de forma gratuita e online, para dúvidas sobre áreas jurídicas impactadas pela pandemia. |
| <p>UFPA</p> | <p>a) Produção insumos para o atendimento de demandas hospitalares (álcool gel); b) Fabricação de face shield (protetor facial); c) Realização de atividades de formação para a adaptação de metodologia para o trabalho remoto; d) Realização de seminários e oficinas de capacitação remota.</p> |
| <p>UFTM</p> | <p>1. Publicação de um edital com fomento de bolsa discentes específico no enfrentamento e combate ao coronavírus; 2. Produção de EPI's e sanitizantes para doação; 3. Parcerias com as empresas na doação de recursos financeiros e equipamentos (mais de 800 mil); 4. Criação de um link específico (banco do conhecimento) contendo todas as ações de extensão votadas à covid-19.</p> |

| | |
|------|--|
| UFPA | <p>1- Edital Prêmio Proex de Arte e Cultura 2- Implementação de Emendas Parlamentares de Arte e Cultura 3- Acompanhamento de Projetos e Programas de Arte e Cultura do Instituto de Ciências da Arte.</p> |
| UFTM | <p>1. Desenvolvimento de projetos de produção de EPIs e produtos sanitizantes; 2. Fomento de bolsa de extensão com publicação de edital específico em ações de enfrentamento e combate à Covid-19; 3. Parcerias com empresas e órgãos públicos no financiamento/doações de alguns projetos com ações voltadas no enfrentamento e combate à Covid-19; 4. Definição de um repositório online (banco do conhecimento) com todas as ações de extensão desenvolvidas no enfrentamento e combate à Covid-19.</p> |
| UFRJ | <p>1) Vídeos do Projeto Proactiva - Programa de Atividade Física e de Psicoeducação para uma vida Autônoma com Qualidade - Instituto de Psiquiatria; 2) Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica pelo Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos; 3) Projeto Astronomia através da janela Observatório do Valongo; 4) Projeto Contadores de Histórias #EmCasaComHistórias</p> |

Segundo os respondentes, os grupos mais afetados foram aqueles vulneráveis, tipificados na tabela abaixo:

Grupos sociais com os quais a atuação da extensão foi limitada ou impossibilitada pela pandemia

Comunidades rurais e comunidades localizadas sem acesso à internet ou dispositivos

Com maior vulnerabilidade, sem condições de acesso as TDICs.

Escolas públicas; Comunidades indígenas

As atividades de cultura ficaram bastante limitadas. Ações executadas dentro da comunidade foram impossibilitadas de ocorrerem.

Empreendimentos da Economia Solidária, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Escolas, Associações de Moradores, organizações vinculadas à Agricultura Familiar, Assentamentos da Reforma Agrária, organizações culturais, Sindicatos, ONGs, Poder Público. idosos, crianças, portadores de deficiência

Atividades com moradores de rua, Campanhas de prevenções com os diabéticos e hipertensos, Cursos para alunos de escolas públicas, atividades esportivas ofertadas as diversas comunidades e demais ações junto a Comunidade.

Grupo de idosos; agricultores; pessoas com deficiência

Ambientes escolares; lar para idosos; comunidades rurais; ambientes hospitalares

Grupos de idosos; indivíduos privados de liberdade.

- Grupos de idosos;

- Indivíduos privados de liberdade;

- Crianças.

Escolas públicas de educação básica presenciais

Escolas públicas de educação básica presenciais

Nós não temos conhecimento de grupos sociais limitados ou impossibilitados de receberam a atuação de projetos de extensão.

Muitas atividades tiveram um impacto inicial mas aos poucos foram se virtualizando.

Agricultura familiar; professores (formação), produtores rurais em geral

Agricultura familiar; professores (formação), produtores rurais em geral

Agricultores e produtores rurais em geral; alunos e professores das redes de ensino, entre outros

Comunidade não Acadêmica

Povos indígenas; comunidade quilombola; assentamentos rurais.

Escolares

Atendimentos nas unidades de saúde

Prestação de serviço na universidade

Todos os segmentos sociais tiveram limitações à participação nas atividades de extensão, principalmente aqueles grupos mais vulneráveis, tanto no que se refere ao acesso à tecnologia, quanto às suas condições socioeconômicas.

Principalmente as pessoas da zona rural e regiões de vulnerabilidade socioeconômica com pouco acesso ou acesso limitado à internet.

Estudantes da educação básica; comunidades indígenas e quilombolas; população encarcerada; profissionais do sexo.

Pessoas sem acesso à telefone móvel e pacote de dados.

Estudantes da Educação básica, povos indígenas.

Comunidades rurais; Estudantes de escolas públicas; Quilombolas; Pessoas idosas, entre outros.

Os grupos assistidos pelas ações de serviço prestado em clínicas escola e ambulatórios do HU; as escolas públicas; idosos e crianças.

Comunidades.

1) A Universidade Aberta da Pessoa Idosa cancelou parte de suas atividades tendo em vista a limitação que o seu público teve com o uso das ferramentas digitais. 2) O Fórum Social, constituído por representações dos conselhos, associações de bairro e movimentos populares diminui o número de ações que estavam sendo realizadas. 3) O atendimento que os museus realizavam regularmente, sobretudo com escolas do ensino fundamental e médio, foi suprimido. 4) O atendimento aos municípios da Azonasul foi substituído por ferramentas digitais, quando foi possível atender, sobretudo, às comunidades rurais. 5) A prestação de serviço em saúde, conforme a área, foi diminuída.

As comunidades rurais, camponesas, quilombolas

Indígenas; Imigrantes; População de Rua; Velhos; Crianças em idade não-escolar; População sem inclusão digital

Indígenas; Quilombolas; Populações ribeirinhas e população rural.

A maior dificuldade ocorreu com os grupos de pessoas que apresentavam: desconhecimento tecnológico e falta de equipamentos (computador, celular, chip e conexão).

Educação Básica, Pessoas com Deficiência, Comunidades Tradicionais e da Periferia

Todos os grupos sofreram limitações em suas atuações, precisaram se adaptar a modalidade remota.

Comunidades rurais e pesqueiras, estudantes e internos em hospitais.

Alunos de Escolas Públicas, Participantes de Bibliotecas Comunitárias, Pequenos Agricultores Rurais

Indígenas

estudantes de escolas públicas

Os ligados à saúde, com atendimento a público externo, como por exemplo, clínicas odontológicas.

Estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas; Trabalhadores rurais; Idosos de abrigos; Crianças e jovens com diferença funcional; Demais pessoas que estão no grupo de risco da Covid-19.

quilombolas; indígenas

Comunidades tradicionais sem acesso a internet.

Idosos, crianças, deficientes, mulheres grávidas

Produtores rurais

Comunidades rurais

Foi mais difícil entrar em contato especialmente com os grupos populacionais mais vulneráveis economicamente, tendo em vista que a interação passou a ser basicamente remota, dependente de tecnologia.

grupo de Crianças em escolas, ONGs e creches; grupo de idosos; grupo de pessoas portadoras de câncer ou doenças crônicas assistidas por ONGs ou outros setores sociais; pessoas em cárcere nos presídios, dentre outros.

Idosos

Escolas e associações de bairros

Grupo social de mulheres grávidas e idosos.

A população mais vulnerável é ainda mais excluída nesse momento de pandemia.

pessoas de baixa renda e comunidade surda

População carcerária; crianças em idade escolar; idosos

Indígenas, lideranças comunitárias, população em vulnerabilidade social.

Organizações não-governamentais, Grupos de Idosos, Agricultores familiares, entre outros.

idosos

Distanciamento dos estudantes e da comunidade regional de forma geral.

Idosos e pessoas que gostariam de formações muito rápidas, no estilo em que se encontram nos diversos canais do Youtube

| |
|---|
| Produtores rurais |
| De modo geral todos aqueles que de alguma forma apresentavam limitações técnicas ou de equipamentos para acessarem aos ambientes virtuais (desconhecimento tecnológico, falta de computadores ou celular, internet sem qualidade e municípios não atendidos por sinal de internet). |
| limitações junto a escolas municipais e estaduais. |
| limitação em relação a escolas municipais e estaduais. |
| Ações de prestação de serviço como: hospital veterinário, atendimento jurídico e etc. |
| Grupo de Idosos; grupo de agricultores familiares, grupos desportivos, |
| Jovens de formação profissional; Idosos atendidos por programas sociais (saúde); Crianças da rede de educação básica. |
| Não temos registros de impossibilidades de atendimento aos grupos sociais. |
| Grupos das cidades dos municípios do interior nas ações multicampiartes. |
| Grupos da Cultura Popular |
| Grupos Artísticos da Periferia |
| 1. Sociedade em geral, principalmente nos projetos de serviços ofertados a população; 2. Alguns grupos organizacionais de produtores rurais; 3. Pessoas do grupo de risco; 4. Alguns projetos de prestação de serviços. |
| população de baixa renda sem acesso a internet ou celular |

2.3.4 Considerações Finais

Sem a pretensão de esgotar a discussão, este relatório apresentou estudo preliminar sobre a realização de atividades de extensão em meio à pandemia da Covid-19. Ressalta-se que as Universidades não se furtaram à sua participação no enfrentamento à pandemia. Tampouco, aguardaram que o poder público fizesse o financiamento adequado para agir. A ação das Universidades foi imediata!

Neste ínterim, as Instituições em respeito à vida e à dignidade humana suspenderam as atividades acadêmicas presenciais a fim de garantir o distanciamento social e colocar seus membros em segurança. Instalaram processo sistemático de discussão acerca da contaminação pelo Coronavírus e das medidas sanitárias necessárias para a preservação da vida, ao tempo que refletiam sobre como construir agendas acadêmicas neste contexto novo e incerto. Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da Pandemia foram criados nas diversas instituições com o intuito de coletar e sistematizar dados, emitir orientações para a comunidade acadêmica e comunidade externa e sustentar os setores acadêmicos em relação aos encaminhamentos didático-metodológicos e sanitários a serem adotados. Como desdobramento indicou se a retomada dos calendários acadêmicos, que majoritariamente haviam sido suspensos, utilizando o conceito e prática do ensino remoto. Esse, por sua vez, não se caracteriza como educação à distância, ou seja, não está sujeito às normativas próprias da modalidade de ensino prevista na LDB, com diretrizes e metodologias próprias, mas se constituiu na possibilidade de por meio de plataformas digitais e

outras ferramentas tecnológicas viabilizar que os estudantes do ensino superior das Universidades mantivessem seus estudos, ainda que submetidos a inúmeras adequações.

As condições desiguais da sociedade brasileira presentes no contexto das universidades tornam-se mais evidentes, especialmente a partir da democratização do acesso por meio de sistemas de cotas, construção de novas universidades e da interiorização dos campi que oportunizaram a presença de setores das camadas populares, historicamente alijados do ambiente da universidade. Essa política responde como demonstrado na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pela Andifes em 2018, por modificar “radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades”. Diante dessa realidade um novo desafio foi assumido pelas instituições: assegurar que todos pudessem participar dessa retomada por meio do ensino remoto. Para tanto, as Instituições construíram editais de inclusão digital a fim de auxiliar seus estudantes mais vulneráveis a continuar suas atividades formativas. Além de oportunizar o acesso a equipamentos e a rede de internet também houve substantivo investimento na formação de docentes e discentes no uso das tecnologias para fins acadêmicos.

40 Os conselhos e órgãos deliberativos nas Instituições, bem como a própria rotina administrativa funcionaram de modo remoto. Decisões foram tomadas, processos seletivos foram realizados, eleições para reitores foram conduzidas a partir da ação imediata das instituições.

A AANDIFES, por meio de seus Colégios e Fóruns e da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, cumpriu importante papel no desenrolar das ações e na defesa da autonomia universitária. Reuniões entre os reitores/reitoras foram mantidos e as trocas de estratégias ampliaram o escopo da ação individual em prol do trabalho coletivo e integrativo. A consolidação de redes intra e interinstitucionais passou a ser fortemente estimulada na implementação das atividades acadêmicas.

A pesquisa, sobretudo sobre a compreensão da pandemia, o enfrentamento à Covid- 19, a participação no desenvolvimento da vacina e o estudo de caminhos de tratamento foram desenvolvidas nas Instituições. A rápida ação de pesquisadores em interface com outros investigadores de renomadas instituições nacionais e internacionais foi uma realidade percebida para a identificação de meios de superação do problema colocado pela pandemia.

Ainda assim, várias foram e tem sido as mortes causadas pela pandemia. Muitas resultado da minimização dos efeitos da infecção e do descaso de várias autoridades políticas sobre o tratamento, sobre a prevenção e sobre o distanciamento social. Todavia, as Universidades continuaram atuando contra o vírus e seus efeitos letais.

No campo da extensão, as Universidades se reinventaram, mantendo ações presenciais voltadas para o campo de serviços básicos, principalmente nas áreas da saúde, do acompanhamento à doentes, nos hospitais universitários, na atenção à comunidade, na oferta de informações que visavam combater *fake News* e outras mentiras propagadas pelas redes sociais.

As atividades de extensão construídas nas Universidades, em suas múltiplas possibilidades e sem abandonar seus princípios se viu diante do desafio de reconhecer a natureza extensionista de várias ações, de reafirmar o caráter público da universidade e o compromisso desta com a construção de um conhecimento engajado às necessidades da população. Deste modo, manteve-se o debate em torno da divulgação científica e de sua parcela extensionista, dada a necessidade da manutenção do distanciamento social e respeitados os princípios extensionistas construídos pela luta histórica da comunidade acadêmica e das necessárias adequações à institucionalização de projetos e programas com vistas a assegurar respostas em um tempo radicalmente diferente daquele anteriormente definido.

Os gestores/gestoras de extensão reconheceram que os eventos e cursos poderiam ocorrer, neste momento, de modo remoto a fim de manter a comunidade unida em torno de debates de interesse social e necessários ao momento presente. Algumas ações foram ressignificadas por meio de atividades que eram levadas à população através de serviços móveis, de produção e distribuição de materiais informativos, de teleatendimentos e do uso de redes sociais e ferramentas da tecnologia e informação.

Verificou-se que a comunidade acadêmica e extra-acadêmica tem dificuldade de acessar tais ferramentas, obrigando os projetos e programas a criarem estratégias de chegar à população por meios diversos, ainda que toda a complexidade do que seja a extensão não tenha sido plenamente alcançada.

Todavia, de uma forma ou de outra, ali estavam os docentes, servidores técnicos e estudantes: propondo ações para minimizar os efeitos da pandemia e criando condições de alcance da população beneficiada. Atividades e serviços foram prestados a fim de auxiliar na segurança das pessoas, como a produção de equipamentos de

segurança individual e a construção de mídias culturais que pudessem minimizar o efeito do isolamento social.

Mais de 24 milhões de pessoas no Brasil foram beneficiadas com ações desenvolvidas nas Universidades Públicas Federais. Os pró-reitores e pró-reitoras de extensão externalizaram seu interesse em manter ativas ações para superar a pandemia, mesmo que não-presenciais. A construção de estratégias para colocar a população em diálogo com as Instituições ainda perdura como uma das mais difíceis a serem enfrentadas.

Por isso mesmo que alguns grupos foram apontados como os mais prejudicados neste tempo da pandemia, pois o assentamento da extensão tem forte natureza na presencialidade e na troca cotidiana. Todavia, a insistência da extensão – resultante da resiliência das Universidades -, é uma virtude a ser considerada e reconhecida. Não houve o abandono desses grupos e, sim, a recomposição de modos de interação e de fazer chegar até eles as discussões realizadas a partir do estudo dos dilemas sociais, presentes nas Universidades e, menos que o desejado e as necessárias trocas e interações foram oportunizadas.

42

A investigação sobre os efeitos da extensão, bem como uma avaliação mais aprofundada sobre a construção de estratégias em tempos da Covid-19 ainda precisam ser mais bem exploradas. A primeira etapa do estudo visou conhecer a ação das Universidades, aqui, descritas neste relatório.

Outrossim, faz-se necessário o aprofundamento nas dificuldades que foram levantadas de realização das ações na não-presencialidade, na busca da manutenção dos valores extensionistas – expressados em seus princípios -, e no modo como isso se articula ao processo formativo dos estudantes, juntamente com a pesquisa em prol da transformação social e na superação da pandemia.

2.4. Ações levantadas pelo FONAPRACE

Entre os dias 26/04 e 02/05/2021 o FONAPRACE realizou um levantamento junto às IFES com o objetivo de saber como as instituições estavam lidando com a questão da Assistência Estudantil durante a pandemia. Do conjunto das 69 IFES participaram da consulta 44 instituições.

Os dados obtidos estão apresentados a seguir divididos em três grandes itens:

1. Auxílios mantidos;
2. Auxílios criados em função da pandemia;
3. Auxílios suspensos

1. Atendimentos Mantidos:

- Creche
- Moradia
- Saúde Mental (psiquiatria e psicologia), praticamente cem por cento virtual em todas as instituições.
- Emergencial
- Alimentação
- Auxílio óculos
- Kit pedagógico
- Transporte (algumas mantiveram para todos que já recebiam, outras suspenderam)
- Funcionamento de RUs para moradores de Casas Estudantil e entorno da Universidade, com fornecimento de marmitas.
- Casas de Estudantes Universitários
- Auxílio transporte para estudantes de cursos da saúde com atividades práticas comprovadas.
- Auxílios a estudantes calouros de extratos inferiores de renda.
- Atendimento (com bolsa) a estudantes Indígenas e quilombolas desligados do Programa Bolsa Permanência MEC (PBP)
- Auxílio Acessibilidade para Tecnologia Assistiva.
- Programa de Monitoria Inclusiva (PcD).
- Apoio educacional.

- Apoio financeiro às ações de extensão-ação afirmativa (Extensão-AF).
- Seleção socioeconômica, atualização cadastral e acompanhamento dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil.
- Manutenção e melhorias das Residências Estudantis Universitárias.

2. Atendimentos criados em função da pandemia

- Auxílio Inclusão Digital: pacote de dados; aquisição, empréstimo ou manutenção de equipamentos (computadores, *tablets*, *smartphones*, *chromebooks* e *notebooks*).
- Doação, empréstimo, reparação e manutenção de equipamentos;
- Campanhas de arrecadação de equipamentos para doação e empréstimo aos estudantes de baixa renda.
- Auxílio Tecnologias Assistivas.
- Auxílio Alimentação Emergencial em pecúnia.
- Fornecimento de quentinhas/marmitas em sistema “pegue-leve”.
- Pacote de dados com chip do Projeto Alunos Conectados (RNP/MEC).
- Elaboração de material de apoio (cartilhas) e informativos para orientar o enfrentamento da COVID-19.
- Auxílio emergencial/deslocamento, para passagens de retornos aos domicílios de origem (famílias) ou disponibilização de ônibus com diferentes rotas.
- Fornecimento de Cesta Básica de alimentos.
- Rodas de conversas virtuais sobre temas diversos para estudantes: cultura, saúde, dificuldades de gestão do tempo, especificidades da pandemia, cuidado de si, etc.
- *Lives* de saúde mental, esporte, lazer, cuidados, prevenção de COVID, sofrimento mental durante a pandemia, ansiedade, estresses, entre outros temas.
- Auxílios emergenciais a moradores de Casas de Estudantes
- Implantação de sistema Delivery para entrega de marmitas em residências estudantis.

- Programa de Fomento à Permanência Estudantil (Meio Ambiente, Sustentabilidade e educação ambiental).
- Auxílio internet rural.
- Atendimento com pacote de dados (chips) e equipamentos (doações e empréstimos) a estudantes da pós-graduação e educação básica.
- Abertura de editais específicos para estudantes mães ou gestantes.
- Auxílio Estudantil COVID-19 - cota única.
- Auxílio emergencial de complementação COVID (amplia os valores originais por tempo limitado).
- Teleorientação em saúde, esporte e lazer.
- Articulação com governo local para atender estudantes de mais baixa renda em alimentação (cesta básica e gêneros hortifrutí).
- Implantação de Comissão de Acompanhamento de Estudantes em Risco Social.
- Plantão psicológico.
- Fornecimento de EPIs para estudantes em atividades práticas.
- Contratação de empresa para fornecer internet, por rádio transmissão, para alunos indígenas aldeados (Projeto Aldeias Conectadas).
- Parceria para testagem da Covid-19 para estudantes, principalmente moradores de Residências Universitárias.
- Criação de programas multidisciplinares para atendimento e autocuidado e culturais, como “Se cuide, te amo”, Administrando o Tempo, Como Estudar, Proteger-se, Vivências na Quarentena, PRAE.com.Vc, CulturalMente etc.
- Criação de rede unificada de atenção psicológica e de assistência social, envolvendo os profissionais das áreas de psicologia e serviço social.
- Realização de Seminários de Assistência Estudantil por plataformas digitais.
- Atendimentos médicos e testagens relativos à contaminação pelo novo coronavírus.

- Livro digital sobre saúde mental na Pandemia.
- Criação de grupos de apoio psicológico para os estudantes.
- Ampliação do número de computadores em Casas de Estudantes e melhoria de acesso à internet.
- Atendimentos específicos para indígenas e quilombolas, especialmente os que não são atendidos pelo Programa Bolsa MEC.
- Realização de pesquisas sobre os impactos da pandemia na vida acadêmica e na saúde mental dos estudantes, buscando subsídios e parâmetros para o trabalho da Assistência Estudantil e o acompanhamento.
- Projeto de vivências na quarentena (temas diversos)
- Aquisição de máscaras, álcool em gel e outros para garantir biossegurança de estudantes.
- Campanhas de prevenção contra COVID com comitê de Biossegurança.
- Criação das oficinas de estimulação cognitiva para os discentes de graduação, para melhoria do desempenho da atenção, memória, emoções e aprendizagem durante o ensino remoto alimentação saudável etc.
- Eventos virtuais de promoção de igualdades, respeito a diversidades e contra LGBTfobia.
- Atividades esportivas orientadas para realizar em casa, com profissionais de educação física e por meios virtuais.
- Realização de torneios e jogos eletrônicos e diversas modalidades (remotos).
- Ações contra assédio moral, sexual e virtual.
- Produção de Material didático acessível para estudantes com deficiência;
- Realização de Seminários de Acolhimento e de Acessibilidade e inclusão Estudantil no Ensino Superior.
- Realização de Webnários Diálogos Afirmativos.
- Divulgação e apresentação de Agenda Afirmativa.

3. Suspensos:

Auxílio transporte.

Funcionamento regular de Restaurantes Universitários.

Auxílio para participação em evento científico;

Auxílio para participação em evento esportivo;

Apoio para participar em competições esportivos.

Auxílio para participação em evento de representação acadêmica.

Atendimento odontológico.

2.5. Ações levantadas pelo CGTIC

Desde o início da pandemia de Covid-19, diversos setores passaram por muitos desafios, e com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) este impacto em relação ao volume de trabalho foi bastante expressivo. Diante disso, o CGTIC/Andifes iniciou diversos levantamentos para auxiliar as IFES em diagnósticos que permitissem a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas de maneira remota.

47

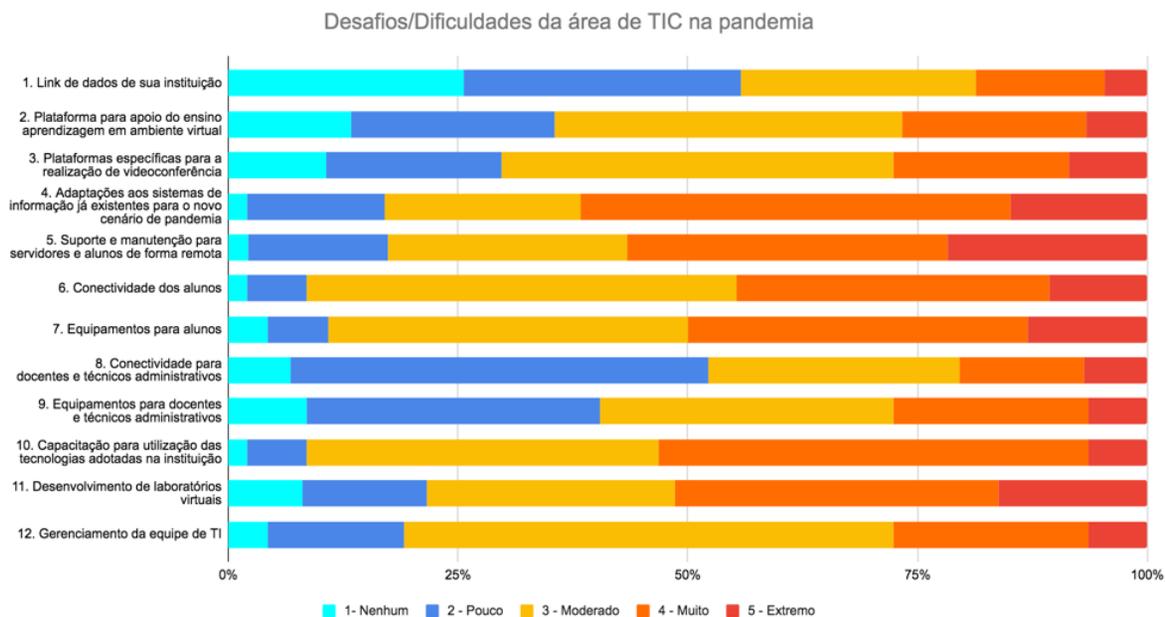
Este documento descreve os principais desafios enfrentados pela área de TIC das IFES durante a pandemia.

2.5.1. Metodologia

Em abril de 2021 lançou-se o instrumento de pesquisa aos gestores de TIC das IFES para dimensionar os desafios, estes foram enquadrados em quatro áreas principais: infraestrutura, sistemas, pessoal e novas necessidades da comunidade acadêmica. Para cada desafio foi solicitado qual seria o nível de dificuldade e esforço em busca de alternativas em uma escala de 1 a 5 (Nenhum esforço até um esforço Extremo) e também a opção “não se aplica”.

Foram obtidas respostas de 47 instituições que perfazem um percentual de 68,11% das 69 instituições.

Os doze desafios/dificuldades são apresentados de forma resumida na figura abaixo. A seguir estes são apresentados de forma individualizada, com o percentual de respostas para cada item considerando qual seria o nível de dificuldade e esforço em busca de alternativas.

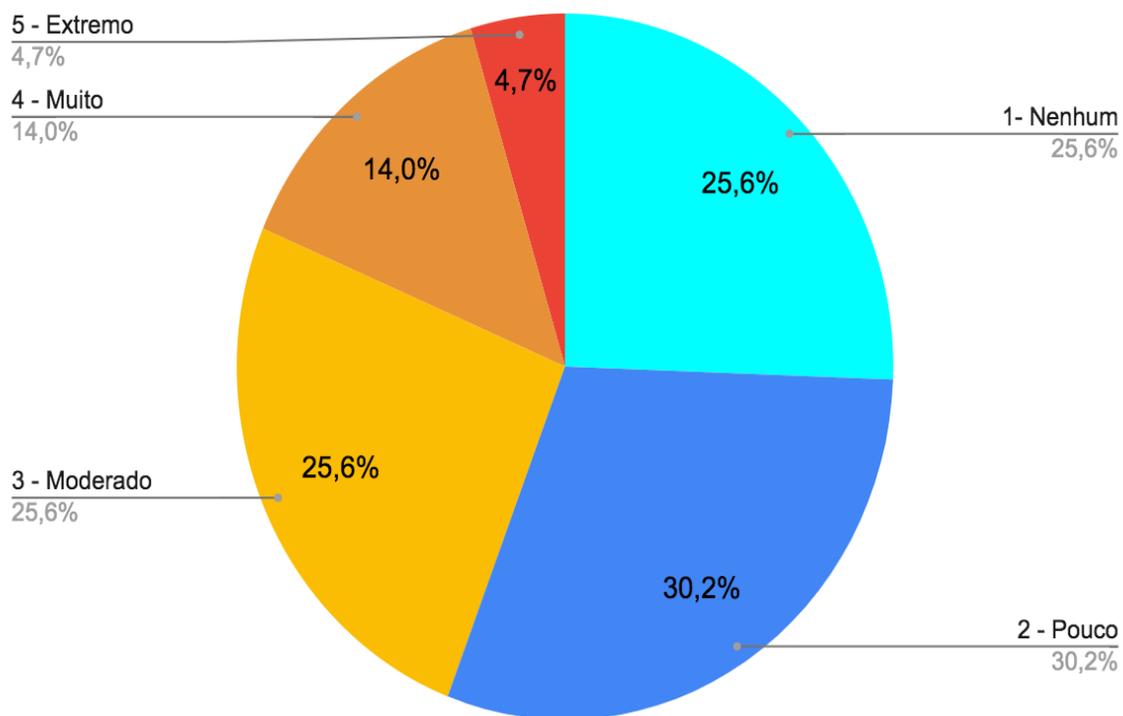


48

Dentre os 12 itens pesquisados, a “6. Conectividade dos alunos”, “10. Capacitação para utilização das tecnologias adotadas na instituição” e “7. Equipamentos para alunos” se apresentaram como os desafios mais preocupantes do ponto de vista dos gestores de TICs.

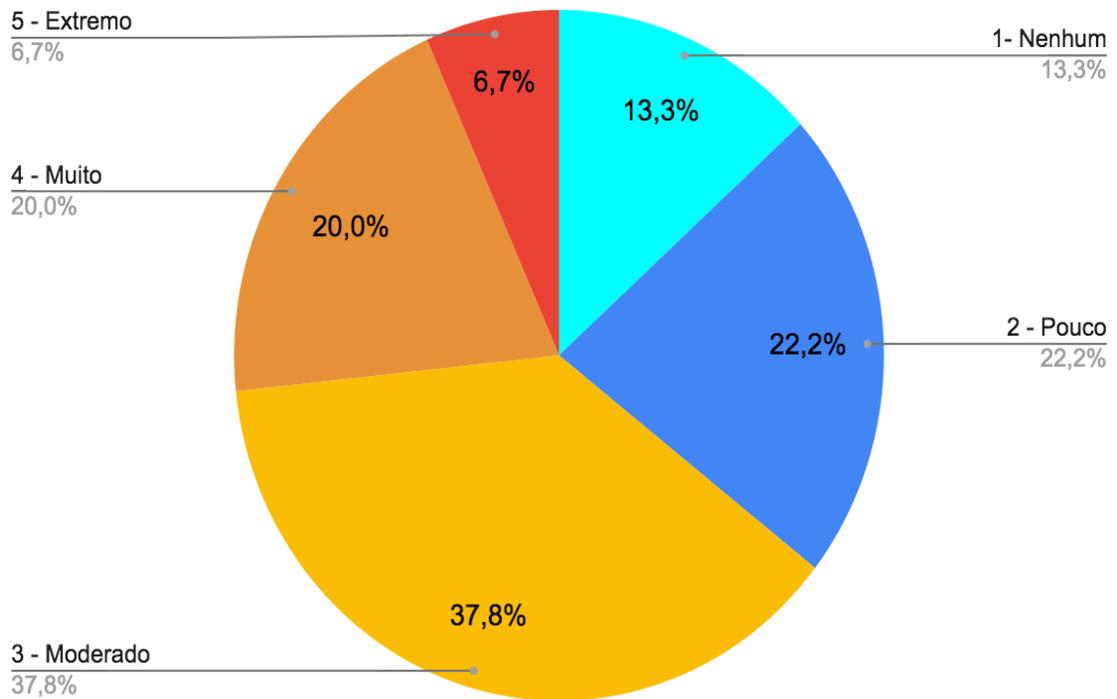
Detalhamentos dos desafios/dificuldades são descritos a seguir.

1. Link de dados de sua instituição



Conforme a pesquisa apresenta, o **link de dados** não constitui um problema para maioria das instituições pesquisadas (55,8% declararam que não apresentaram ou apresentam pouca dificuldade/esforço para este desafio). Mas ainda para um bom percentual ainda se constitui uma grande dificuldade (18,7%).

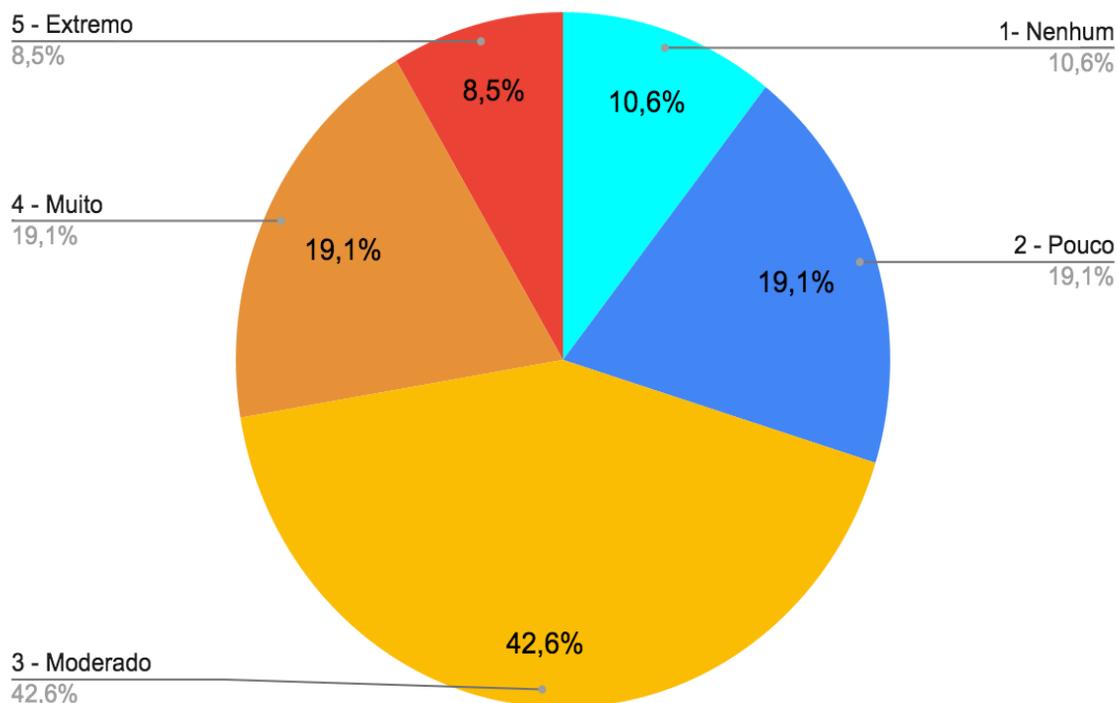
2. Plataforma para apoio do ensino aprendizagem em ambiente virtual (Moodle, etc.)



50

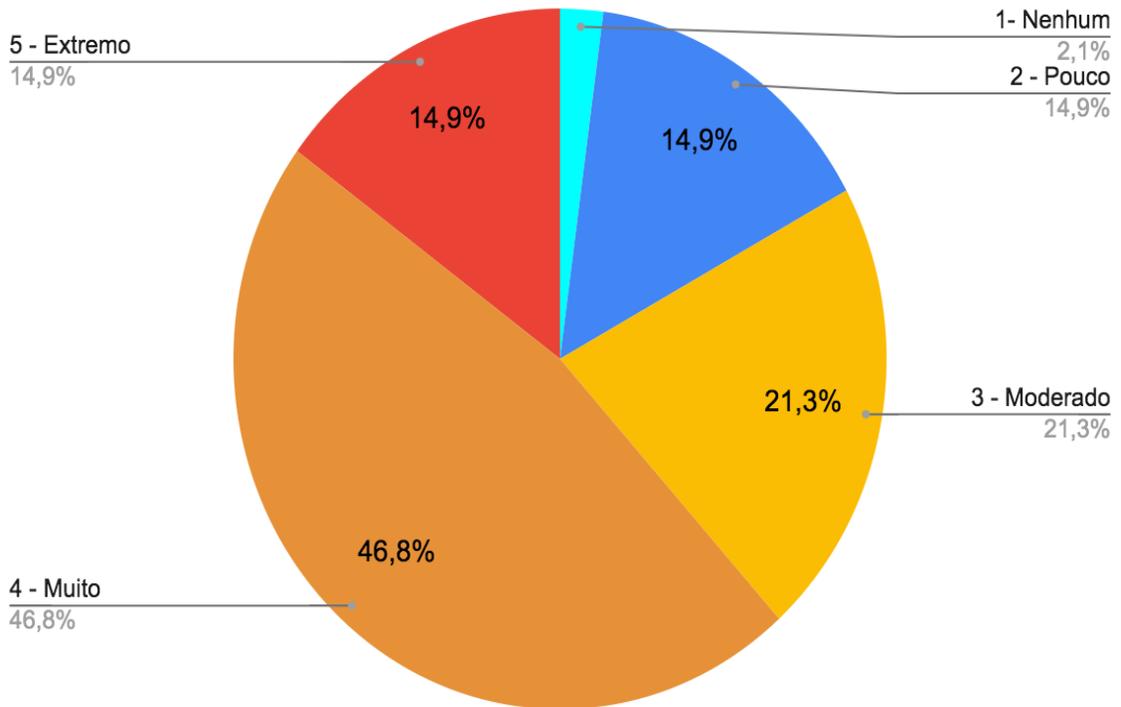
Conforme a pesquisa apresenta, as **plataformas para apoio do ensino aprendizagem em ambiente virtual** constituem-se um problema para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço moderado foi de 37,8% e muito e extremo foi de 26,7%.

3. Plataformas específicas para a realização de videoconferência (Webconf RNP, Meet, Teams, etc)



Conforme a pesquisa apresenta, as **plataformas específicas para a realização de videoconferência** constituem-se um problema para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço moderado foi de 42,6% e muito e extremo foi de 26,6%.

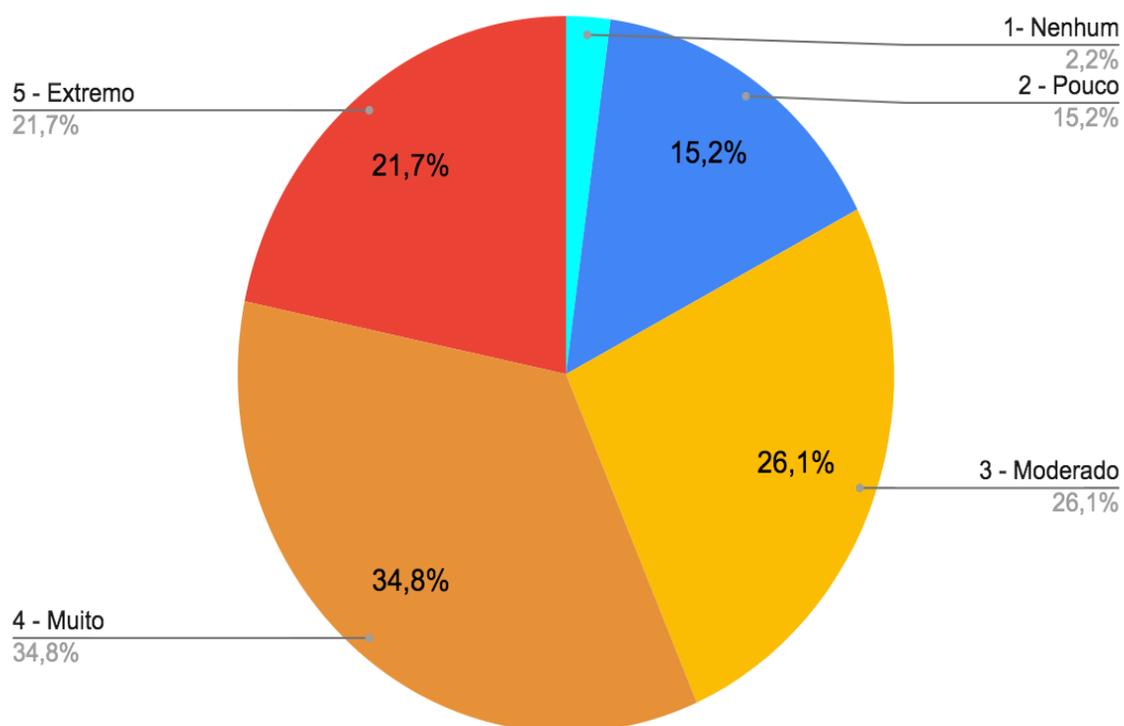
4. Adaptações aos sistemas de informação já existentes para o novo cenário de pandemia



52

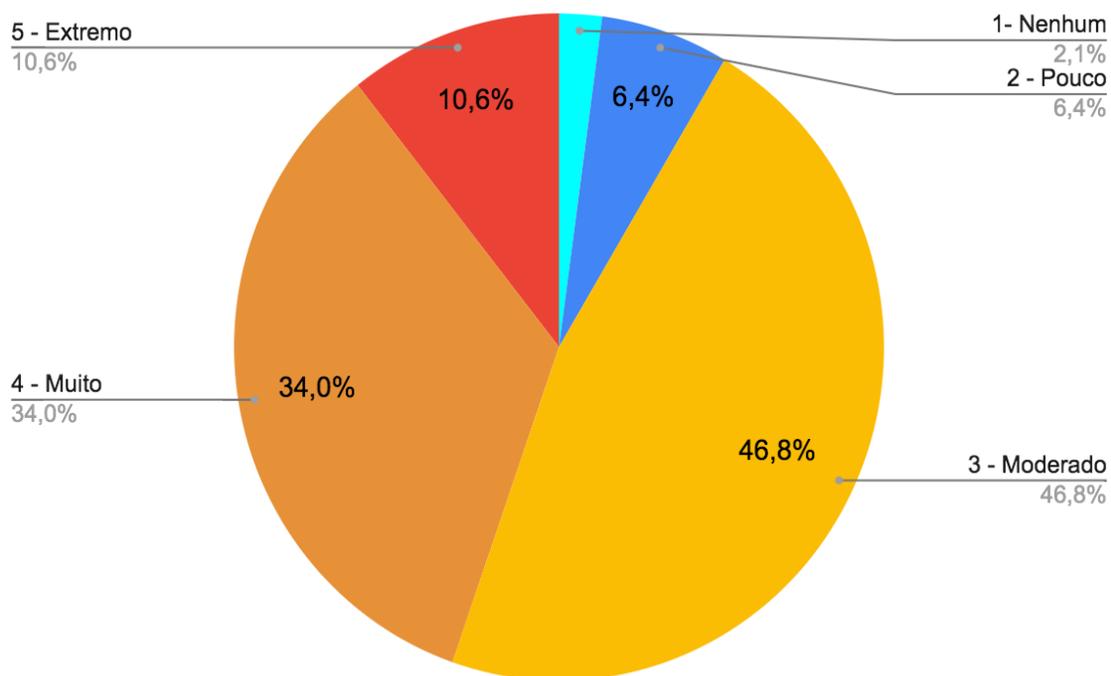
Conforme a pesquisa apresenta, as adaptações aos sistemas de informação já existentes constituem-se em um dos maiores problemas para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço muito e extremo foi de 61,7%.

5. Suporte e manutenção para servidores e alunos de forma remota



Conforme a pesquisa apresenta, o **suporte e manutenção para servidores e alunos de forma remota** constitui-se em um dos maiores problemas para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço muito e extremo foi de 56,5%.

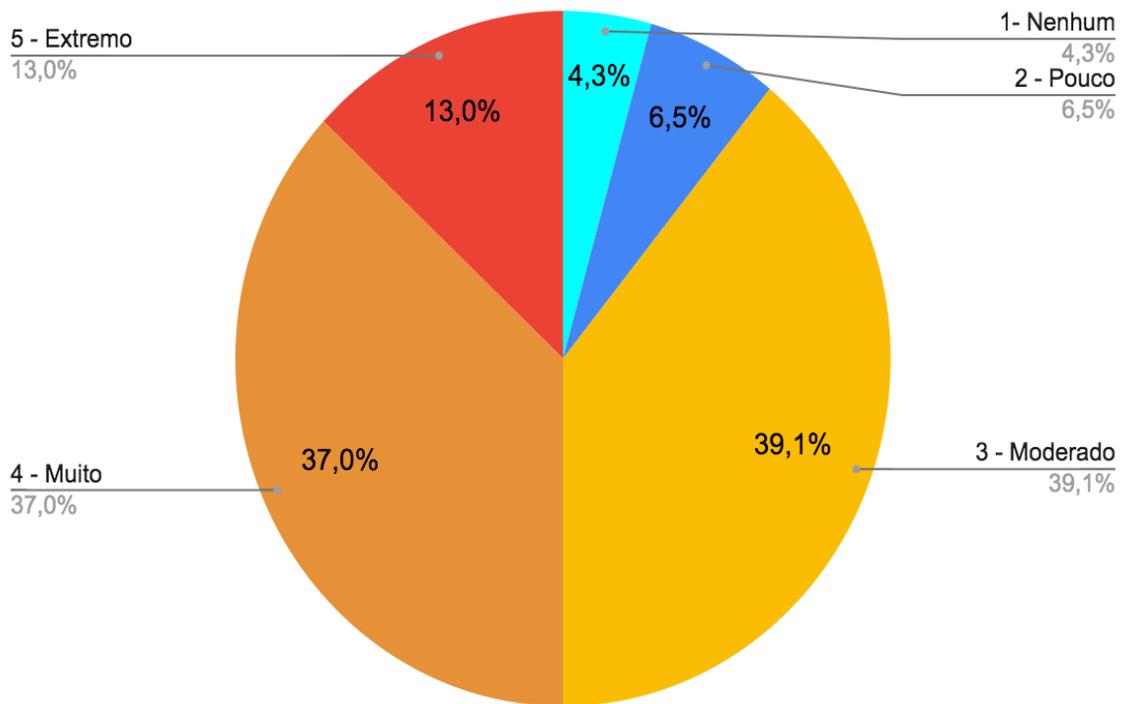
6. Conectividade dos alunos



54

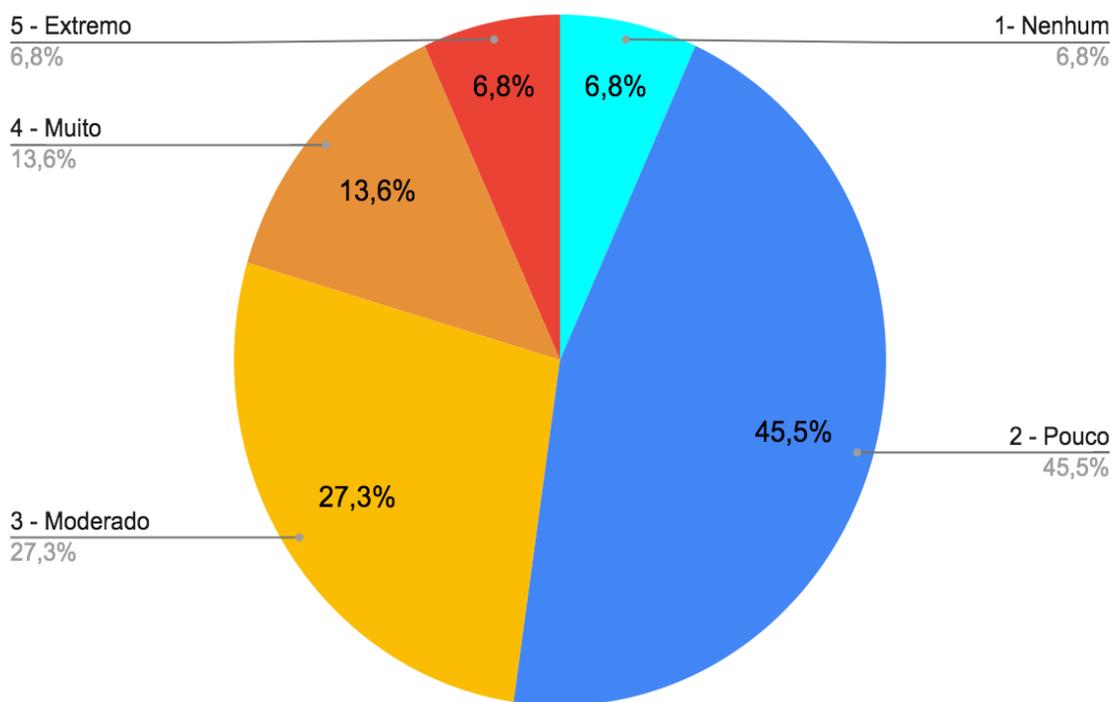
Conforme a pesquisa apresenta, a **conectividade dos alunos** constitui-se em um problema para maioria das instituições pesquisadas e poucas (8,5%) apresentaram pouco ou nenhum esforço da área de TIC.

7. Equipamentos para alunos



Conforme a pesquisa apresenta, os **equipamentos para alunos** constituem-se em um problema para maioria das instituições pesquisadas que em torno de 50% das instituições o nível de esforço foi muito ou extremo para solução do problema.

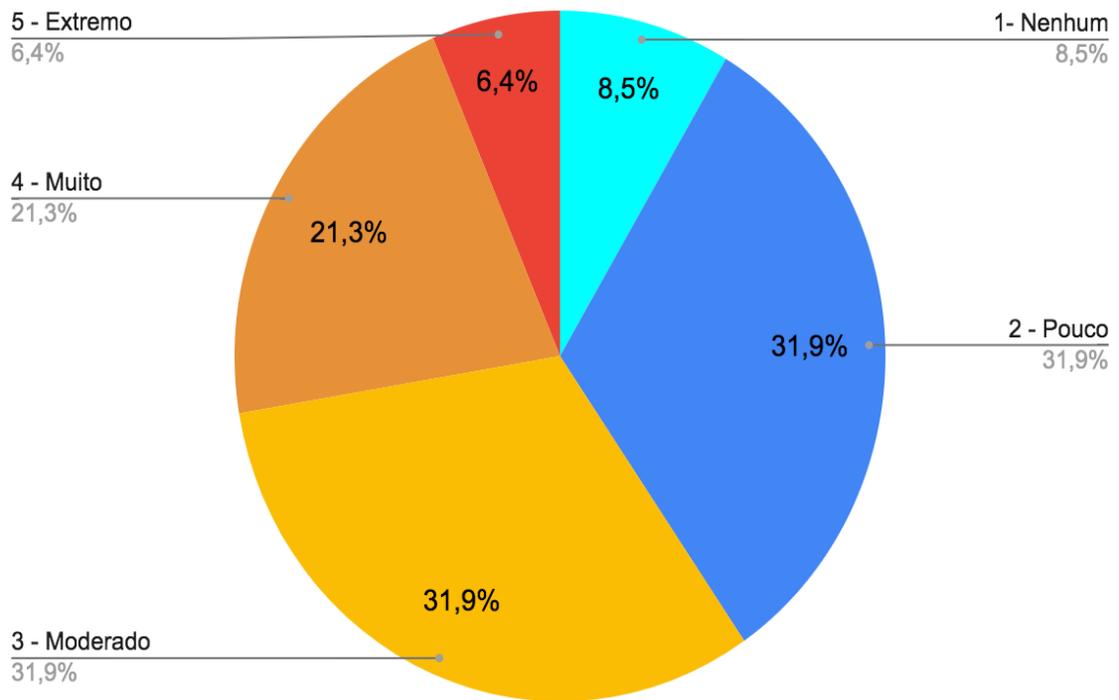
8. Conectividade para docentes e técnicos administrativos



56

Conforme a pesquisa apresenta a **conectividade para docentes e técnicos administrativos** não se constitui um problema para maioria das instituições pesquisadas (52,3% declararam que não apresentaram ou apresentam pouca dificuldade/ esforço para este desafio).

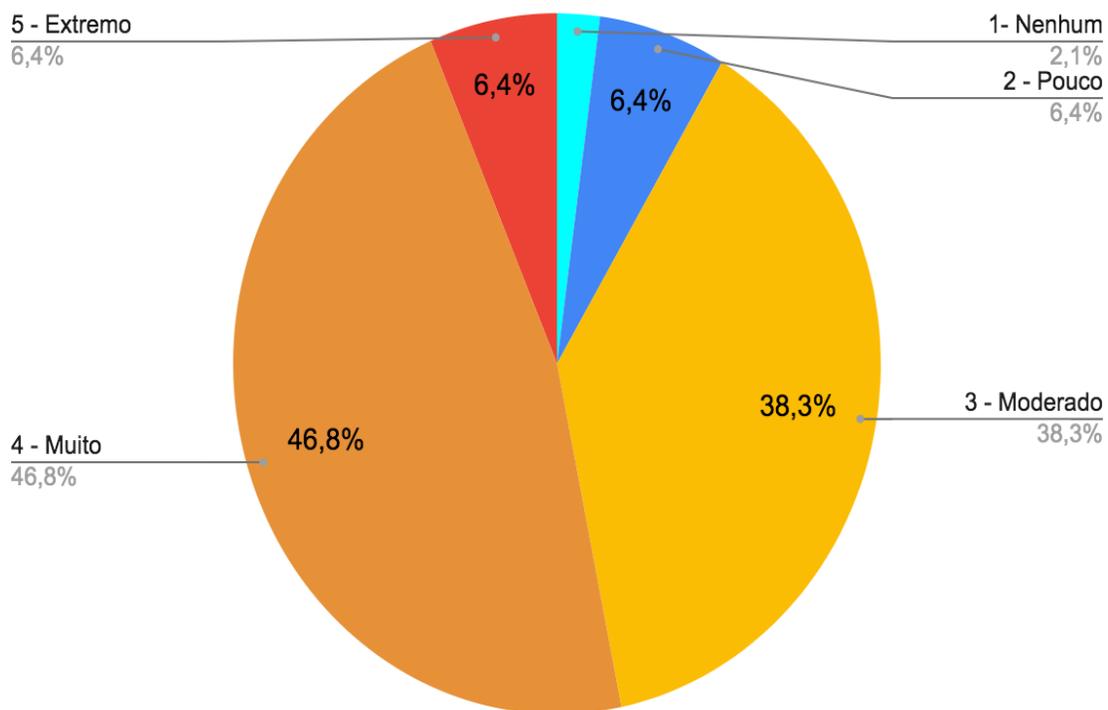
9. Equipamentos para docentes e técnicos administrativos



57

Conforme a pesquisa apresenta, os equipamentos para docentes e técnicos administrativos constituem-se um problema para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço moderado foi de 31,9% e muito e extremo foi de 27,7%.

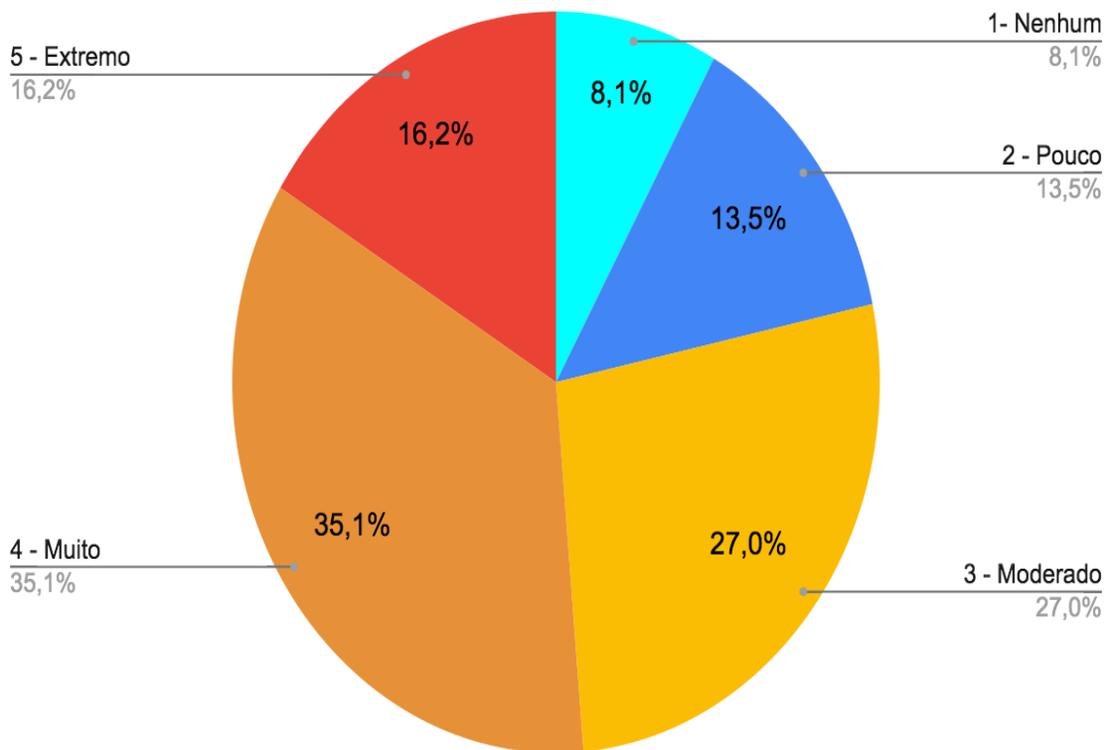
10. Capacitação para utilização das tecnologias adotadas na instituição



58

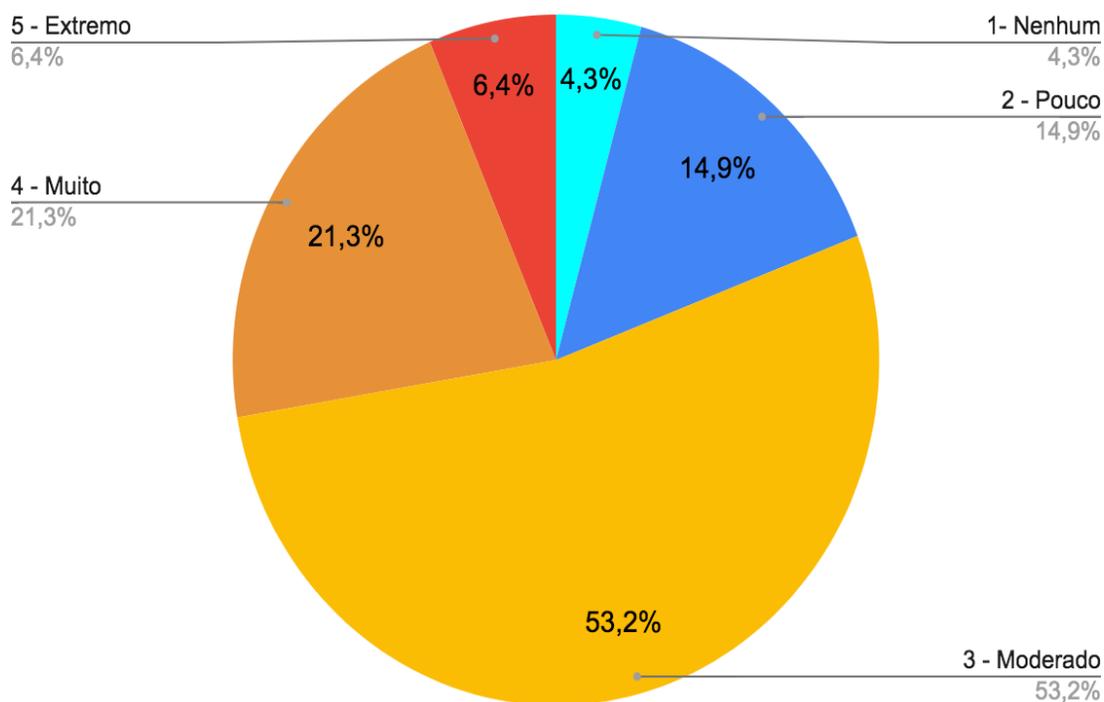
Conforme a pesquisa apresenta, a **capacitação para utilização das tecnologias adotadas na instituição** constitui-se em um dos maiores desafios para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço muito e extremo foi de 53,2% e moderado de 38,3%

11. Desenvolvimento de laboratórios virtuais



Conforme a pesquisa apresenta, o **desenvolvimento de laboratórios virtuais** constitui-se em um dos maiores desafios para maioria das instituições pesquisadas e o percentual declarado de esforço muito e extremo foi de 51,3% e moderado de 27,0%.

12. Gerenciamento da equipe de TI



60

Conforme a pesquisa apresenta, o **gerenciamento da equipe de TI** constitui-se em um desafio moderado para mais de 50% (53,2%) das instituições e para um percentual de 27,7% de esforço muito ou extremo.

Além dos desafios apresentados anteriormente, dois desafios importantes foram:

- **Votação on-line:** um dos grandes desafios enfrentados foi a implantação de ferramentas para votação on-line e a adaptação dos processos de votação para o meio digital.
- **Processo Eletrônico:** muitos setores das IFES se viram desafiados a implementar o processo digital em plena pandemia e haviam instituições que ainda não contavam com um sistema de processo eletrônico.
- **Alta demanda de serviços:** o suporte às atividades acadêmicas e administrativas por meio do uso de tecnologia fez com a demanda por apoio das equipes de TIC das IFES aumentasse exponencialmente. Entretanto, várias IFES declararam que não tinham equipe suficiente para atender a

todas as demandas de implantação de novas tecnologias e de mudança nos sistemas de informação em pouco tempo.

2.5.2. Soluções Apresentadas

Em virtude da pandemia, as áreas de TIC buscaram diversas soluções tecnológicas para atender a demanda de atividades remotas e, devido à autonomia de cada universidade, nem todas as soluções foram as mesmas. Entretanto, a integração entre os Gestores de TIC das IFES por meio do CGTIC/Andifes fez com que algumas soluções fossem desenvolvidas de maneira conjunta ou de maneira colaborativa, tais como:

- **Alunos Conectados:** depois de uma ampla discussão sobre conectividade dos alunos, o CGTIC/Andifes fez uma proposta (OF. CGTIC/Andifes nº 02/2020, de 27 de abril de 2020) para que o Pleno da Andifes encaminhasse ao MEC a necessidade de contratação centralizada de pacote de dados por meio da RNP. Além disso, o CGTIC/Andifes colaborou com a RNP no desenvolvimento do projeto e realiza também o seu acompanhamento por meio de reuniões com a RNP. Um dos desafios para as IFES é tornar este auxílio permanente para os alunos que se enquadram nos critérios do PNAES
- **Webconferência:** para webconferência foi realizada a troca de experiências e a negociação com grandes empresas de tecnologia da importância das ferramentas no momento de pandemia. Além disso, o CGTIC/Andifes solicitou à RNP a ampliação da capacidade das salas da ferramenta Conferência Web em virtude de reuniões de conselhos superiores e de atividades com mais de 75 pessoas. Esta demanda foi atendida pela RNP por meio de salas agendadas com capacidade de 150 pessoas. Outra oportunidade construída pela RNP com o CGTIC e demais parceiros foi a oferta do G Suite for Education Enterprise a preço bem abaixo de mercado em 2020, que foi contratado por 6 Instituições Federais de Ensino. O desafio agora é manter estes serviços, uma vez que a política da Google de armazenamento foi alterada.
- **Votações on-line:** a votação on-line ainda não era um Serviço de TIC na maioria das IFES, mas a adoção de ferramentas padronizadas e compartilhamento de experiências possibilitou que as votações pudessem ocorrer dentro das IFES, inclusive muitas votações para o cargo de reitor. As soluções mais adotadas para este serviço foram SigEleição e Helios Voting. Uma sugestão para as votações para o cargo de reitor é que ela fosse realizada

sem o envolvimento da equipe ou da infraestrutura de TIC das universidades, como por exemplo, na Nuvem da RNP.

- **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):** muitas IFES já possuíam AVA, em especial, Moodle, mas dimensionados para os cursos EAD. A pandemia trouxe um desafio de ampliar a oferta de Moodle nas IFES e o compartilhamento de soluções foi fundamental para o momento da pandemia. Além disso, para as universidades que não possuíam capacidade técnica ou infraestrutura computacional, a RNP também apresentou uma possibilidade de Moodle na nuvem.
- **Sistema Eletrônico de Informações (SEI):** apesar de muitas IFES já possuírem sistemas para Processo Eletrônico, algumas universidades estavam sem autorização de uso do TRF-4. O CGTIC/Andifes auxiliou nesta atividade por meio da interlocução com a Secretaria de Gestão do ME e também subsidiando a Andifes com informações para tratativas com o TRF-4.

Apesar de existirem outras demandas apresentadas pelas equipes de TIC, foram elencadas apenas as principais e que foram realizadas de maneira mais colaborativa.

62

2.5.3. Considerações Finais

A crescente demanda por serviços digitais impulsionada pela pandemia fez com que a área de TIC das IFES se tornasse ainda mais estratégica e demandada para garantir serviços de qualidade para a comunidade universitária.

Entretanto, muitas IFES apresentaram ainda dificuldades acentuadas tanto de infraestrutura tecnológica e, principalmente, na quantidade de pessoas alocadas nos setores de TIC das IFES.

Considerando que o uso de tecnologia se tornará cada vez mais frequente, é necessário que algumas as IFES busquem soluções cada vez mais integradas e compartilhadas para possibilitar que a contratação ou desenvolvimento de serviços de TIC cheguem a custos mais baixos, otimizando o uso de recursos públicos.

Além disso, garantir investimento em pessoal de TIC, tanto em quantidade, contratação de mais servidores, quanto em qualidade, por meio de capacitações oferecidas. No caso da qualificação, o aumento da oferta de vagas na Escola Superior de Redes,

(principalmente nos cursos na modalidade EAD), bem como o fomento à participação dos gestores e equipe técnica de TIC em importantes eventos, como o Fórum RNP, WTICIFES (Workshop de Tecnologia da Informação e Comunicação das IFES), CIO Gov, Gartner Symposium, dentre outros, é fundamental em virtude da velocidade dos avanços tecnológicos.

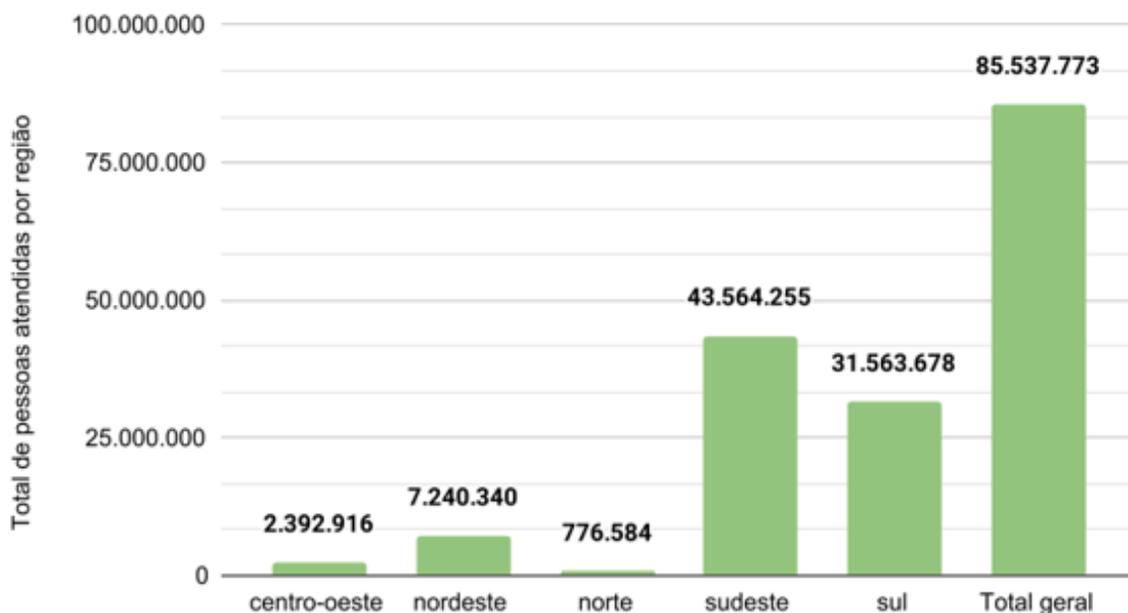
Por fim, promover a capacitação de docentes, discentes e técnicos administrativos em educação no uso de ferramentas tecnológicas para garantir um melhor uso. Neste caso, sugere-se a aproximação entre os setores de TIC e EAD nas IFES para consolidação de ações que visem um letramento digital da comunidade acadêmica.

2.6. Ações levantadas pelo COGECOM

Entre os meses de fevereiro a abril de 2021 o COGECOM fez um levantamento, realizado por meio de questionário on-line, junto às 69 IFES. O questionário foi composto por 13 questões sobre as ações de enfrentamento da pandemia e mitigação de seus efeitos, realizadas pelas IFES durante 2020.

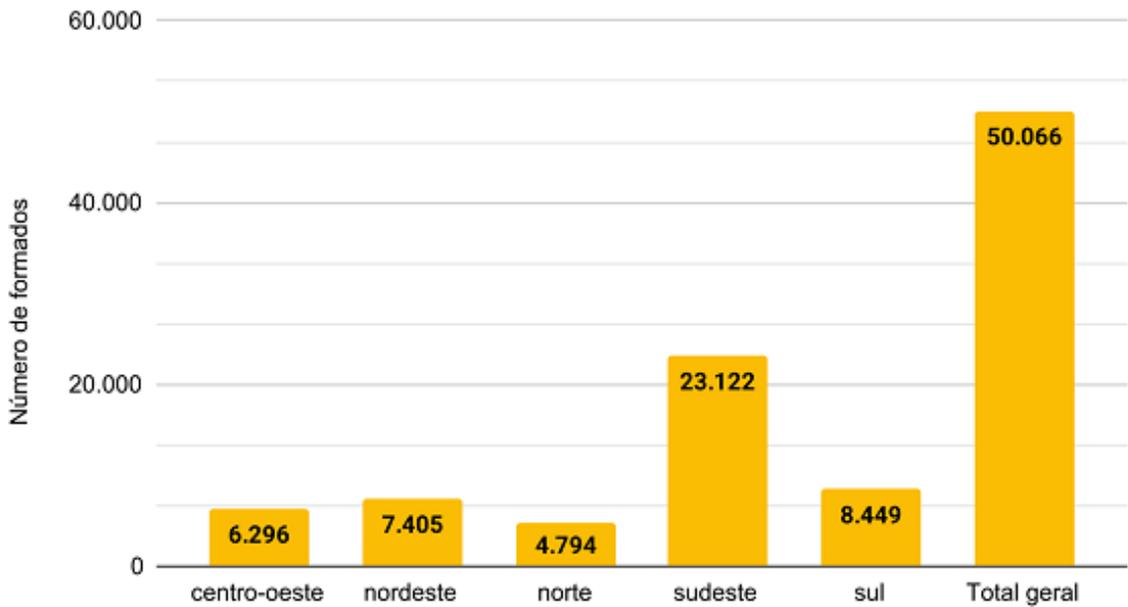
Das 69 IFES, 48 participaram da pesquisa, correspondendo a 70% do total. Os dados foram compilados e refinados, resultando nos indicadores são apresentados abaixo.

Total de pessoas atendidas por região

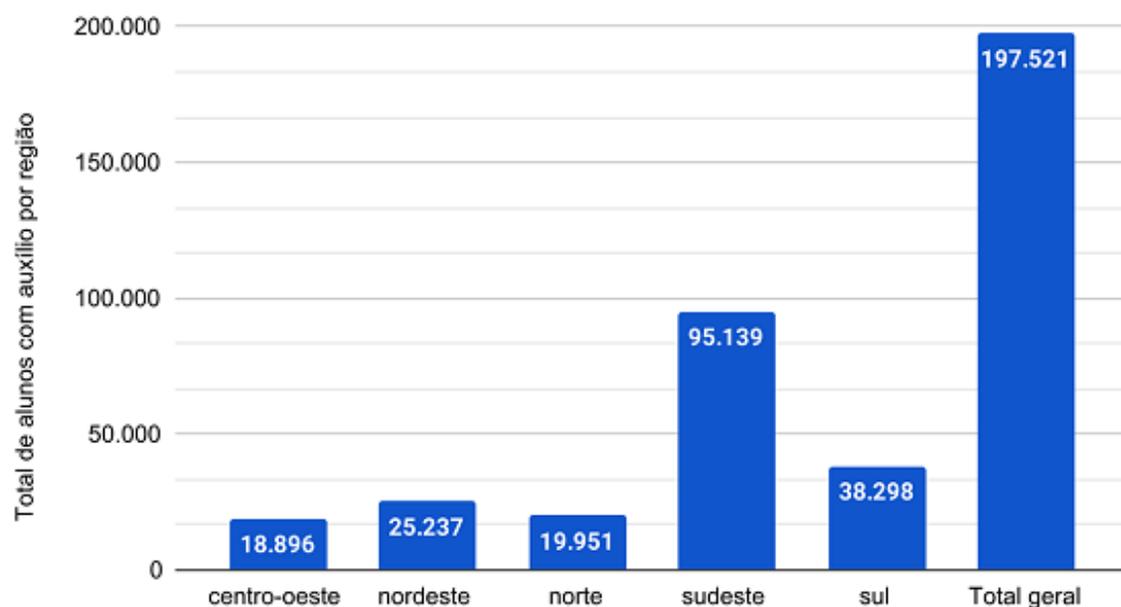


Grande parte dessas ações diz respeito a área da saúde. A rede de federal de hospitais universitários é constituída por 50 hospitais vinculados a 35 Universidades, através dessa rede foram disponibilizados mais de **2000** leitos desde o início da pandemia para pacientes com Covid-19, sendo **1300** leitos e enfermaria e **700** leitos de UTI

Total de alunos formados em 2020

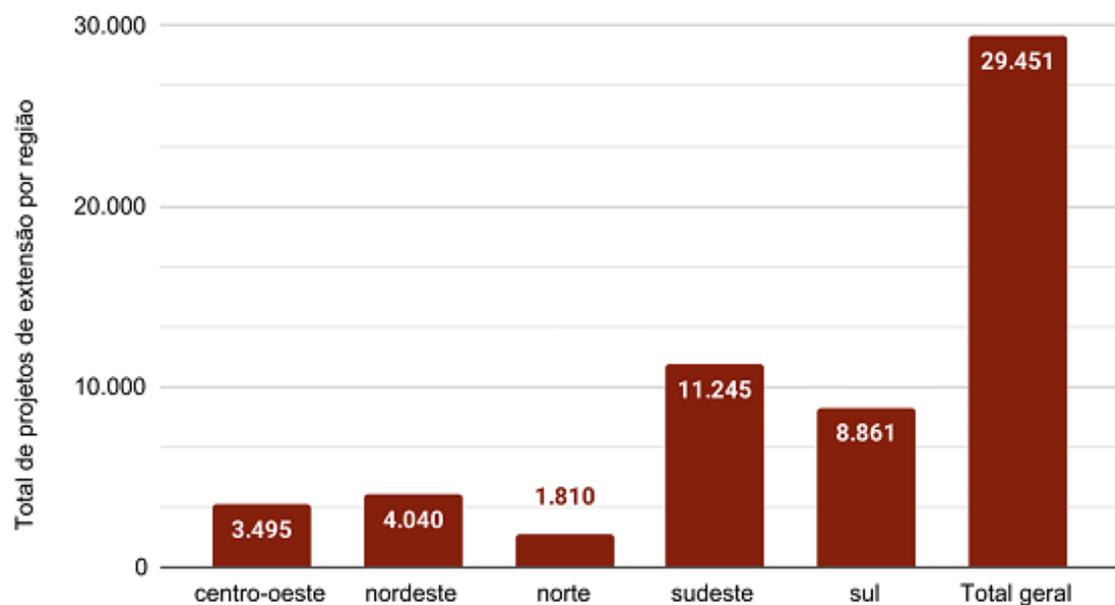


Total de alunos com auxílio por região

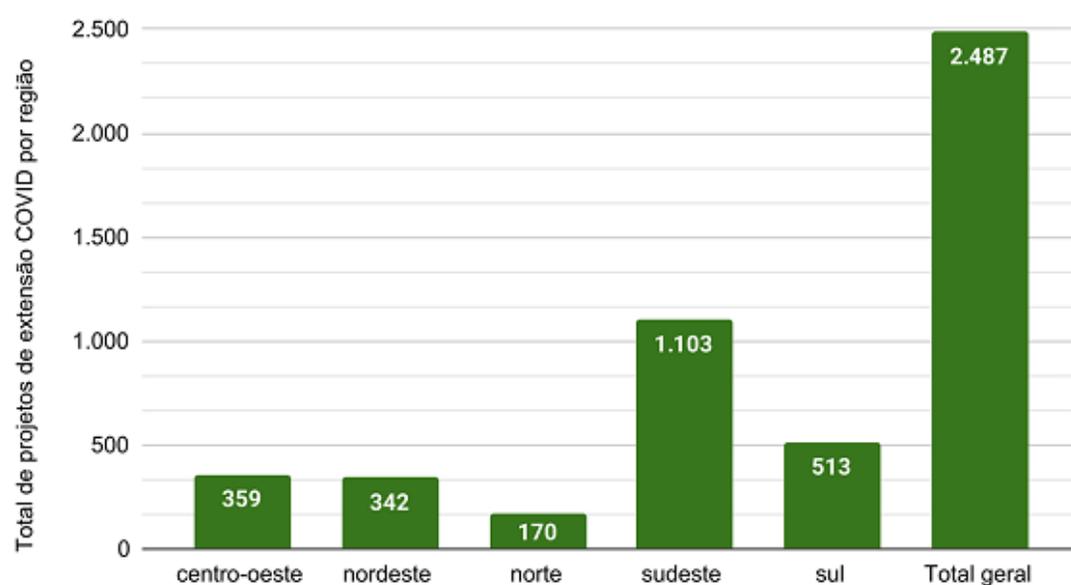


65

Total de projetos de extensão por região

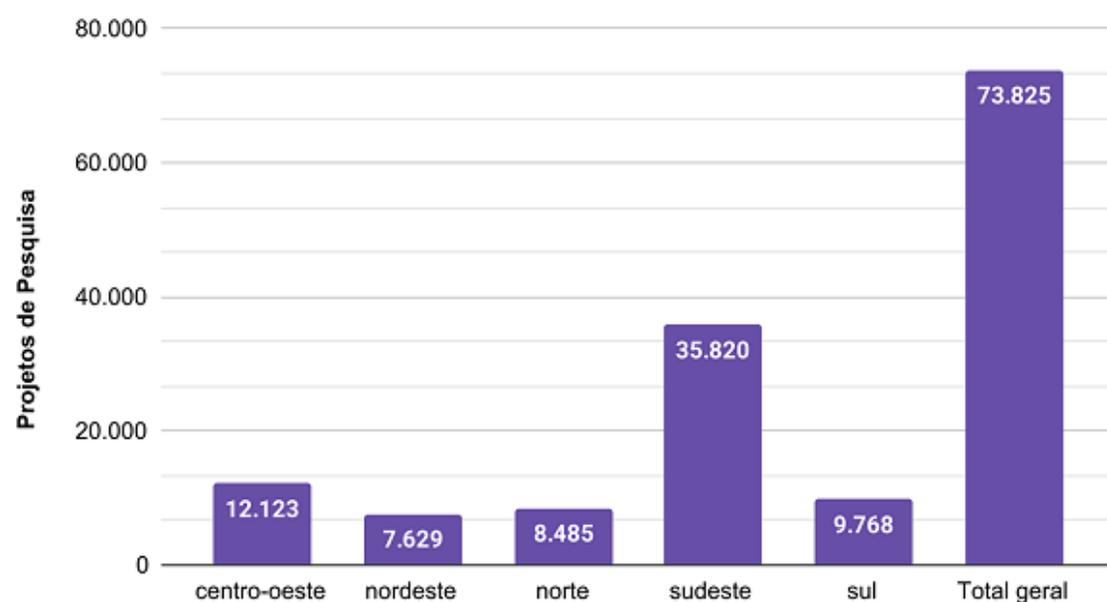


Total de projetos de extensão COVID por região

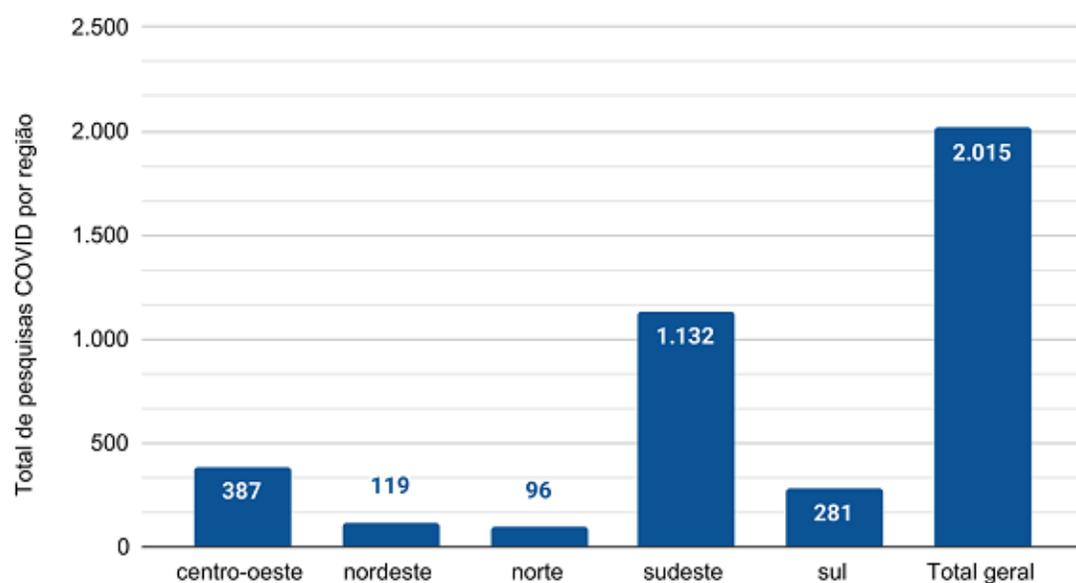


66

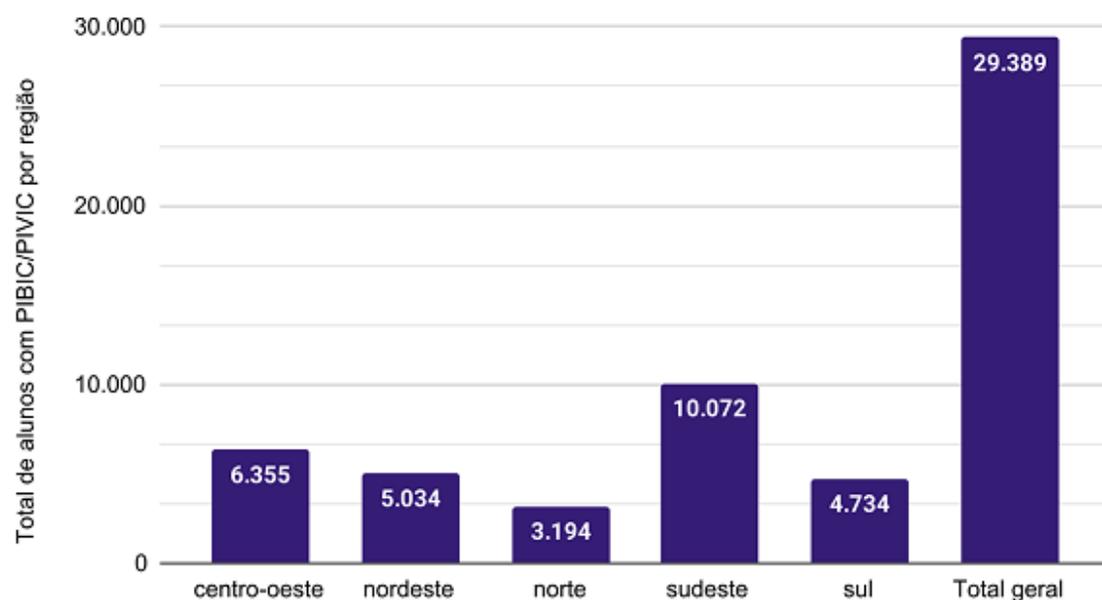
Projetos de pesquisa por região



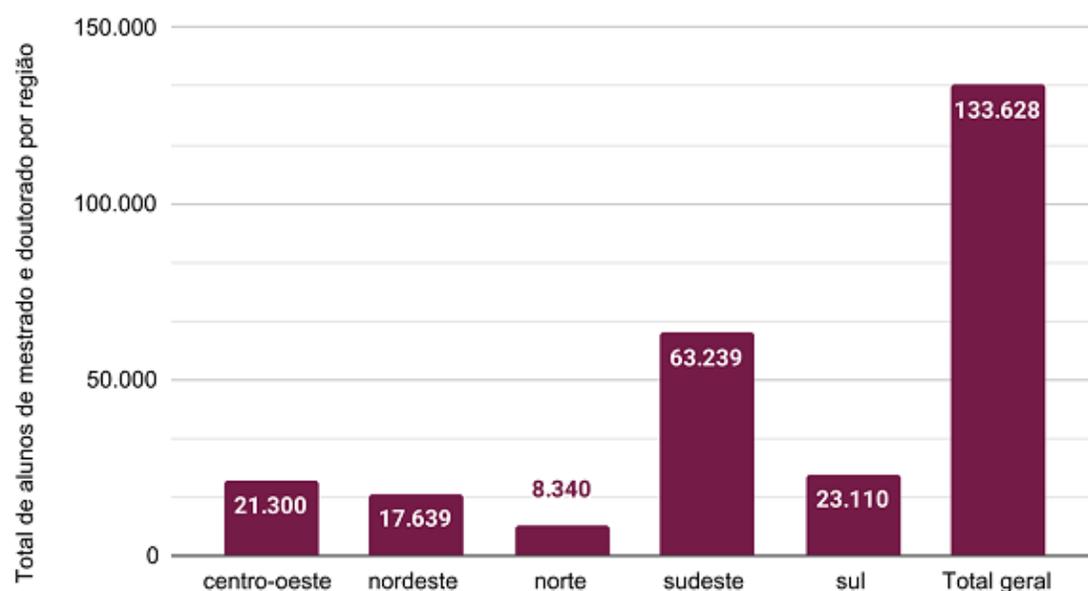
Total de pesquisas COVID por região



Total de alunos com PIBIC/PIVIC por região

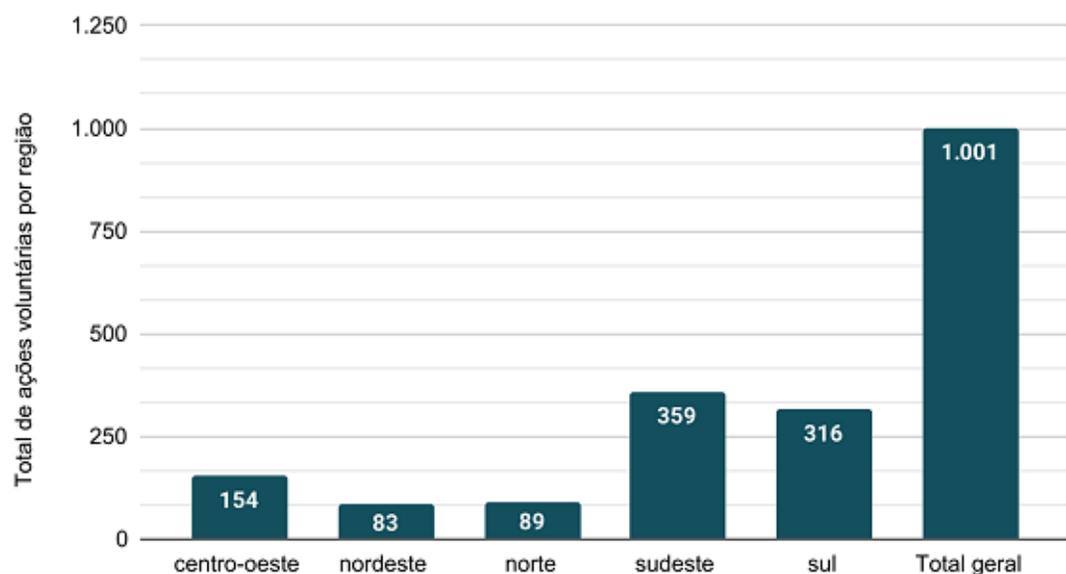


Total de alunos de mestrado e doutorado por região

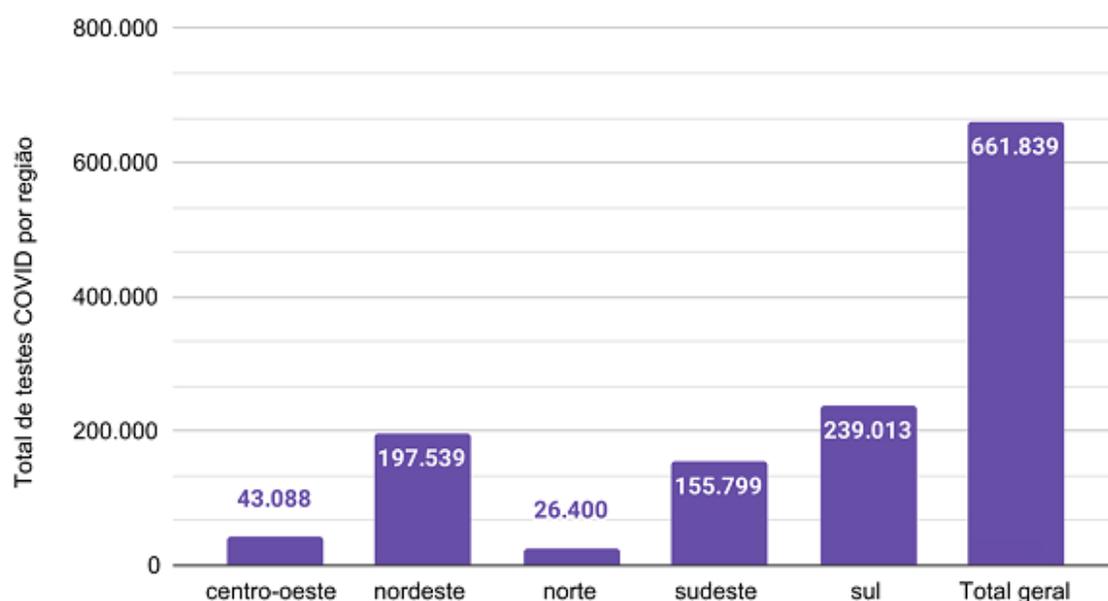


68

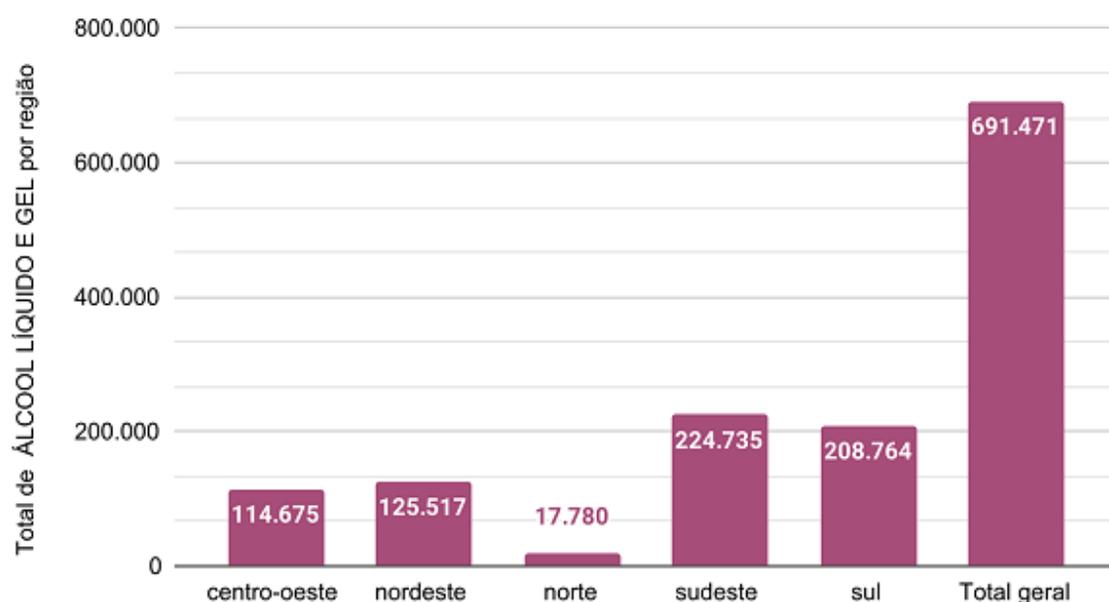
Total de ações voluntárias por região



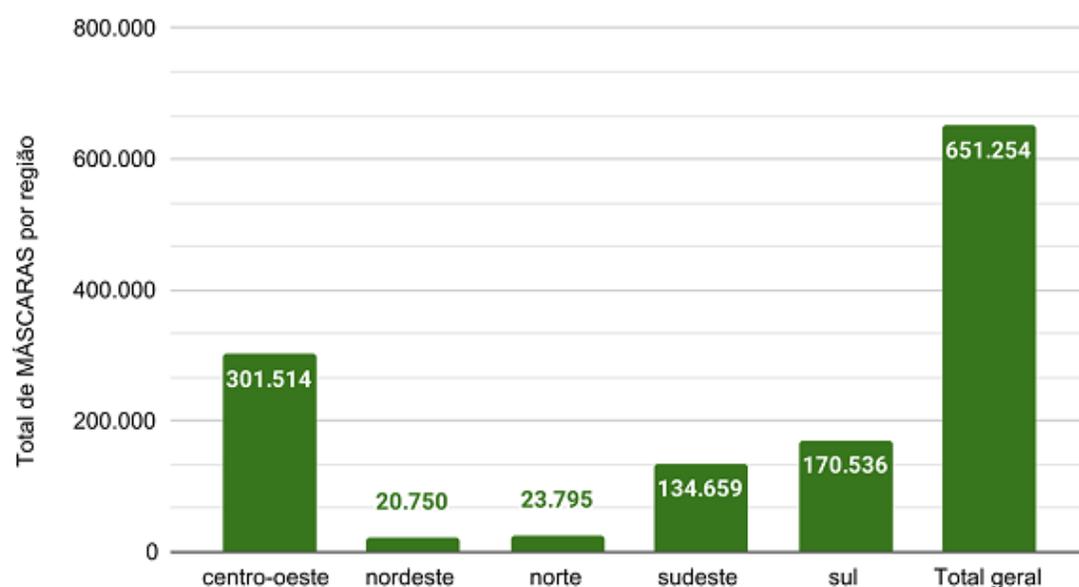
Total de testes COVID por região



Total de álcool líquido e gel por região

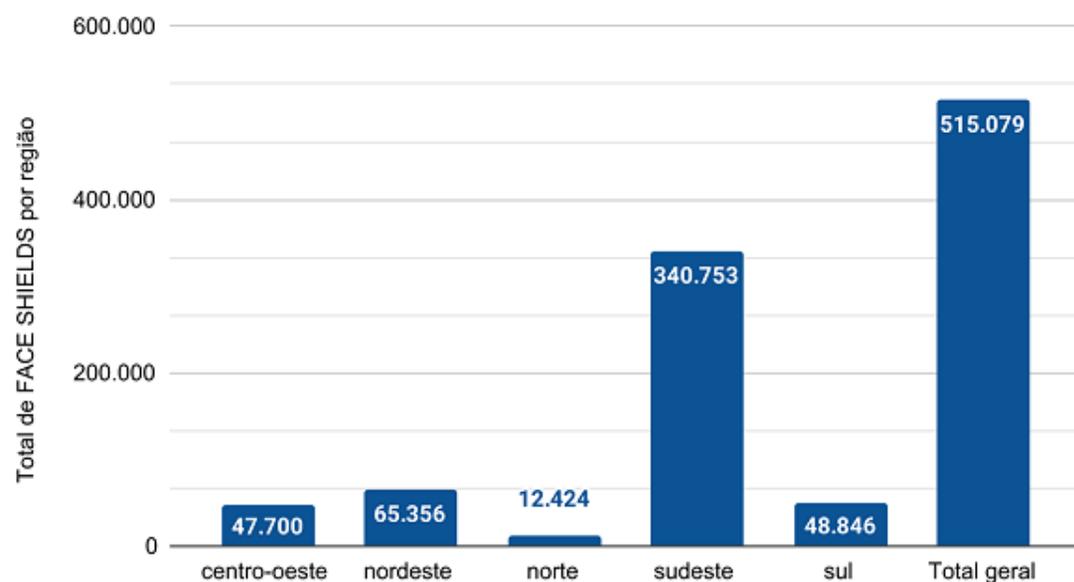


Total de máscaras por região



70

Total de face shields por região



3. Fortalecimento das ações em rede

A rede de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil se constitui hoje de 69 Universidades, essa rede está presente em todos os estados da federação e com campi espalhados em 273 municípios estabelecendo assim um enorme potencial de colaboração. A Andifes tem incentivado essa rede de colaboração através de programas de mobilidade acadêmica com o objetivo de incentivar o desenvolvimento científico e cultural dos participantes.

O primeiro Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica, lançado em 2011, com as limitações de acesso à tecnologia da época, exigia uma mudança, não só de localidade, mas de vida do estudante, circunstanciada no modelo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), lançado um ano antes, incorporando o interesse por estudar em outras localidades, já que o Sisu permite que o aluno escolha até duas opções de cursos nas vagas ofertadas pelas instituições inscritas, independentemente de onde estejam inseridas.

Ainda vigente, alcança alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de universidades federais que tenham concluído, pelo menos, vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem e ter no máximo duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. No caso desse modelo de mobilidade, o aluno participante mantém vínculo temporário com a instituição receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) disciplina(s) pretendida(s).

O modelo de mobilidade presencial, à época já bastante inovador, foi uma inspiração para que esse tipo de convênio fosse expandido e viesse a ser o Programa Promover Andifes – CIM_PROMOVER, um novo marco no Ensino Superior Público. O programa é um passo natural adiante em relação ao convênio de mobilidade presencial, que já revelava seu enorme potencial de expansão: a integração em rede para o ensino, pesquisa e extensão e também para a gestão das universidades federais. Assim, o Promover reforça as políticas públicas relevantes como a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade; o acesso, êxito e permanência dos alunos; a superação das desigualdades regionais; o desenvolvimento científico e tecnológico, tudo isso mirando também na internacionalização das universidades federais e olhando, com a atenção que o momento exige e que o futuro determina, para a necessária democratização da infraestrutura da transmissão de dados e a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A partir de uma referência fundamental – a autonomia universitária, uma vez que cabe a cada instituição decidir sobre a adesão, o programa reforça o sistema de universidades federais como um todo, mantendo o caráter público, gratuito, inclusivo e de qualidade das universidades federais brasileiras. Com essa compreensão, a partir de uma resolução da Diretoria criando o Comitê de Implantação do Programa Promover Andifes – CIM_PROMOVER, passou-se à elaboração de um documento de referência político pedagógico; à apresentação do documento de referência ao Ministério da Educação, ao Conselho Pleno, e aos Colégios e Fóruns assessores da Andifes, além da elaboração de um Plano de Comunicação.

A implementação do programa passa por etapas graduais, ampliando a oferta de vagas, cursos e universidades de forma escalonada, garantindo a qualidade e a liberdade de inclusão de novas instituições, de forma que sua consolidação garanta condições aos estudantes participantes, para que esses estejam assegurados tanto em suas instituições de origem, quanto nas instituições onde farão a mobilidade.

A proposta previu a oferta de componentes curriculares/disciplinas em rede e, desta forma, representantes (pró-reitores de graduação e suas equipes) se reuniram desde outubro de 2020 para elaborarem o escopo da primeira edição do edital do Programa Promover Andifes – CIM_PROMOVER.

O projeto piloto do Promover visa aproveitar a experiência e o aprendizado do período de pandemia, no qual o mundo precisou se readaptar, fazendo uso das tecnologias virtuais para o trabalho e o ensino, para aperfeiçoar a oferta de aulas e troca de experiências por meio da internet, sem, contudo, reduzir o conhecido padrão de qualidade das universidades públicas.

Concomitantemente diálogos foram feitos no contexto de cada uma das instituições, com a finalidade de apresentar a proposta às coordenações de cursos e direções de unidades acadêmicas. Tais interlocuções possibilitaram ao grupo alguns elementos de qual seria o melhor escopo para o primeiro edital e com base nesses diálogos (entre as equipes e gestores das seis instituições) algumas sugestões foram incorporadas ao edital como:

- Oferta de um rol de componentes curriculares/disciplinas em edital único;
- Oferta de vagas nesses componentes curriculares/disciplinas;
- O estudante manteria vínculo com a instituição de origem e seria criado uma matrícula temporária ou especial nas instituições de destino;

- Os estudantes que poderiam participar do edital seriam apenas aqueles que tivessem com matrícula ativa nas instituições partícipes do convênio;
- O número máximo de disciplinas que cada estudante poderia cursar seria de até três, podendo ser em uma ou mais instituições de ensino superior;
- As disciplinas ou componentes cursadas(os) pelos estudantes na instituição de destino seriam registradas(os) no histórico acadêmico do estudante;
- O estudante poderia solicitar na instituição de origem o aproveitamento das disciplinas/componentes cursados na instituição de destino, condicionado às regras da instituição de origem sobre aproveitamento de estudos;
- A instituição de origem deveria manter o apoio ao estudante com deficiência, bem como a oferta de todos os recursos necessários levando em consideração as barreiras específicas do estudante em relação ao contexto da disciplina que irá cursar, compreendendo o acompanhamento de assistente/monitor, adaptação material, apoio pedagógico e tecnologia assistiva;
- Havendo mais estudantes inscritos do que vagas ofertadas para determinada disciplina, os estudantes seriam classificados em ordem decrescente de Percentual de Integralização de Curso.

Simultaneamente à elaboração do edital foi construído o convênio que teve como objetivo regular a mobilidade virtual em rede de seus estudantes de graduação do Promover IFES (nome atribuído ao projeto piloto), a fim de fomentar a mútua cooperação acadêmica e a integração entre instituições que assinaram o referido documento.

4. ENSINO HÍBRIDO NO CONTEXTO DO PÓS-PANDEMIA

4.1. Conceituação e contextualização no contexto do Ensino Remoto Emergencial.

A concepção de formas outras de ensino tem avançado nos últimos tempos. Torna-se crescente o movimento epistemológico e prático para introduzir no campo educacional a presença dos mecanismos tecnológicos como moderadores e/ou

facilitadores do processo de ensino e aprendizagem. Tal movimento é aprofundado nas últimas duas décadas e ganha novos contornos com a emergência da Pandemia Covid- 19 e a necessidade de reinvenção dos espaços educativos.

Deste modo, segundo Moreira e Monteiro (2016, p.86), a educação híbrida (do termo inglês *blended learning* ou *b-learning*) afirma-se —como um conceito de educação caracterizada pelo uso de soluções combinadas ou mistas, envolvendo a interação entre as modalidades presencial e EaD, entre abordagens pedagógicas e recursos tecnológicos.

74

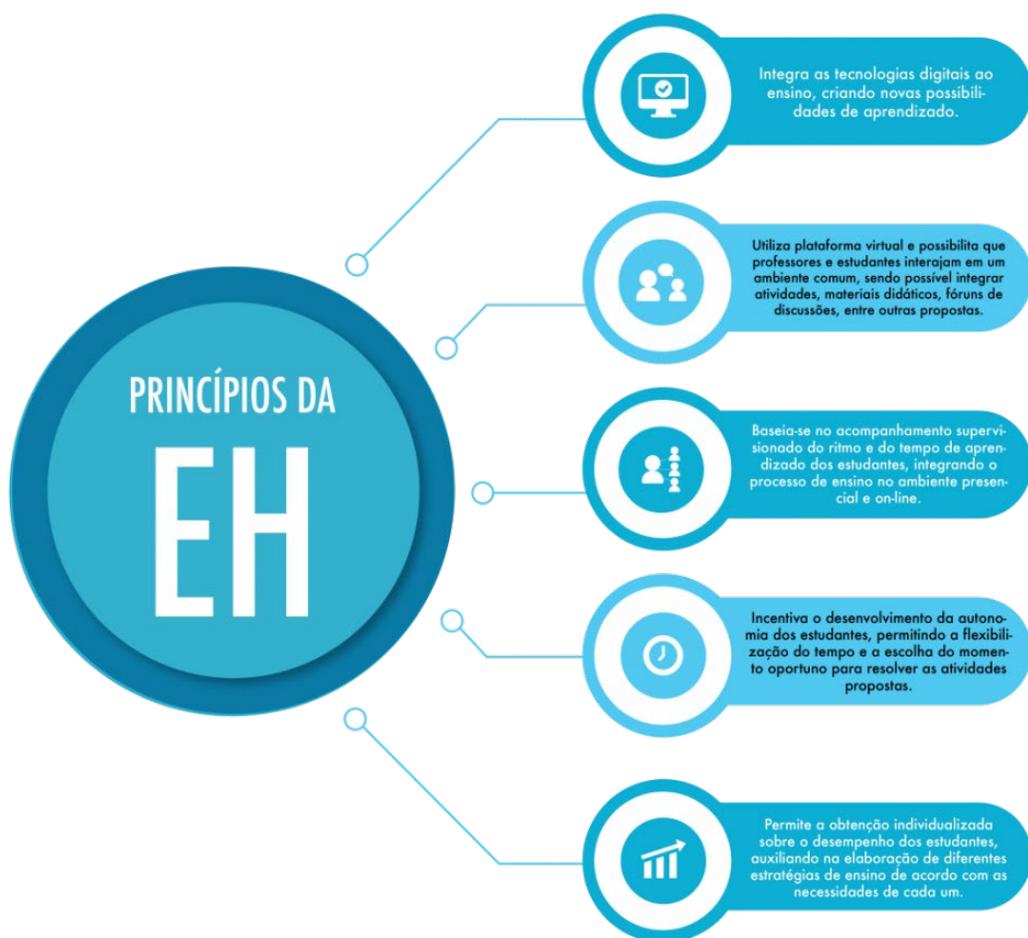
- O ensino híbrido caracteriza-se por:
- Combinar o aprendizado on-line e o presencial,
- Fornecer experiências de aprendizagem que integram as tecnologias digitais de informação e comunicação,
- Inserir a tecnologia como facilitadora e potencializadora do ensino,
- Apresentar estratégias que visam estimular o aprendizado,
- Colocar o estudante no centro do processo formativo,
- Possibilitar ao estudante gerenciar seu tempo, lugar e ritmo de estudos no ensino on-line,
- Utilizar plataforma virtual para que professores e estudantes interajam em espaço comum.

O ensino híbrido cria modelos que mesclam momentos em que o estudante estuda em um ambiente virtual – utilizando ferramentas da educação a distância – com outros em que a aprendizagem é presencial. Nessa perspectiva, deve ser

incorporada a partir da discussão e planejamento dos cursos, somando potencialidades para a formação dos estudantes e contribuindo para a consecução do perfil de egresso desejado.

Faz-se importante ressaltar que o estudante também assume certo controle em relação ao tempo, ao lugar, ao caminho e/ou ao ritmo de sua aprendizagem. Isso ocorre porque, ao utilizar um ambiente virtual de aprendizagem, o professor oferece alternativas de personalização e individualização do aprendizado.

Dessa forma, permite-se ao estudante a flexibilização do tempo e espaço, mas também de seu ritmo de estudo, propiciando atividades que respeitam os diferentes estilos de aprendizagem e estimulam o desenvolvimento de diferentes competências. A figura 1 apresenta uma síntese dos princípios que norteiam o ensino híbrido.



Há de se observar, nesse contexto, que o planejamento didático e pedagógico de um curso e/ou de uma disciplina passam a considerar metodologias que, em con-

sonância com os objetivos de aprendizagem estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Aula, envolvem os estudantes em ações formativas cada vez mais complexas que são realizadas, planejadas e desenvolvidas com o apoio das tecnologias, elementos constituintes do campo das metodologias ativas para o ensino. Entre elas, pode-se elencar:

- Aprendizagem por pares (*peer instruction*);
- Aprendizagem por times (*team-based learning*);
- Aprendizagem por projetos ou problemas (*Project based learning*);
- Aprendizagem por meio de jogos (*game-based learning*);
- Estudos de caso (*study case*); sala de aula invertida (*flipped classroom*) etc.

A abordagem do ensino híbrido, portanto, não se refere apenas e tão somente a uma combinação das modalidades presencial e a distância. Trata-se de uma abordagem em que o estudante é colocado no centro do processo de ensino-aprendizagem, assumindo um papel protagonista em sua formação:

76

cada aluno desenvolve um percurso mais individual e participa em determinados momentos de atividades de grupo. Nos cursos on-line, uma parte da orientação será via sistema (plataformas adaptativas com roteiros semiestruturados, que respondem as questões mais previsíveis), e a principal será feita por tutores e especialistas, que orientarão os alunos nas questões mais difíceis e profundas (MORAN, 2015, p. 42).

O professor tem o papel de incentivar, mediar e problematizar o processo ensino e aprendizagem, unindo o melhor do presencial e da educação a distância. Todas essas metodologias, portanto, se articulam por meio de estratégias e técnicas - concretas e específicas – para construção do processo de aprendizagem de forma flexível e interligada por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) que podem se materializar em modelos distintos.

Horn e Staker (2015) definem quatro modelos de Ensino Híbrido e descrevem cada um deles de acordo com suas características: modelo de rotação, *flex, a la carte* e virtual enriquecido. Esses modelos podem ser planejados de acordo com os objetivos de cada disciplina, os problemas enfrentados, público-alvo, tipo de equipe, papel do professor, espaço físico, dispositivos dentre outros.

Há uma resignificação do espaço da sala de aula sem o rompimento da estrutura escolar já conhecida. Atualmente no Brasil a sala de aula invertida que faz parte dos Modelo de Rotação é o modelo mais utilizado.

4.2 Ensino Híbrido face ao cenário pandemia de Covid-19

A incorporação de atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) na abordagem pedagógica de cursos presenciais, conforme exposto, não é um insight da pandemia. Contudo, com a urgência do distanciamento social e dos protocolos de segurança em favor da vida frente à disseminação de um vírus altamente contagioso e letal, as instituições de ensino foram impelidas, quase que num movimento global, a verticalizar suas reflexões e ações para a construção de um ensino via recursos tecnológicos.

No ano de 2021 foram aplicadas duas pesquisas junto às 69 Universidades Federais visando obter informações sobre as atividades acadêmicas durante a pandemia. A primeira pesquisa visava obter informações sobre o status do retorno presencial das atividades acadêmicas, conduzida nos meses de fevereiro e março, enquanto a segunda focou nos principais desafios encontrados pelas IES para a continuação da oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ocorreu no período de 15 de março a 19 de março. A pesquisa I apontou que 42% das Universidades respondentes estão executando o semestre 2020/2 e 40,7% estão conduzindo ainda o semestre 2020.1. Já o percentual restante está conduzindo semestre misto, ou seja, com mais de um semestre letivo de forma concomitante.

Inicialmente, ambas as pesquisas buscavam identificar como está ocorrendo a oferta de atividades na presencialidade. Embora as pesquisas tenham ocorrido com um mês de diferença é possível verificar que as ofertas de forma presencial sofreram uma redução do mês fevereiro para o mês de março, pois das 59 Universidades Federais que responderam à pesquisa I- 100% estão realizando oferta remota de ensino e 83% estavam ofertando alguma atividade de forma presencial pautada nos protocolos de biossegurança, em razão das necessidades trazidas pelos cursos da área da saúde, atividades práticas de estágio, internato, dentre outras.

Outra questão de extrema importância trazida pela pesquisa I é a questão da elaboração e proposta de efetivação dos planos de retorno. Das 59 IES que participaram da pesquisa 11,9% já estão com seus planos aprovados, 18,6% estão com os planos aprovados aguardando indicação das autoridades sanitárias locais, 35,6

estão com seus planos em elaboração, e 33,9% indicaram ainda não ter iniciado a elaboração.

Na pesquisa II, a totalidade dos respondentes (39) apontou que o ensino híbrido foi implementado por ocasião da pandemia de COVID-19. Mais da metade das instituições (53%) estão operando de forma totalmente remota e as demais operam de forma híbrida. A natureza das disciplinas ofertadas de forma híbrida pelas universidades são estágios, internato, atividades práticas de cursos de graduação da área da saúde e alguns trabalhos de campo, da mesma forma que na pesquisa I.

Os resultados da pesquisa II trouxeram as principais dificuldades enfrentadas pelas universidades, que são relativas à formação de professores para o ensino na modalidade remota, haja vista a inexperiência das instituições nesta modalidade, o desenvolvimento de ações para incluir estudantes sem equipamentos eletrônicos, com baixa qualidade de conexão de internet ou até mesmo sem nenhum acesso. Outro grande desafio foi a elaboração de calendário acadêmico em um cenário de incertezas, descompasso com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, amparo legal em relação a continuidade do ensino remoto e imprecisão de algumas normas.

78

Dentre as tecnologias disponíveis para o ensino on-line, as duas plataformas mais utilizadas são o Google Meet e o Moodle. No entanto, algumas instituições apontaram a dificuldade financeira para aquisição de datacenters, licenças de ferramentas digitais, além de carência de técnicos para dar suporte tecnológico e em pedagogias de educação digital, uso de TDICs na educação, EaD e Metodologias ativas.

Esse movimento, de viabilização do ensino por meio das tecnologias, recebeu várias denominações nesse contexto, predominando o uso do termo Ensino Remoto Emergencial. No entanto, faz-se importante ressaltar, que todos esses termos designam a alternativa pedagógica implementada pelas IES, no contexto da pandemia de Covid-19, em que as atividades de ensino e de aprendizagem passaram a ser realizadas por meio de espaços virtuais e com o uso de recursos digitais.

Essa experiência educativa demandou um esforço de adaptação muito significativo por parte de toda a comunidade acadêmica e está sendo atravessada por muitos enfrentamentos e desafios, tanto no que se refere à estrutura humana e física.

De acordo com o mapeamento realizado pelo Colégio de Pró-Reitores de Graduação - COGRAD em março de 2021 foi identificado que 55% das Universidades apontaram a falta de acesso digital, planejamento, infraestrutura adequada, forma-

ção docente e qualificação técnica como limitantes para o ensino híbrido/remoto, enquanto 33% identificaram a resistência da comunidade ao ensino remoto 33%. Boa parte desta resistência reside no reconhecimento das dificuldades inerentes às atividades híbridas/remotas no contexto da pandemia. A falta de acesso digital e as limitações no suporte tecnológico e de recursos humanos, agravados pelas restrições orçamentárias, são os principais elementos apontados.

Observa-se também que novos hábitos, habilidades e competências foram exigidos; inquietações, saberes, frustrações e êxitos foram experimentados fazendo com que outros horizontes, na esfera educacional, precisassem ser rapidamente incorporados pelas IES, de forma incontornável, dada a necessidade de preservação da vida.

Nesse cenário, a flexibilidade de conjugar momentos on-line e presencial, característica central do ensino híbrido, apresenta-se como uma alternativa possível para a condução do processo de ensino aprendizagem em um cenário externo instável, onde se intercalam as fases mais ou menos restritivas impostas pela pandemia de Covid-19. Todavia, vale ressaltar que a alternativa para um momento emergencial não pode torna-se a efetivação de uma prática contínua, tendo em vista que temos cursos presenciais em um país com distintas realidades socioeconômicas, em que poderia se agravar ainda mais o distanciamento entre direito e efetivação do acesso ao ensino, além de corroborar com a precarização do trabalho docente e da própria concepção de educação.

No entanto, faz-se importante ressaltar, que a implementação do ensino híbrido, mesmo no contexto de pandemia de Covid-19, precisa ancorar-se na esteira do conhecimento já produzido (Michael B. Horn, Heather Staker, Clayton M. Christensen, Curtis W. Johnson, José Moran, Lilian Bacich, entre outros), afastando-se, assim, de concepções mercadológicas que podem aviltar o processo de ensino e aprendizagem em favor do capital.

Para a integração das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, é necessário, inicialmente, compreender que se trata de um movimento gradativo, com avanços em etapas na comunidade acadêmica. Os agentes envolvidos na construção de uma educação que se valha do ensino híbrido em seu currículo devem: conhecer > assimilar > apropriar-se > aplicar > avaliar.

No primeiro momento, há a exposição aos diferentes tipos de metodologias e recursos; no segundo, avança-se para um conhecimento mais aprofundado daqueles

que parecem mais condizentes à realidade do curso ou da disciplina (em consonância, sempre, com o Projeto Pedagógico do Curso); no terceiro, passa-se à elaboração concreta da metodologia escolhida; e, por último, num movimento imbricado, a vivência com os estudantes e avaliação do processo, que pode (e deve) gerar idas e vindas nas ações formativas e metodológicas.

No mapeamento realizado pelo COGRAD, identificou-se que a falta de suporte pedagógico e tecnológico, formação docente, qualificação de servidores, e infraestrutura inadequada (laboratórios, equipamentos, estrutura para TICs) comprometem a implementação do ensino híbrido.

Nesse ínterim, deve-se considerar o papel disruptivo que a universidade exerce na sociedade, sempre em busca de inovação e de um retorno social efetivo e transformador. Nesse sentido, considera-se a implementação do ensino híbrido como um dispositivo que permite a flexibilidade de conexão de diferentes espaços de aprendizagem e a elaboração de políticas diferenciadas na organização pedagógica do processo de ensino e aprendizagem.

80 4.3. Normativas sobre o Ensino Híbrido - O que temos, imprecisões e o que precisa ser regulamentado.

Na atual conjuntura, relacionada ao Ensino Superior em períodos pandêmicos, podemos destacar quatro pontos que causam grande polêmica e insegurança jurídica, carecendo de regulação clara para a condução dos processos de Gestão Educacional em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). São eles: 1) A Flexibilização do número de dias letivos anuais exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o descompasso com o Decreto de Calamidade Pública – Decreto Legislativo N. 6 de 20 de Março de 2020; 2) A substituição de estágios e/ou atividades práticas na presencialidade física por atividades remotas; 3) A possibilidade de formatura de cursos da saúde com 75% de integralização da carga horária do curso e 4) Comprovação de Atividades Remotas para a Secretaria de Regulação do Ensino Superior (SERES).

Em relação ao PONTO 1, tivemos diversas portarias do Ministério da Educação que mencionavam a possibilidade de flexibilização dos dias letivos, todas elas embasadas na Medida Provisória N. 934 de 01 de abril de 2020. Todavia, a Medida Provisória é substituída pela Lei 14040, de 18 de agosto de 2020 que, em seu Art. 1o, remete ao Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020. Todavia, o presente

decerto prevê que o período de pandemia encerra no dia 31 de dezembro de 2020. Neste ponto é que reside a controvérsia, pois o referido decreto não considera a continuidade da pandemia e, portanto, divide opiniões relativas à possibilidade, ou não, de continuidade da flexibilização dos dias letivos. As Procuradorias Federais nas IFES também variam de posicionamento, causando certo desconforto na comunicação entre as instituições e das mesmas com o MEC, que não adotam um posicionamento claro. Assim, alguns pareceres evocam o parágrafo único do Art. 1º, para justificar a continuidade da flexibilização dos dias letivos em face do Parecer 015/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Este artifício acaba sendo a única argumentação plausível para justificar o caráter excepcional. No entanto, enquanto não tivermos outro decreto que estenda o prazo da pandemia, não há total segurança jurídica relativa ao tema. Vale ressaltar que esta temática pode afetar diretamente os processos de renovação de reconhecimento de cursos, pois não teríamos padronização no entendimento sobre o que foi realizado durante o período de pandemia.

O PONTO 2 refere-se, mais especificamente, aos posicionamentos diversos emitidos pelo próprio MEC no que tange à possibilidade de diplomar os alunos de cursos da área de saúde que tenham integralizado até 75% da carga horária. Temos posicionamento diversos nas respostas de consultas realizadas dentro do Sistema E- MEC, SERES e Consultoria Jurídica do MEC. Vale ressaltar que, recentemente, algumas IFES receberam ofício solicitando que indicassem os nomes dos acadêmicos que usufruíram do entendimento da Portaria MEC no 383, de 9 de abril de 2020. Com essa ação deve-se entender, salvo melhor juízo, que o MEC valida tal procedimento. Todavia, novamente a insegurança reside no fato de que a Portaria remete à temporalidade de —enquanto durar a situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Tal fato tem como interpretação, inclusive de algumas Procuradorias Federais nas IFES, de que, automaticamente, acaba se inserindo no Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020, que menciona a data de 31 de dezembro de 2020 como data limite. Soma-se a isto o fato de que a Portaria 383 também remete à Medida Provisória 934, que já foi revogada e transformada na Lei 14.040/2020, que também remete ao Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020. Assim, o questionamento principal é remetido a continuidade, ou não, da prática de formar alunos dos cursos da saúde com 75% de integralização. Os posicionamentos nas IFES são divididos.

No que tange ao PONTO 3, a Portaria 544/2020 trazia relativa segurança aos procedimentos a serem adotados acerca da substituição de atividades na presen-

cialidade física por atividades remotas, mais especificamente estágios e práticas. Tinha o cuidado, inclusive, de elaborar a forma com a qual as atividades poderiam ser registradas nos Projetos Pedagógicos de Curso, por intermédio de Atos de Ajuste. Todavia, novamente a problemática surge em face do Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020, que indica como prazo de encerramento da Calamidade Pública a data de 31 de dezembro de 2020. A Portaria 544/2020 está diretamente vinculada ao referido Decreto. Com a inviabilidade e da Portaria 544/2020 foram editadas, posteriormente, as Portarias 1030 e 1038. Ambas são claras em revogar a Portaria 544/2020 e instituir que a regra são as atividades na presencialidade física e a excepcionalidade são as atividades remotas, deixando aberto para que a referida excepcionalidade seja aplicada no entendimento de —suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais e/ou —condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais. Em outras palavras, afasta relativamente a incidência do decreto, todavia coloca na completa dependência do entendimento das autoridades locais e regionais em face da avaliação da pandemia. Ressalta-se que, a questão da possibilidade de substituição por atividades remotas está resguardada com as Portarias 1030/2020 e 1038/2020, todavia, em face da revogação da Portaria 544/2020, reside insegurança jurídica quanto a forma e técnica relativas a esta aplicação. Neste sentido, as IFES acabam justificando a substituição pelas Portarias 1030/2020 e 1038/2020 e executando os passos de uma portaria já revogada (544/2020). Faz-se necessária uma padronização no sentido de trazer mais estabilidade e orientações mais adequadas sobre como proceder no que tange aos registros junto aos Projetos Pedagógicos de Curso e os limites e possibilidades da substituição. Novamente retoma-se o problema da insegurança relativa às avaliações de cursos (renovações de reconhecimento) futuras.

No que concerne ao PONTO 4, a SERES, reiteradamente, encaminhou (no ano de 2020) ofícios às IFES notificando sobre a importância do envio de relatórios/comprovações das atividades remotas em substituição aos estágios e práticas na presencialidade física. O Conselho Nacional de Educação é enfático no sentido de sublinhar o fato de que todas as substituições para o modo remoto devem ser comprovadas. O problema reside na forma de comprovação. Como devem ser feitas? Encaminhadas à SERES somente? Ajustadas, no âmbito da autonomia interna, por intermédio dos Projetos Pedagógicos de Curso e Planos de Ensino? Ou ainda as duas alternativas anteriores? Observa-se que reside nestas indagações o aumento significativo das incertezas. Todavia, as orientações das portarias, mencionadas

no PONTO 3 foram diversas, referindo-se mais intensamente ao registro junto aos Projetos Pedagógicos de Cursos. Tal cobrança gera nova insegurança jurídica em relação a como se proceder e, da mesma forma, incertezas quanto aos formatos futuros de avaliações das IFES.

Conclui-se, portanto, que o PONTO FUNDAMENTAL DA INSEGURANÇA reside na inação governamental no que tange à regulação do período determinado de calamidade pública. À primeira vista parece que, para o decreto ainda válido (Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020), a pandemia acabou em 31 de dezembro de 2020. Tal inércia acaba forçando a criação reiterada de normas que tentam trazer validade aos processos de continuidade do ensino nas IFES.

4.4. Recursos: ‘Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Orçamentário.

De acordo com o Informe do Cepal e da Unesco, de agosto de 2020, a pandemia provocada pelo Sars-Cov2 interrompeu as atividades de ensino presenciais, em mais de 190 países com a finalidade de —[...] evitar a propagação do vírus e mitigar seu impactoll (CEPAL; UNESCO, 2020, p. 1). Em meados de maio, mais de 1.200 milhão de estudantes de todos os níveis de ensino estavam fora dos espaços presenciais de aprendizagem. Mais de 160 milhões eram estudantes da América Latina e do Caribe. No Brasil, somente nas universidades federais 1.123.691 estudantes ficaram sem aulas.

Ainda de acordo com o Informe, uma medida adotada na América Latina e no Caribe diante da crise foi a suspensão das atividades presenciais. Por sua vez, essa medida deu origem a três campos de ação: a) admissão do ensino remoto com a utilização das tecnologias de comunicação e informação; b) mobilização das comunidades educativas, no caso do Brasil, no sentido de construir projetos de ensino e extensão de enfrentamento à Covid-19; c) atenção à saúde dos estudantes, por meio de apoio psicossocial. Dessa forma, as ações implementadas nos países da América Latina e do Caribe não se diferenciam daquelas pensadas para as instituições nacionais. Essas ações proporcionaram a redução dos danos pedagógicos e riscos à saúde da comunidade universitária, garantindo a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem com segurança.

Até meados de abril de 2020, havia projeções que indicavam que as medidas de controle da pandemia poderiam se prolongar por 2 ou 3 meses. Todavia, projeções científicas publicadas a partir desse mesmo mês indicaram a necessidade de ampliar

os períodos de quarentena, ainda que de modo intermitente, e de que o retorno às atividades presenciais ocorra de forma controlada, com minimização de riscos de contágio (KISSLER et al., 2020). Isso impõe uma nova realidade às Instituições de Ensino Superior (IES) para os próximos anos.

Percebe-se que há a presença de um momento educativo delicado e que precisa ser refletido por todos os envolvidos ao que diz respeito ao uso de suas técnicas e métodos no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, os estudos realizados sobre Educação e Pandemia no contexto brasileiro, dois graves problemas foram identificados cotidianamente: distribuição de internet banda larga do país e a falta de preparação do corpo docente para o desenvolvimento do ensino remoto e o uso de tecnologias digitais (HONORATO; MARCELINO, 2020). Neste contexto, as restrições que o isolamento social impôs à Educação por causa da pandemia se estenderam e direcionam para a necessidade de alternância entre aulas na modalidade presencial e não presencial. No entanto, a continuidade das atividades didáticas no contexto da pandemia exige planejamento e tomada de decisões complexas, visando viabilizar melhores condições de trabalho e de ensino, garantindo o atendimento do papel do Ensino Superior na sociedade. Antes de tudo, o caminho complexo envolve ampla caracterização das condições de trabalho e de estudo em cada IES. Em relação aos estudantes no contexto do ensino híbrido, dois aspectos precisam ser muito bem conhecidos pelos gestores.

84

O primeiro, refere-se à possibilidade de acesso dos estudantes à internet e aos espaços físicos das IES (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, etc...) de forma segura. O segundo aspecto, ainda mais complexo, diz respeito aos aspectos pedagógicos que apoiam o estudo em ambiente virtual, o que exige deles maior grau de autonomia e sofisticação em habilidades acadêmicas, como leitura e escrita, bem como no uso de recursos digitais. Garantir que os estudantes tenham acesso à Internet e repertório compatível com o ensino on-line é um desafio que cabe às IES superarem com o necessário apoio de políticas públicas amplas de inclusão e acesso digital, além do apoio para a melhoria dos espaços físicos. Em relação aos professores, além de as instituições garantirem condições de acesso à Internet, outro aspecto envolve capacitação para lidar com plataformas on-line e, o que é ainda mais complexo, capacitação para planejar e executar atividades no contexto híbrido, além de acompanhar e avaliar a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, o ensino híbrido passa a ser um tema recorrente neste cenário, devendo ser discutido sob a perspectiva de oito componentes importantes: orçamen-

tário, inclusão e acesso digital; tecnologia disponível; infraestrutura e logística para utilização dos espaços físicos, biossegurança e infraestrutura, capacitação docente para o uso de tecnologias digitais e elaboração de planos de ensino considerando as estratégias de ensino, aprendizagem no contexto do ensino híbrido; ajuste do calendário escolar e acompanhamento das ações. Dentro das perspectivas apresentadas, o desafio mais importante diz respeito ao financiamento da educação superior e, mais especificamente, ao financiamento das instituições de ensino para realizar as mudanças necessárias, inicialmente, para o ensino remoto e, atualmente, para implementação do ensino híbrido que pode ser pensado como uma transição para retomada completa do ensino presencial. O corte de 18,2% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo Ministério da Educação pode não só comprometer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, mas principalmente os investimentos prioritários em biossegurança e em infraestrutura para a adoção do ensino híbrido. renda mensal per capita de até um salário mínimo; 54,6% são do sexo feminino; 51,2% são pretos, pardos ou quilombolas; e 0,9% são indígenas (ANDIFES; FONAPRACE, 2019). Quanto às condições materiais desses estudantes, temos que 74,9% das residências têm algum tipo de acesso à Internet, sendo 98,7% do acesso feito por meio

85

No Brasil, dos estudantes das universidades federais, 53,5% são de família com do celular. Residências que possuem microcomputador correspondem a 43,4% (IBGE, 2020b).

Esses dados indicam que os investimentos das instituições com o retorno da atividade presenciais, por meio do ensino híbrido, aumentarão consideravelmente. Além disso, o estabelecido pelo Ministério da Educação no documento denominado Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino que —pretende orientar os gestores das Instituições de Ensino, como instrumento de apoio na tomada de decisão, objetivando o retorno gradual das atividades, com manutenção de um ambiente seguro e saudável para alunos, servidores e colaboradores (MEC, 2020, p.9) exige aumento considerável das despesas de consumo que sofreram corte drástico para o ano de 2021.

De acordo com esse Protocolo, além das medidas coletivas e individuais, serão necessárias, para a retomada segura do ensino presencial, medidas que serão adotadas nos espaços de uso comum, laboratórios e nos cenários das práticas:

- Aferição de temperatura dos estudantes e colaboradores nas entradas dos ambientes presenciais de ensino-aprendizagem e nos espaços de uso comum, o que requer, além da aquisição de termômetros, a disponibilidade de pessoal para realização da aferição.
- Aquisição de álcool 70% e álcool em gel 70% para cada unidade (administrativa e de ensino) para uso nas salas de aula, laboratórios, cenários de práticas e espaços comuns, o que implicará, necessariamente, o aumento dos investimentos nos recursos de custeio para aquisição desses itens de consumo;
- A limpeza periódica das salas de aula, dos laboratórios, cenários das práticas sabendo, o que acarretará aumento do custo dos contratos com empresas de limpeza;
- Limpeza intensiva de banheiros e salas de aula, pois são espaços com grande probabilidade de ocorrência de transmissão do vírus;
- Aquisição de material de consumo (papel toalha e coletores de resíduos) para disponibilização próximo dos bebedouros para evitar contato direto com a superfície desses equipamentos.
- Aquisição de toucas e máscaras descartáveis, assim como de jalecos, para uso nos laboratórios.
- Aquisição de tapete com hipoclorito para colocação na entrada dos laboratórios.

Além da necessidade de aumento do orçamento para as despesas de custeio, serão necessários investimentos na adequação dos espaços dos laboratórios, das salas de aula e dos cenários de práticas exigindo aumento dos recursos de capital. Essas medidas proporcionam o distanciamento social definido no Protocolo elaborado pelo MEC. A aquisição de equipamentos para evitar o seu compartilhamento nos espaços de ensino-aprendizagem é outro elemento essencial para assegurar o retorno gradual das atividades acadêmicas com segurança.

É importante mencionar que o Protocolo do MEC não menciona: a) ações de inclusão digital que continuam a ser um desafio, principalmente se considerarmos os dados descritos acima; b) formação de docentes para atuar com o ensino híbrido.

4.5. Planejamento, Implementação e Formação Continuada.

As universidades públicas vêm enfrentando grandes desafios desde a chegada da pandemia da covid- 19. Construir a oferta remota de componentes curriculares que antes haviam sido pensados de forma presencial exigiu muita habilidade e dedicação do coletivo docente, em um curto espaço de tempo. Nesse primeiro momento experienciado a maior parte das IES ofertou apenas componentes curriculares passíveis de serem ministrados de forma remota. Passado um ano de ensino remoto, avançamos para a perspectiva de pensar a oferta dos componentes curriculares que precisam ser ministrados de forma semipresencial em razão da carga horária teórico-prática.

Através da aplicação de um instrumento de pesquisa realizado junto a 36 Universidades Federais, foi possível constatar que 51% delas oferecem alguma modalidade de ensino híbrido. Segundo os respondentes essa oferta se deu em razão do cenário de pandemia trazido pelo novo Coronavírus.

Fazer a transposição ou avanço gradual do formato de ensino remoto para uma perspectiva híbrida requer um planejamento conciso, e que permita à universidade a possibilidade de garantir a qualidade do ensino sem desconsiderar a especificidade de um momento de pandemia vivido mundialmente.

Deste modo, o planejamento sempre foi entendido como um imperativo fundamental para que se pudesse levar a cabo determinadas ações desejadas. No que pese à educação planejar é algo central na busca pela excelência das atividades e sucesso ao acesso junto ao público desejado.

O planejamento é uma das ferramentas que permite planejar estrategicamente e proporcionar as condições necessárias para a realização de mudanças que permitam a perpetuação de atividades mesmo em momentos de condições adversas, indicando a modificação do modo de apreender a realidade, o direcionamento para um horizonte multidimensional, trazendo a noção das partes em relação ao todo, com a perspectiva de modificações contínuas das estruturas (LUCK, 2000).

Cabe destacar como aspectos essenciais para a ação de planejar o ensino híbrido em tempos de pandemia i) a intenção de que não haja apenas um trabalho reativo por parte das IES, baseado em impressões vagas e dispersas da realidade; ii) a necessidade de tomada de decisões que devem estar atrelada a análise de dados e informações corretas e objetivas que expressem a realidade das IES; iii)

o direcionamento de resultados que indiquem as transformações necessárias para que se oferecerá aos educandos um processo educacional significativo.

Tendo por base que o método atinente ao ensino híbrido utiliza um mix de ações como aulas expositivas presenciais e virtuais, vídeos, treinamentos virtuais, entre outras na busca por qualificar a experiência instrucional e tornar mais eficiente, em termos de uso de recursos, possibilitando chegar em resultados mais satisfatórios (EL-DEGHAIY; NOUBY, 2008). Tendo como premissa a construção de uma trajetória de ações que levem ao um bom planejamento para a oferta do ensino híbrido, segue abaixo alguns requisitos essenciais:

- Conhecer e detalhar o contexto amplo de onde as IES estão inseridas de forma a compreender a real necessidade de formação da comunidade;
- Analisar as implicações futuras e globais das decisões tomadas no contexto das ações locais;
- Explorar todas as alternativas de ações possíveis para a IES;
- Incentivar e promover ações que levem ao pensamento criativo e inovador;
- Ter visão estratégica;
- Identificar a necessidade da aquisição de equipamentos de proteção individual;
- Elencar a infraestrutura física e virtual e,
- Estabelecer os objetivos e perspectivas metodológicas para concretizar o planejamento.

Cabe salientar que, ao planejar, a IES necessita ponderar cada requisito no intuito de ampliar o alcance das ações e principalmente garantir o êxito e a qualidade das atividades de ensino e aprendizagem ofertadas, sejam elas no formato remoto, híbrido ou presencial, por tais motivos fazemos referência a importância em observá-los para que sejam trazidos para o planejamento e posterior implementação.

Implementação

Torna-se fundamental que as IES tenham garantido um conjunto de condições mínimas, decorrentes da elaboração e implementação de protocolos de biossegurança

e/ou plano gradual de retomada, para que se possa efetivar ou implementar o ensino híbrido nas universidades federais, em razão do cenário de pandemia da Covid 19 e da urgência com que esse método de ensino foi colocado em pauta.

Com relação a implementação realizada pelas IES que indicaram ofertar alguma modalidade de ensino híbrido, podemos observar que as mesmas seguiram, em alguma medida, os itens descritos neste texto. Dentre eles destaca-se a verificação das disciplinas que podem ser ofertadas; adequação aos protocolos de biossegurança, formação docente e discente para uso das ferramentas tecnológicas de comunicação e informação.

Neste ínterim, torna-se essencial que as ações de implementação estejam amparadas em normativas e resoluções no âmbito das atividades voltadas para o ensino híbrido, nas distintas esferas da federação (federal, estadual e municipal), tendo como parâmetro o período de excepcionalidade vivida pela pandemia. Dentre as principais ações que precisam ser garantidas estão:

Parte Tecnológica

i) Identificação e detalhamento das condições de infraestrutura e suporte tecnológico - ii) Explicitar quais ferramentas possuem disponíveis em seus ambientes virtuais de aprendizagem (*Moodle, Google Classroom, Discord*, dentre outros) bem como definir quais meios de comunicação irão utilizar para as aulas online (*meet, zoom, plataforma RNP, discord*, entre outros) e para a comunicação diária com os alunos (e- mail, *WhatsApp*, grupo no *Facebook*, outros). Cabe destacar que na pesquisa já mencionada neste documento evidenciou-se que 94% das universidades que participaram da pesquisa utilizam o *Google Meet* como principal ferramentas para ministrar aulas, seguido do *moodle*.

Diante da essencialidade do uso de tecnologias da informação e comunicação torna-se imperativo fundamental que as IES tenham aporte de recursos financeiro para suprir as melhorias em suas redes, sistemas e ambientes virtuais de aprendizagem, pois o sucesso das aulas está intimamente ligado a estes itens (DA CUNHA PEIXOTO, et al, 2015).

Cabe informar que os dados coletados pela pesquisa realizada pelo GT- Ensino Híbrido, já mencionada anteriormente, reforçam a importância de um aporte financeiro e formativo para que as IES possam implementar o ensino híbrido. Um dos pontos

centrais é a ampliação e qualificação dos ambientes virtuais de aprendizagem, pois a grande parcela (81,5%) das universidades oferta ou irá ofertar disciplinas em seus ambientes virtuais de aprendizagem.

Parte Sanitária

Em razão do cenário de pandemia é necessário incluir no planejamento as ações necessárias para garantir a segurança da comunidade acadêmica. Neste sentido, é necessário valer-se dos planos de biossegurança estaduais e a partir deles construir os planos de contingência que irão subsidiar o andamento das atividades de ensino no ambiente interno das IES. Ainda em relação às atividades presenciais é necessário planejar a compra de equipamentos de proteção individual, bem como a necessidade de readequação de espaços de aula de forma a garantir o distanciamento mínimo estabelecido nos planos de biossegurança.

Parte Pedagógica

- I. Será necessário organizar pedagógica e didaticamente como será realizada a oferta mista de componentes curriculares;
- II. Descrever como será conduzida a tutoria, % de horas à distância, % de horas presenciais, prever se será possível ser realizada por um bolsista monitor
- III. Formação docente para oferta de ensino híbrido e o uso de ferramentas e metodologias

Em síntese, podemos dizer que a ideia central do modelo híbrido— que já conta com recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser usado com ênfase — é a de diminuir o número de alunos em salas de aulas tradicionais para possibilitar distanciamento social e minimizar os riscos de contágio da Covid-19.

Quadro 1 - Modelos adaptados de ensino híbrido para o contexto da pandemia

| Modelo | Operacionalização | Ponto crítico |
|---|---|--|
| Divisão da Turma e transmissão de aulas ao vivo | Parte dos alunos presencial e outra <i>on-line</i> no mesmo dia e horário | mais docentes, monitores e infraestrutura de TI |
| Revezamento de alunos com atividade remota ou não | Parte dos alunos realizando atividades presenciais, outra parte realizando outras atividades | mais docentes, monitores, infraestrutura TI, planejamento diferenciado |
| Alternância de turmas ao longo do período letivo. | A disciplina é dividida em turmas de 10 a 15 alunos. Uma turma terá aulas diárias durante o mês e completará sua CH, semelhante ao curso de férias. As demais turmas ocorrerão nos meses seguintes. | O docente ministrará a disciplina 4 vezes. Funciona com alunos periodizados, |

Por se tratar de uma nova metodologia de aprendizagem, percebe-se que há na literatura uma ausência de diálogos e discussões que conduzam ao esclarecimento e socialização de experiências amplas de condução do ensino híbrido. Sendo esse um dos gargalos que precisam ser superados pela educação em tempos de pandemia. Embora o uso de tecnologias da informação e comunicação tenha ganhado espaço nos planejamentos educacionais, para muitas áreas essa adoção é muito incipiente e requer um rompimento de barreiras por parte do coletivo docente e discente.

91

4.6. Formação continuada e Ensino Híbrido - Forma-se para formar

O tema da formação docente sempre foi uma das pautas emergentes em distintos contextos. Todavia, o tema ressurgiu com mais força desde o início da Pandemia do Covid-19, requerendo das IES, a construção de distintas possibilidades para atender ao processo de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo atualizar a concepção de formação para atender as distintas formas de atuar em sala de aula, que passam a ser requeridas.

Nesse contexto a concepção de formação continuada é concebida como uma possibilidade de (auto)formação, no sentido de que é preciso formar-se para formar (OLIVEIRA, 2019). Com a pandemia e a inclusão de possibilidades de ensino que

lançam mão do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC's, assume lugar de destaque como perspectiva de orientação para que se pudesse estabelecer condições de um continuum nos processos de ensino e aprendizagem ao longo do país nas distintas IES públicas e privadas.

Vale considerar que a provocação para que o uso das TDIC's figurasse o processo educativo já vem sem cogitada desde muito tempo, mais recentemente saiu a Portaria no 1.428/2018, que dispõe sobre a implementação de até 40% do total da carga horária de EaD na matriz curricular de cursos presenciais de graduação (BRASIL, 2018). A intenção de promover uma mescla entre o ensino presencial e o modo virtual, é algo que antecede a pandemia, todavia, se assevera após a sua insurgência.

É tácito o entendimento de que o ensino híbrido, conceitualmente construído com a possibilidade de integração de situações presenciais, lançando mão dos dispositivos das TDIC's, numa perspectiva de conceber a profissão docente numa realidade complexa, diversificada e que exigem novos modos de se compreender processos de ensino e aprendizagem.

92

É neste contexto que se insere a necessidade de ampliar a concepção de formação continuada para o lugar de possibilidades de reconstrução da forma de pensar, agir e de modo particular, para o desenvolvimento de uma nova cultura formativa. O processo inicial e continuado se constitui de um redirecionamento do entendimento do papel docente e da universidade. Inclui-se a necessidade de contínuo questionamento sobre como inovar a prática pedagógica para atender às demandas de um cenário em que o tradicional não mais tem espaço frente às necessidades educativas, contextuais e operacionais para atuação em sala de aula (GAETA; MASETTO, 2013).

Em observância a tais questões, e considerando o contexto de um processo gradual que possa mesclar o ensino remoto e o ensino presencial, no contexto do ensino híbrido, à formação continuada é premente a utilização dos saberes individuais construídos, tendo em vista as experiências com o ensino remoto e assim possibilitar a construção de um planejamento assertivo e vinculado ao contexto da atuação docente, ao longo do país. Uma formação continuada que possa —pensar as relações de hierarquia da escola e também possibilitar a estes estudantes saber como os(as) professores(as) estão avaliando e construindo conhecimentos a partir do contato com eles|| (OLIVEIRA, 2019, p. 141).

Retomando a conceituação de formação continuada como possibilidade formar-se para formar, é importante considerar que é primordial construir um ambiente em que cada um se compreenda como profissional, aprenda e ressignifique a concepção de ser professor e passe a entender-se professor e o seu papel na docência e na formação de outros sujeitos, ou seja, compreender a si mesmo, o seu papel e o modo como atua, para deste modo incidir no processo formativo dos alunos.

O momento vivido mundialmente, requer a implementação de um processo de formação continuada que leve em consideração as distintas realidades e possa ser construído de modo autônomo, vinculado a cada contexto e apoiado em condições de trabalho, infraestrutura e material que permitam a inclusão de processos distintos de aprendizagem em meio ao avanço gradual do ensino remoto para o híbrido e assim a retomada do ensino presencial.

4.7. Considerações finais

O conceito de Ensino Híbrido no contexto da pandemia e da pós pandemia, necessita de adaptações visando sua adequação às medidas de biossegurança, a ideia central do modelo híbrido neste contexto— que já conta com recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser usado com —ênfases— é a de diminuir o número de alunos em salas de aulas tradicionais para possibilitar distanciamento social e minimizar os riscos de contágio da Covid-19.

As normas do CNE no ano de 2020 apontavam para um cenário de normalidade em 2021, que está claro que não se concretizou. Atualmente identifica-se a insegurança jurídica em relação aos 200 dias letivos, uma vez que o prazo do estado de calamidade pública findou em 31 de dezembro de 2020. Neste contexto, há a necessidade de flexibilização dos dias letivos também no ano de 2021 por meio de nova regulamentação. Outros pontos destacados são a necessidade de regulamentação da educação híbrida, inclusive para além da pandemia. Neste sentido, também os quatro pontos controversos (de insegurança jurídica) levantados no item II (do presente ofício) são resultado de uma inação governamental no que tange à regulação do período determinado de calamidade pública, que acabam gerando conflitos de regulação interna no próprio Ministério da Educação, em diversas matérias educacionais, bem como posicionamento diversos e não alinhados da IFES. Faz-se necessária uma rápida e adequada regulamentação para que se possa cessar o atual estágio de incertezas e possam ser aplicados os devidos procedimentos relativos ao ensino híbrido no período pandêmico e pós-pandêmico.

O desafio mais importante diz respeito ao financiamento da educação superior e, mais especificamente, ao financiamento das instituições de ensino para realizar as mudanças necessárias, inicialmente, para o ensino remoto e, atualmente, para implementação do ensino híbrido que pode ser pensado como uma transição para retomada completa do ensino presencial. O corte de 18,2% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo Ministério da Educação pode não só comprometer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, mas principalmente os investimentos prioritários em biossegurança e em infraestrutura para a adoção do ensino híbrido. O ensino híbrido precisa considerar os aspectos: orçamentário, inclusão e acesso digital; tecnologia disponível; infraestrutura e logística para utilização dos espaços físicos, biossegurança e infraestrutura, capacitação docente para o uso de tecnologias digitais e elaboração de planos de ensino considerando as estratégias de ensino, aprendizagem no contexto do ensino híbrido; ajuste do calendário escolar e acompanhamento das ações.

94

1) A implementação de um processo de formação continuada deve considerar as distintas realidades e ser construído de modo autônomo, vinculado a cada contexto e apoiado em condições de trabalho, infraestrutura e material que permitam a inclusão de processos distintos de aprendizagem em meio ao avanço gradual do ensino remoto para o híbrido e assim a retomada do ensino presencial.

2) O ensino híbrido, ou seja, a utilização combinada entre o aprendizado on-line e o presencial, cria modelos que mesclam momentos em que o estudante estuda em um ambiente virtual – utilizando ferramentas da educação a distância – com outros em que a aprendizagem é presencial. Considerando a necessidade de manutenção dos protocolos de biossegurança, a redução da quantidade de estudantes em atividades presenciais indica a necessidade de divisão de turmas, revezamento de estudantes, revezamento de turnos/períodos, alternância dos espaços educativos, utilização de ambientes externos para atividades de campo/práticas, maior número de docentes envolvidos na condução/mediação das atividades por disciplina, infraestrutura tecnológica, apoio à inclusão e acesso digital, formação e capacitação tecnológica e pedagógica.

Embora o que tenha sido exposto até aqui expresse o tamanho do desafio imposto, nada foi mencionado sobre as consequências do esforço contínuo e aparentemente insuficiente, para manter a continuidade das atividades acadêmicas. Muitos docentes e estudantes apresentam elevados níveis de estafa, quadro que só vem a aumentar o nível de desafio que ainda deverá ser enfrentado por aqueles que continuarão pela defesa da educação pública e de qualidade do país.

Considerando o cenário emergencial que se encontra a ensino superior público do país, solicita-se, encarecidamente, que se envidem ações que sigam ao encontro da mitigação dos problemas relatados.

Referências

BRASIL – Poder executivo – Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Parecer N. 015 de 2020

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 1.30, de 1 de dezembro de 2020.

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 1.038, de 07 de dezembro de 2020.

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 383, de 09 de abril de 2020.

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 544, de 16 de junho de 2020.

BRASIL – Poder Executivo. Medida Provisória N. 934, de 1 de abril de 2020. BRASIL – Poder Legislativo – Congresso Nacional. Decreto Legislativo N. 6 de 20 de março de 2020.

96 BRASIL – Poder Legislativo – Congresso Nacional. Lei N. 14040, de 18 de agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior — IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 14.03.2021.

CEPAL. Unesco. Informe Covid-19. antiago, Chile Oficina Regional de Educación para Am rica Latina el Caribe, 2020.

DA CUNHA PEIXOTO, ROGÉLI T. R. et al. O emprego das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior: relato de experiência sobre a oficina —Modelo Híbrido de Ensino. Revista Docência do Ensino Superior, v. 5, n. 1, p. 183-204, 2015.

EL-DEGHAILY, H.; NOUBY, A. Effectiveness of a blended e- learning cooperative approach in an Egyptian teacher education programme. Computers & Education, v. 51, n. 3, p. 988-1006, 2008.

GAETA, C.; MASETTO, M. T. O professor iniciante do ensino superior: aprender, atuar e inovar. São Paulo: Editora Senac, 2013.

HONORATO, H.G. MARCELINO, A. C. K. B. A ARTE DE ENSINAR E A PANDEMIA COVID-19: A VISÃO DOS PROFESSORES. REDE – Revista Diálogos em Educação. V. 1, n. 1, p. 208-220, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino. Brasília: Ministério da Educação, jul. 2020.

KISSLER, S. M.; TEDIJANTO, C.; GOLDSTEIN, E.; GRAD, Y. H.; LIPSITCH, M.

Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the post pandemic period. Science, v. 368, n. 6493, p. 860-868, maio 2020. Acesso em: 24 maio 2020. <https://doi.org/10.1126/science.abb5793> [Links]

LÜCK, H. A aplicação do planejamento estratégico na escola. Revista gestão em rede, n. 19, p. 8-13, 2000.

OLIVEIRA, A. Dias de. Viagem-formação: Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas de professores (as) no Ensino Médio de escolas rurais. Orientador(a): Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios. -- Salvador, 2019. 199 fls.

UNESCO [UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION] COVID-19 Educational disruption and response. Paris: Unesco, 30 July 2020a. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>. Acesso em: 22 maio 2020. [Links]

